

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

FORMAÇÃO PRESBITERAL NA FALA DOS PADRES
FORMADORES: *ANALISADORES* NO PROCESSO
PREPARATÓRIO AO SACERDÓCIO CATÓLICO

Cristiano Guilherme Borro Barbosa

Belo Horizonte

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CRISTIANO GUILHERME BORRO BARBOSA

**FORMAÇÃO PRESBITERAL NA FALA DOS PADRES
FORMADORES: *ANALISADORES* NO PROCESSO
PREPARATÓRIO AO SACERDÓCIO CATÓLICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: William César Castilho Pereira

Belo Horizonte

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

B238f	Barbosa, Cristiano Guilherme Formação presbiteral na fala dos padres formadores: analisadores no processo preparatório ao sacerdócio católico / Cristiano Guilherme Barbosa. Belo Horizonte, 2008. 152f. Orientador: William César Castilho Pereira Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 1. Sacerdotes - Formação. 2. Educadores – Formação. 3. Sacerdócio. 4. Seminaristas. I. Pereira, William César Castilho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa e Pós-Graduação em Psicologia. III. Título. CDU: 254.4
-------	--

Cristiano Guilherme Borro Barbosa

**Formação presbiteral na fala dos padres formadores:
*analísadores no processo preparatório ao sacerdócio católico***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre
em Psicologia

Belo Horizonte, 2008.

William César Castilho Pereira (Orientador) – PUCMINAS

Luciana Kind do Nascimento – PUCMINAS

Ulpiano Vázquez Moro – FAJE

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte e origem da vida, dos sonhos e do desejo criador que impulsiona a busca.

Ao professor e amigo William César Castilho Pereira, que em sua trajetória de serviço à Igreja por meio da ciência, abraçou com coragem este projeto de pesquisa.

A Dom Luiz Antonio Guedes, amigo e pastor, pela confiança e apoio ‘instituintes’.

Aos padres e amigos que me acompanharam pela via formativa na diocese de Bauru: Pe Ivo Martinelli, Pe Luiz A. L. Ricci, Pe Romildo Alceu e Pe Ednei Braga.

Aos padres formadores que corajosamente aceitaram participar desta pesquisa.

Ao amigos Pe Jaldemir Vítório e Cássio Augusto pelo incentivo e ‘presença’ ao longo deste projeto.

A amigo Pe Ulpiano Vázquez Moro, pelo ensinamento e por acreditar neste projeto.

Aos professores e colegas de turma do mestrado (PUCMINAS - BH), da filosofia (SPSCJ - Marília) e da teologia (ISI-CES – BH). Esse ‘encontro’ me humanizou ao longo do processo de formação presbiteral.

Aos amigos Celso, Marília e Flávio, pelo serviço eficiente e pela dedicação na PUCMINAS.

Aos amigos das Fraternidades Dom Helder Câmara e Dom Luciano Mendes. Vocês foram companheiros, ‘formadores’ e irmãos. Valeu a pena!

A todos os que me acompanharam e ajudaram, principalmente, no período de finalização deste trabalho:

Aos amigos José Carlos Brandão e Sônia B. Tentor pela leitura e correções;

As amigas Ir Maria Auxiliadora de Castilho, Eliza Magezi e a todos os paroquianos da Paróquia Santa Teresinha de Bauru, pela paciência, preocupação e cuidados constantes.

A amiga Ir Elvira Milani pela leitura, olhar atento, pelas importantes contribuições e pela luta incansável em prol da formação e da excelência acadêmica na Vida Religiosa.

A amiga Ana A. Gomes Grigolli e sua equipe, Rosemeire F. G. Botelho e Alessandra F. Gimenès, pelo carinho e pela dedicação em fazer com que a ‘norma’ esteja em função da vida.

Finalmente, aos meus pais Antonio e Maria do Carmo, e a meu irmão Alexandre. Primeira casa de formação. Lugar de segurança e proteção. Trampolim para a liberdade.

Muito obrigado!

RESUMO

A formação presbiteral é atravessada pelos determinantes religiosos institucionais que lhe sustentam as práticas. Este trabalho pretendeu, com o auxílio da teoria da Análise Institucional, evidenciar a ação dos analisadores institucionais presentes no processo formativo presbiteral a partir das falas de um grupo de dez padres responsáveis pela formação. Foram pesquisados aspectos relacionados ao saber, poder, sexualidade, dinheiro, espiritualidade, identidade, diferença etária, novas tecnologias, sofrimento, silêncio e a ‘formação do formador’. Os dados coletados demonstraram que os elementos investigados são analisadores do processo formativo presbiteral, visto que revelaram as ambigüidades e os paradoxos capazes de encaminhar as mudanças que se fazem necessárias nos ambientes formativos.

Palavras-chave: Análise Institucional; Formação presbiteral; Analisadores.

ABSTRACT

The priest formation is imbued with institutional religious determinants that support its practices. This study aimed to investigate the action of institutional analysers present in the priest formation process, with aid of the theory of institutional analysis, by evaluation of speeches of ten priests in charge of the formation. The study addressed aspects related to wisdom, power, sexuality, money, spirituality, identity, age difference, new technologies, suffering, silence, and 'formation of the former'. The data collected revealed that the aspects investigated are analysers of the priest formation process, because they revealed the ambiguities and paradoxes that are able to guide the necessary changes in the formation environments.

Key-words: Institutional analysis; Priest formation; Analysers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Objetivos	16
1.2 Encaminhamentos metodológicos	17
2 ANÁLISE INSTITUCIONAL	19
2.1 O institucionalismo, instituições e a Análise Institucional	19
2.2 Análise Institucional – principais conceitos	22
2.2.1 <i>Auto-análise e autogestão como objetivos da Análise Institucional</i>	22
2.2.2 <i>A Instituição: instituinte e instituído no jogo institucional</i>	26
2.2.3 <i>Organizações, estabelecimentos, equipamentos, agentes e práticas institucionais</i>	35
2.2.4 <i>As díades do jogo institucional: função-funcionamento; reprodução-produção; atravessamentos-transversalidades</i>	37
2.2.5 <i>Os analisadores</i>	38
3 OS ANALISADORES NA FORMAÇÃO PRESBITERAL	41
3.1 Análise da implicação - considerações sobre o <i>seminarista</i> que pesquisa	43
3.2 Análise institucional e formação presbiteral	45
3.3 Os analisadores	49
3.3.1 <i>Analisador saber</i>	51
3.3.1.1 <u>Práticas</u>	52
3.3.1.2 <u>Agentes</u>	53
3.3.1.3 <u>Estabelecimentos e saberes</u>	55
3.3.1.4 <u>Nova relação com o saber</u>	56
3.3.2 <i>Analisador poder</i>	56
3.3.2.1 <u>Práticas</u>	58
3.3.3 <i>Analisador afetividade/sexualidade</i>	59
3.3.4 <i>Analisador dinheiro</i>	62
3.3.5 <i>Analisador identidade-diferença</i>	65
3.3.5.1 <u>O presbítero e comunidade eclesial</u>	66
3.3.6 <i>Analisador espiritualidade</i>	67
3.3.7 <i>Analisador ‘diferença etária’</i>	69
3.3.8 <i>Analisador ‘novas tecnologias’</i>	70

3.3.9	<i>Analizador silêncio</i>	72
3.3.10	<i>Analizador sofrimento</i>	73
3.3.11	<i>Analizador ‘formação dos formadores’</i>	74
4	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	76
4.1	Considerações iniciais da análise	76
4.2	Características gerais dos padres formadores entrevistados	77
4.2.1	<i>Formador Diocesano 1 (FD-1)</i>	77
4.2.2	<i>Formador Diocesano 2 (EFD-2)</i>	78
4.2.3	<i>Formador Diocesano 3 (FD-3)</i>	80
4.2.4	<i>Formador Diocesano 4 (FD-4)</i>	81
4.2.5	<i>Formador Diocesano 5 (FD-5)</i>	82
4.2.6	<i>Formador Diocesano 6 (FD-6)</i>	83
4.2.7	<i>Formador diocesano 7 (FD-7)</i>	84
4.2.8	<i>Formador Diocesano 8 (FD-8)</i>	85
4.2.9	<i>Formador Diocesano 9 (FD-9)</i>	86
4.2.10	<i>Formador Diocesano 10 (FD-10)</i>	87
4.3	Analísadores no processo de formação	88
4.3.1	<i>Formação e saber</i>	88
4.3.1.1	<u>Psicologia</u>	88
4.3.1.2	<u>Auto-avaliação</u>	90
4.3.1.3	<u>Funcionários como agentes da formação</u>	90
4.3.1.4	<u>Saberes duvidosos</u>	92
4.3.2	<i>Formação e poder</i>	93
4.3.2.1	<u>Padre – lugar de poder</u>	93
4.3.2.2	<u>Enfrentamentos</u>	95
4.3.2.3	<u>Formador ameaça</u>	95
4.3.2.4	<u>Falta de interesse da instituição</u>	97
4.3.2.5	<u>Dispensa de seminaristas sem um processo prévio</u>	99
4.3.2.6	<u>Poder-autoridade: formadores a serviço do instituído</u>	102
4.3.2.7	<u>Vigilância</u>	102
4.3.3	<i>Formação e afetividade/sexualidade</i>	104
4.3.4	<i>Formação e dinheiro</i>	108
4.3.4.1	<u>Trabalho e autonomia</u>	109

4.3.4.2 <u>Falta de dinheiro e sofrimento</u>	110
4.3.5 <i>Formação e identidade-diferença</i>	111
4.3.5.1 <u>Diferenças individuais</u>	112
4.3.6 <i>Formação e espiritualidade</i>	114
4.3.7 <i>Formação e diferença etária</i>	117
4.3.7.1 <u>Formador - formando</u>	119
4.3.8 <i>Formação e novas tecnologias</i>	120
4.3.9 <i>Silêncio na formação presbiteral</i>	123
4.3.10 <i>Sufrimento na formação presbiteral</i>	126
4.3.10.1 <u>Dispensa de seminarista</u>	126
4.3.10.2 <u>Excesso de trabalho</u>	128
4.3.10.3 <u>Depressão na formação</u>	128
4.3.11 <i>A formação dos padres formadores</i>	129
4.3.11.1 <u>Ninguém quer trabalhar na formação</u>	132
5 CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	142
ANEXOS	151

1 INTRODUÇÃO

Após o Concílio Vaticano II¹, diversas mudanças começaram a ser implementadas na Igreja Católica com o objetivo de aproximá-la do mundo moderno e de suas novas exigências.

A formação sacerdotal tradicional foi questionada, com o objetivo de aproximar, em sua maneira de pensar, falar e agir, os futuros padres aos homens e mulheres de seu tempo. Nos primeiros anos após o fim do Concílio, experiências de abertura e aproximação foram feitas, como a criação de institutos de estudos teológicos e filosóficos mais ligados a centros universitários seculares, em que os leigos também pudessem estudar e lecionar.

A formação de pequenas comunidades formativas e de casas de formação mais inseridas nas realidades sociais e com um espírito de formação mais personalizado também foi um importante passo. A partir da segunda metade da década de 70, uma postura de fechamento e de retorno às práticas pré-conciliares começou a ser notada com o incentivo e a volta dos grandes centros de formação sacerdotal ou *Seminários Maiores*², em que os formandos estudavam e moravam.

Num certo sentido, assistimos a partir da segunda metade dos anos 70 a um aumento das vocações, acompanhando o retorno à instituição-padrão, o seminário (cada vez mais “padronizado” à moda antiga), e os novos presbíteros cada vez mais clericalizados, quase feitos à medida da paróquia, consagrada como a “forma” da Igreja do Código de Direito Canônico de 1983. (BENEDETTI, 1999, p.89)

O Seminário é aqui colocado como a ‘instituição padrão’ para a formação do clero católico. Segundo Benedetti (1999), ocorre, além da retomada de práticas colocadas em questão pelo Concílio Vaticano II, uma tendência a se produzir, durante o processo formativo clerical, padres ‘formatados’ para o trabalho pastoral paroquial. Veja-se a definição oficial de

¹ Na Igreja Católica Apostólica Romana, um Concílio é uma grande reunião entre praticamente todos os bispos católicos do mundo que, convocados pelo Papa, decidem sobre questões dogmáticas e pastorais redefinindo posturas eclesiais e novos encaminhamentos frente às mudanças ocorridas na humanidade. O Concílio Vaticano II, 21º Concílio Ecumênico da história, foi iniciado pelo Papa João XXIII em 11 de outubro de 1962, e terminado por Paulo VI em 7 de dezembro de 1965.

² Seminário Maior é o nome dado ao estabelecimento em que vivem e estabelecem residência candidatos ao sacerdócio/presbiterato católico (comumente chamados de ‘seminaristas’), durante o período de formação filosófico-teológico. De maneira geral, no Brasil, os Seminários Maiores são locais de internato, onde os seminaristas vivem em tempo integral e passam pelo chamado ‘processo de formação presbiteral’. Em tais lugares, os seminaristas recebem a educação formal, de nível universitário, reconhecida ou não pelas instâncias governamentais. É importante notar que, atualmente, no Brasil, a maioria dos cursos de Filosofia e Teologia, destinados à formação dos futuros padres, está passando pelo processo legal de autorização no Ministério da Educação.

paróquia, positivada em um dos cânones do Código do Direito Canônico, principal instrumento de delimitação e legitimação das práticas católicas oficiais:

Cân. 515 - § 1. Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.155).

O padre deve ser o pastor das ovelhas, que são os fiéis, membros da paróquia. O trabalho pastoral a ser desempenhado exige outras habilidades dos futuros padres, como noções de administração, contabilidade, psicologia e cultura geral, além do conhecimento bíblico e teológico. Estes aspectos não serão vistos detidamente, porque o objeto deste estudo é o processo formativo tal como se apresenta hoje. Porém, é importante notar as possíveis implicações da tendência em se ‘formatar’ os futuros padres somente de acordo com necessidades paroquiais.

O modelo formativo dos candidatos ao sacerdócio é um *locus* gerador de processos de subjetivação específicos que, vivenciados individual e/ou coletivamente pelos candidatos ao sacerdócio, devem ser compreendidos, principalmente em seus determinantes institucionais.

As instituições são instâncias imaginárias que, vinculadas às práticas sociais, estruturam a vida em sociedade (PEREIRA, 2005). São o resultado da ação humana e, ao mesmo tempo, tendem a determinar a produção da subjetividade pelo direcionamento das práticas sociais. Os saberes institucionais mantêm as diversas instituições, suas organizações, estabelecimentos e práticas. Os valores e padrões instituídos tendem a se manter como se fossem inquestionáveis, muitas vezes tentando sufocar todo impulso de criatividade (instituinte) para que a instituição permaneça intocada.

Assim, as instituições podem, por meio de seus agentes, reproduzir práticas instituídas, mas que não servem mais aos seus propósitos humanizadores. Tais práticas, fundamentadas no domínio e na submissão, podem infantilizar e alienar as pessoas submetidas às regras mantenedoras da ordem institucional. A instituição, que deveria servir à humanização, acaba se impondo sobre seus agentes de forma antagônica aos seus objetivos fundantes.

No caso do conjunto de práticas a que se dá o nome de formação presbiteral, isso não é diferente. Corre-se o risco de perder de vista seu objetivo essencial: o desenvolvimento e aprimoramento do ser humano – a serviço do qual a instituição, suas organizações, estabelecimentos, equipamentos e práticas deveriam estar. Um seminário católico (considerado um *estabelecimento* ligado à instituição religiosa da ‘formação presbiteral’) não

deveria ser um local de reprodução, autopreservação e de dominação por meio da afirmação do instituído em detrimento do desenvolvimento e da formação humana dos seminaristas em função dos quais ele existe. Deveria, antes, ser lugar privilegiado para a produção da liberdade criativa e instituinte.

O processo formativo presbiteral, os estabelecimentos, seus equipamentos, práticas e agentes devem ser colocados em questão para se aferir se sua função humanizadora está sendo cumprida. Os estabelecimentos formativos católicos, por seu caráter cristão, deveriam, por meio de suas práticas, promover o desenvolvimento, a liberdade e a autonomia de todos os agentes envolvidos no processo.

Em recente estudo de um estabelecimento de formação presbiteral, Benelli (2006)³ verificou que a subjetividade produzida no contexto do seminário maior é predominantemente serializada. Concluiu, também, que a experiência humano-religiosa está a serviço de efeitos psicológicos e emocionais; que há alienação diante das desigualdades sociais e que uma interiorização sem engajamento ou preocupações sócio-históricas acaba por desfocar, espiritualizar e psicologizar fenômenos que, na realidade, são de ordem política. O autor problematizou as práticas do processo de formação sacerdotal, ao qual deu o nome de ‘a produção do padre católico’. A produção da subjetividade do padre católico depende da estrutura social específica na qual o formando está. Os seminários facilmente podem ser associados às instituições totalitárias e disciplinares descritas por Goffman (1987) e Foucault (1999).

A formação presbiteral, como os demais processos humanos oriundos de instituições e organizações específicas, está lançada no oceano de determinantes da complexa rede institucional que compõe o tecido social. Pressupõe-se que não há uma intenção perversa agindo em detrimento dos seres humanos, apesar da forte tendência de as forças institucionais buscarem sua perpetuação a todo custo.

O processo formativo sacerdotal está nesse meio e deve ser analisado para que se evidencie suas contradições e se possa pensar em novas formas de gestão e em estabelecimentos cujas práticas estejam efetivamente a serviço do desenvolvimento humano.

³ O autor citado, ao estudar uma instituição formativa, expõe os resultados do que ele chama de uma formação sacramentalista, assistencialista, hierárquica, promotora de um espiritualismo desencarnado e geradora de indivíduos submissos. Seu amplo estudo foi recentemente publicado com o título “Pescadores de homens”, pela Editora Unesp (2006).

Quando uma pessoa se decide pelo sacerdócio católico, para atingir tal meta, necessita passar por todas as etapas previstas pela Igreja em sua legislação. Segundo nota sobre o cânon 1032 do *Código do Direito Canônico*, principal instrumento legal eclesiástico, temos que,

Conforme consta no cân. 250, o currículo mínimo para a formação presbiteral compreende seis anos de estudos filosófico-teológicos, sendo que o tempo dedicado às disciplinas filosóficas deve equivaler a dois anos completos e o dedicado às disciplinas teológicas a quatro. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.263).

Os estudos filosóficos e teológicos, organizados no próprio seminário, podem ser feitos sucessiva ou simultaneamente, de acordo com as Diretrizes básicas para a formação sacerdotal; compreendam, ao menos seis anos completos, de tal modo que o tempo reservado às disciplinas filosóficas corresponda a dois anos completos, e o tempo reservado aos estudos teológicos, a quatro anos completos. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.87).

Após o processo de seleção, o candidato ao sacerdócio deve passar por um período mínimo de estudos de quatro anos em um seminário para obter a formação específica. Tal período pode se prolongar dependendo das necessidades e exigências de cada lugar. Esses quatro anos são o tempo mínimo exigido de permanência em seminário, segundo a orientação do cânon 235 § 1:

Os jovens que pretendem ser admitidos ao sacerdócio sejam educados para uma formação espiritual adequada e para os ofícios que lhes são próprios, no seminário maior durante todo o tempo da formação ou, se a juízo do Bispo diocesano o exigirem as circunstâncias, ao menos por quatro anos. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.83).

O seminário é um estabelecimento formal, canonicamente erigido, que deve oferecer um conhecimento global aos candidatos: formação psicológica, afetiva, acadêmica, espiritual – segundo nota de rodapé do cânon 232. Porém, existe uma exceção quanto a morar ou não em um seminário. O parágrafo 2 do cânon 234 diz: “Os que legitimamente moram fora do seminário sejam confiados pelo Bispo diocesano a um sacerdote piedoso e idôneo, que vele a fim de que sejam cuidadosamente formados para a vida espiritual e para a disciplina”. (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.84).

Além desse período obrigatório de permanência em um seminário, em geral, os candidatos ao sacerdócio passam por um ano propedêutico, quando já começam a viver em um estabelecimento formativo e são chamados de seminaristas. Terminado esse ano, os seminaristas devem cursar, conforme ocorre no Brasil, três anos de filosofia e quatro de teologia. Portanto, moram em média durante cerca de oito anos em seminários ou casas de

formação, convivendo com outros formandos e sob a orientação dos chamados padres formadores. Geralmente, os seminários possuem um padre reitor, padres auxiliares na formação, diretor de estudos, diretor espiritual e professores das diversas disciplinas. Todos são considerados formadores dos candidatos ao sacerdócio, porém alguns, em específico, como o reitor, padres assistentes da formação e, em alguns casos, até o diretor espiritual, permanecem morando no seminário junto aos seminaristas, sendo seus formadores diretos.

Os padres formadores acompanham os seminaristas todos os anos da formação, auxiliando-os em seu desenvolvimento, principalmente nos aspectos acadêmico, espiritual, apostólico ou pastoral, moral, psicológico e afetivo (IGREJA CATÓLICA, 2002, p.86).

Antoniazzi (2001) elenca alguns desafios que a atualidade impõe à formação presbiteral: os que ingressam nos seminários possuem uma *frágil formação humana* e estão mais *expostos a subjetivismos religiosos e antiintelectualismos*; o *processo atual de fragmentação do saber impede a formação intelectual integrada e harmoniosa*; exige-se *capacidade de diálogo e de compreensão das rápidas mudanças sociais*, etc. Diante desses desafios, expõe algumas tarefas prioritárias: *cuidar do desenvolvimento pessoal do seminarista*, o que exige capacidade e percepção; *proporcionar uma boa formação teológica* ensinando-o “a pesquisar, a escutar, a dialogar, a estudar, a procurar com rigor a verdade” (ANTONIAZZI, 2001, p.35).

Em seguida, aponta o que pensa ser uma exigência para os padres formadores:

A busca de esforço integrado de todos os formadores, a partir da convicção de que a formação presbiteral é conjunto orgânico, que une e harmoniza diversas dimensões (humano-afetiva, espiritual, comunitária, intelectual, pastoral...) e que exige que todos os formadores contribuam, cada um a partir de sua responsabilidade específica, para a obtenção do resultado comum: assim a teologia deve estimular a dimensão espiritual e pastoral, o diretor espiritual deve incentivar o estudo, a participação litúrgica, a vida comunitária, o empenho pastoral; também a disciplina, os horários, a atenção dos superiores aos diversos aspectos da formação condicionam a valorização – ou menos – da totalidade; enfim, cabe aos formadores levar a sério o seminário, apesar dos limites desta instituição, ao menos até que surjam condições para pensar um itinerário formativo radicalmente diverso ou alternativo. (ANTONIAZZI, 2001, p.35-36).

Pode-se perceber que, mesmo quando se reflete sobre os desafios da formação, seja em documentos eclesiais como o Código do Direito Canônico, em planejamentos e projetos da formação clerical ou na reflexão de importantes teóricos e pensadores da teologia católica, como o padre Alberto Antoniazzi, pouco se encontra sobre a formação de uma

pessoa destinada a ser ‘formadora’. Fala-se dos desafios existentes, mas um possível despreparo dos responsáveis pela formação não é incluído entre eles.

Que conhecimentos específicos deve possuir um padre para ser considerado formador em um seminário? Por qual formação sistemática deve passar para estar habilitado a ser um formador? Existem problemas específicos relacionados ao despreparo dos padres formadores?

Esses são alguns dos questionamentos que motivaram a aplicação de um questionário, em uma entrevista semi-estruturada, aos padres formadores que participaram desta pesquisa. Perguntou-se sobre os problemas específicos encontrados no processo formativo na intenção de identificar os principais analisadores institucionais presentes. Ao final deste trabalho, serão apresentadas a descrição e a análise das falas dos entrevistados, elucidando a possível ação dos tais analisadores. A partir do que se encontrar, com base na teoria da Análise Institucional, poderemos formular reflexões que sejam úteis para que o processo formativo presbiteral não se aprisione na paralisia do instituído e assim proporcione o pleno desenvolvimento dos participantes desse processo.

Compreende-se os limites de uma teoria surgida entre os anos 60 e 70, para responder às demandas daquele tempo. O contexto era outro, as necessidades eram outras, as estruturas e a organização social passaram por mudanças, mas as expectativas de transformação social não se realizaram como se esperava há 30 anos. Entretanto, muitos problemas ainda são os mesmos e acredita-se que a Análise Institucional, como descritora dos movimentos e da dialética institucional ainda cumpra o seu papel. Por isso, o instrumental teórico disponibilizado por tal teoria possibilitará a compreensão ampla e profunda dos problemas e crises do processo formativo presbiteral. É uma teoria que visa a prática, mas não será utilizada como método de intervenção em um estabelecimento de formação específico (seminário, instituto religioso ou casa de formação), mas como método de análise social do processo formativo enquanto um conjunto de práticas institucionais. Tal análise buscará a identificação e a compreensão dos analisadores presentes no processo e evidenciados nas falas dos formadores, registradas nas entrevistas.

A Análise Institucional visa ao esclarecimento do aspecto oculto da instituição, no que diz respeito às suas contradições, revelado em seu modo de produção, nas estruturas de poder, nas ideologias que atravessam o político, o religioso, o científico. (ALMEIDA, 1999, p.19).

O aparato prático-conceitual da Análise Institucional será ideal para o estudo do processo de formação presbiteral por meio da análise do material colhido nas entrevistas com

os padres formadores. Levará à elucidação dos elementos instituídos reprodutores e mantenedores das lógicas institucionais, suas funções e atravessamentos. Proporcionará a localização e a identificação dos movimentos e das possibilidades instituintes, criativas e fomentadoras de liberdade, seus funcionamentos e transversalidades.

No discurso dos formadores entrevistados, serão identificados os principais analisadores presentes no contexto formativo para melhor compreender e explicitar seu real modo de funcionamento institucional (ALMEIDA, 2005). Elucidar as contradições e os fatores ocultos na instituição visa a propor um processo formativo mais coerente e humanizador para todas as pessoas nele envolvidas. Parte-se do pressuposto de que “a instituição é mediação, não o objetivo; ela existe para cada sujeito procurar com os demais o essencial” (ALMEIDA, 2005, p.20). A instituição deve favorecer o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas e não atrapalhar este processo.

As entrevistas investigarão alguns dos analisadores mais comuns já elencados por outros trabalhos (PEREIRA, 2004; 2005). Outros são propostos por serem temas recorrentes na literatura que problematiza a formação presbiteral. Não se nega as interferências e implicações deste pesquisador, seminarista em processo de formação.

Este não é um trabalho de Análise Institucional aplicado – ou seja, não será analisada uma situação formativa específica, uma casa de formação, um seminário, um grupo de padres formadores ou de seminaristas formandos –, não serão introduzidos *analisadores artificiais*⁴, mas apenas postos em evidência aqueles presentes espontaneamente no processo.

Acredita-se que toda ação é uma intervenção. O simples fato de um agente institucional falar sobre os analisadores institucionais coloca em manifesto os desejos, os interesses, os conflitos, as negações existentes nas práticas formativas, segmento da organização religiosa em questão. O fato de possibilitar a fala institucional a partir dos agentes ‘padres formadores’ pode expor o jogo de forças institucionais existente. Será feita a coleta das falas para analisar nelas os elementos e as forças institucionais presentes no processo formativo, com o auxílio da teoria da Análise Institucional. A própria entrevista poderá torna-se um instrumento de análise e intervenção na prática dos padres formadores entrevistados, desde que consiga expor contradições e torná-las conscientes para tais agentes. Espera-se também tal efeito interventor.

⁴ Em Baremlitt (1996), encontramos a seguinte definição para os analisadores artificiais ou construídos: “[...] são dispositivos inventados e implantados pelos analistas institucionais para propiciar a explicitação dos conflitos e sua resolução. Para tal fim, pode-se valer de qualquer recurso (procedimentos artísticos, políticos, dramáticos, científicos, etc.), qualquer montagem que ponha de manifesto o jogo de Forças, os desejos, interesses e fantasmas dos segmentos organizacionais.” (BAREMLITT, 1996, p.152).

Neste sentido, a própria entrevista pode ser um dispositivo analisador importante para aqueles que estão imersos nas práticas formativas e não conseguem enxergar seus aspectos problemáticos. Para um padre formador, falar a respeito de si no processo formativo poderá permitir uma outra compreensão das suas práticas. Tratar da formação presbiteral fora de seus limites institucionais, poderá fazê-los ‘ver’ coisas que somente à distância podem ser vistas.

A entrevista poderá diminuir os efeitos da miopia institucional que geralmente acomete os agentes institucionais. Suas práticas, agenciadas pelas lógicas institucionais da organização que lhes sustentam, ao serem colocadas em questão, poderão dar voz aos silenciamentos e ‘não-ditos’ institucionais existentes.

Espera-se despertar nos padres entrevistados os instituintes e organizantes adormecidos no processo formativo e colher material para refletir sobre o estatuto atual da formação presbiteral por meio dos analisadores presentes. Buscar-se-á uma contribuição concreta para a reflexão acerca da condução do processo formativo dos futuros padres.

Se as lógicas institucionais estiverem privando de autonomia os agentes do processo formativo, espera-se expô-las e questioná-las por meio dos analisadores. Estes poderão permitir a percepção das forças instituintes presentes no processo formativo. Tal percepção ajudará na proposição futura de práticas que facilitem a liberação do fluxo instituinte demandado, servindo assim ao aperfeiçoamento dos seminaristas, que têm o direito de desenvolver suas potencialidades ao longo do processo formativo. Para isso a formação presbiteral deve existir. Não faz sentido que os formandos padeçam às custas de práticas que tenham por finalidade a manutenção das lógicas institucionais já existentes.

1.1 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é promover uma reflexão honesta a respeito do processo formativo presbiteral católico na atualidade por meio da fala de padres formadores.

Objetivos específicos:

- Investigar os analisadores presentes no discurso de um grupo de padres formadores, obtido por meio de entrevistas semi-estruturadas. Tais analisadores revelarão os principais problemas e necessidades existentes nos contextos formativos geridos pelos tais padres formadores. O conhecimento produzido poderá ser útil para uma melhor compreensão e melhoria do processo formativo presbiteral.

- Promover um momento de reflexão e auto-análise para os padres entrevistados, exporem sua opinião, posicionamentos e sentimentos experienciados ao longo do processo formativo.
- Problematizar a capacitação pela qual o padre formador passou para tornar-se formador. No caso de não terem passado por um processo formativo sistemático específico para ser formadores, investigar as consequências de sua ausência.
- A partir dos dados e da problematização feita, contribuir concretamente para o aprimoramento do processo formativo sacerdotal.

1.2 Encaminhamentos metodológicos

A metodologia abrangerá a *pesquisa bibliográfica, a pesquisa teórica e a entrevista semi-estruturada*.

Pela pesquisa bibliográfica será feito o levantamento e a revisão da literatura concernente à Análise Institucional e ao processo formativo presbiteral. Tal empreendimento buscará compreender o estatuto das pesquisas que hoje são feitas no sentido de problematizar a formação pela qual passam os candidatos ao sacerdócio católico.

Com a entrevista semi-estruturada, será feito um levantamento da percepção que os responsáveis pelos seminaristas têm quanto à formação e às questões que lhe são pertinentes. A apreensão que os formadores têm a respeito do processo formativo será uma importante fonte de informações.

Serão entrevistados dez padres atuantes na formação do clero diocesano em seminários católicos do Brasil. O critério para a seleção dos entrevistados será o de estar trabalhando na formação há um ano completo. Os entrevistados serão selecionados aleatoriamente e convidados para participar livremente da pesquisa.

As entrevistas serão semi-estruturadas, feitas pessoalmente de forma oral com o recurso da gravação em fita cassete que posteriormente serão transcritas para análise. As respostas serão agrupadas para a apresentação segundo a temática dos analisadores propostos e a identidade dos entrevistados será preservada.

Chama-se semi-estruturada a entrevista com um roteiro previamente estabelecido, em que o pesquisador tem certa liberdade para adaptar a formulação das perguntas conforme o

seu objetivo. As perguntas são abertas, permitindo ao entrevistado responder mais livremente, sob orientação do pesquisador.

As questões versarão sobre a formação presbiteral, direcionando o trabalho para a busca da identificação e da ação dos analisadores propostos. Buscar-se-á saber sobre a compreensão que os padres formadores têm a respeito dos objetivos da formação, bem como identificar sua opinião quanto aos conhecimentos necessários para sua atuação como formadores. Serão feitas questões também sobre os principais problemas e desafios encontrados na formação e na relação entre formador e formando. A investigação colherá propostas e sugestões para a melhoria do processo formativo, buscando identificar onde se fazem necessárias mudanças em suas práticas.

Será investigada a ação dos seguintes *analisadores* no processo formativo: saber, poder, sexualidade e afetividade, dinheiro, identidade e diferença, espiritualidade e mística, diferença etária, novas tecnologias (*internet*), silêncio, sofrimento e, por fim, a influência da própria formação dos padres formadores. O questionário semi-estruturado que guiará as entrevistas encontra-se anexo no final deste trabalho.

Este trabalho divide-se em três partes principais:

1. Análise Institucional – apresentação da teoria que será utilizada como operador conceitual na análise das entrevistas.
2. Analisadores no processo formativo presbiteral – Versará sobre a atuação possível de alguns analisadores na realidade da formação presbiteral. Serão utilizados elementos tanto da literatura que problematiza a formação, quanto da experiência do pesquisador, formando e candidato ao presbiterato.
3. A formação que ‘fala’: Trata-se da análise de pesquisa de campo. Os dados obtidos nas entrevistas semi-estruturadas serão descritos e analisados segundo o operador conceitual da Análise Institucional. Serão agrupados tematicamente para evidenciar a presença e ação dos analisadores vistos no segundo capítulo deste trabalho, e de outros que venham a ser evidenciados.

2 ANÁLISE INSTITUCIONAL

2.1 O institucionalismo, instituições e a Análise Institucional

O referencial teórico desta pesquisa são os pressupostos da Análise Institucional, apresentados e desenvolvidos por seus principais teóricos, em especial Georges Lapassade, René Lourau, Gregorio Barembliitt e seus comentadores. Faz-se necessária, no entanto, a compreensão da perspectiva institucionalista de maneira mais geral, que possui certa complexidade, porque é composta por diversas teorias, com suas respectivas práticas.

O centro da teoria deste estudo é o próprio conceito de instituição, que é o conceito-chave para a compreensão do fenômeno, abordado em seus determinantes como um dos frutos ou desdobramentos práticos das lógicas institucionais regentes da vida social. Antes de entrar em aprofundamentos teóricos e nos conceitos específicos desdobrados pela Análise Institucional, veja-se a definição de instituição de René Lourau (1996):

Em primeiro lugar, a instituição é um espaço singular. É o lugar clausurado, marcado, lugar do recalçamento libidinal; lugar recortado no espaço e no tempo sociais; lugar submetido a normas imperativas, refletindo em parte as normas sociais da classe dominante, acentuando-as, e instaurando em parte normas especiais desprezando tanto as regras jurídicas quanto a “lei natural”. Lugar onde as modalidades de entrada (e de participação) e de saída (e de exclusão) são extremamente codificadas em um sistema simbólico, no qual se reconhece uma vontade de regulação – sempre problemática – da entrada pela saída. O conteúdo do conceito designa neste caso estabelecimentos bem delimitados no espaço social, organizações ou grupamentos definidos por uma seleção e pelas características de uma clientela, simbolizados no espaço urbano ou rural por uma arquitetura “funcional”. Ademais do convento e de outras instituições religiosas, vêm-nos infalivelmente à lembrança dois tipos de instituições das quais o convento é a matriz: as instituições hospitalares e as instituições educativas. [...] (LOURAU, 1996, p.26).

A definição é tão complexa quanto profunda. O termo instituição remete a uma gama imensa de significações. Na acepção popular, o termo pode designar uma entidade filantrópica, uma organização não-governamental ou uma fundação educacional ou cultural. Na obra *Análise Institucional*, de Lourau (1996), encontram-se importantes aspectos de sua teoria, que serão aprofundados oportunamente neste trabalho.

Por ora, eis a apreensão espontânea que tal definição nos proporciona. A instituição está situada: é um espaço, um lugar com certas características que lhe dão sua singularidade.

Ou seja, há uma originalidade diferenciadora que afasta uma instituição específica do generalizável e das equivalências próprias das coisas universais.

Tal lugar é fechado e delimitado. Nele, as forças existentes são reprimidas, ou como o autor mesmo diz, são ‘recalcadas’, escondidas, relegadas a outras instâncias.

Além de estar num espaço circunscrito e singular, a instituição está no tempo. É filha da história, ou seja, é o resultado das transformações operadas pelos homens no mundo, por meio de seu processo de desenvolvimento, evolução e criação. Faz parte daquilo que a humanidade construiu no tempo.

A instituição é, portanto, lugar de manifestação do devir e das demandas sociais, lugar da constituição e manifestação/efetivação das leis e dos imperativos que regem a vida dos seres humanos. Como fruto das contingências históricas, é grandemente influenciada pelas classes dominantes, porém nunca completamente capturada por seus poderes. É lugar de contradição, pois legitima e legaliza a vida, mas não suporta a domesticação.

É importante saber que os principais objetivos das escolas institucionalistas são, segundo Baremlitt (1996), levar as instituições e seus atores sociais ao movimento de *auto-análise* e conseqüente *autogestão*. As escolas institucionalistas encontram-se no bojo daquelas correntes teóricas que, inseridas na dinâmica das Ciências Sociais, têm seu objeto de estudo (sociedades, instituições e organizações sociais e grupais) apreendido mais ou menos na mesma perspectiva.

Essas escolas compõem o Movimento Institucionalista e, apesar de estudarem fenômenos emanados da mesma fonte, ou seja, a sociedade e seus movimentos, diferem em sua maneira de leitura, apreensão, compreensão, abordagem e intervenção da realidade. De acordo com Pereira (2005):

O termo Movimento Institucionalista é usado para definir uma série de teorias, correntes, pensamentos, práticas e experiências de nomes variados, que têm como premissa a autogestão e a auto-análise. “Análise Institucional”, “Pedagogia Institucional”, “Psiquiatria Democrática”, “Sociopsicanálise”, “Psicossociologia”, “Esquizoanálise”, “Grupo-Drama-Institucionalista”, “Sociologia clínica”, “Grupo Operativo”, “Educação Popular” e outros. Essas escolas objetivam impulsionar experiências coletivas utópicas, criadoras de novos saberes e modos alternativos de viver. (PEREIRA, 2005, p.59).

Baremlitt (1996) e Pereira (2005) apresentam as mesmas premissas e objetivos para essas escolas. A auto-análise e a autogestão são os meios necessários para que as relações institucionais sejam orientadas (ou re-orientadas) pelas utopias coletivas, também chamadas

de ‘Utopias Ativas’¹, a expressão do desejo de renovação e de transformação das coletividades humanas envolvidas nos meandros institucionais. As mudanças são necessárias para que as instituições sigam a estruturação e sustentação da vida social, e não o contrário.

Isso é fundamental para a compreensão da perspectiva institucionalista, que possui seu embasamento nos pressupostos teórico-filosóficos da dialética hegeliana, da crítica social do marxismo e da teoria sociológica de Durkheim. Acrescentem-se a esta lista, já no bojo das correntes teórico-práticas, as importantes contribuições trazidas pelos teóricos grupelistas, em especial as do alemão Kurt Lewin.

As correntes do institucionalismo, para além desses pressupostos, agregam em seus *constructos* teóricos outros conceitos, como os de ‘inconsciente’ e de ‘desejo’, oriundos de escolas psicológicas propriamente ditas, como a psicanálise freudiana – que não são compreendidos segundo a psicanálise. Para a Análise Institucional, o ‘inconsciente’ refere-se à qualidade de certos processos geradores do novo na instituição, da força motriz das transformações necessárias. Pode também estar relacionado aos processos reforçadores das lógicas institucionais já existentes. Neste caso, o inconsciente refere-se ao que não é dito, que é ocultado, omitido ou distorcido, mas que subjaz de maneira determinante nos processos institucionais.

Do mesmo modo, na Análise Institucional o ‘desejo’ deve ser compreendido não com a acepção restrita ditada pela psicanálise, mas em concordância com a Esquizoanálise, que o concebe como a força produtora das transformações necessárias, como combustível das metamorfoses exigidas pelas realidades institucionais. Por ser o ímpeto criativo gerador do novo, o desejo é bombardeado por forças sociais repressoras de todo tipo – econômicas, políticas, culturais, etc. – e não somente por aquelas emanadas dos determinantes exclusivamente psíquicos e individuais.

¹ Termo utilizado pela Análise Institucional para designar “as metas e objetivos mais altos e nobres (no sentido dado a esses termos por Nietzsche), que orientam os processos produtivo-desejante-revolucionários dos movimentos e agenciamentos sociais em seus aspectos instituintes-organizantes. Essas metas não estão colocadas em um futuro remoto nem terminal, do tipo dos que são enunciados como escatologias (‘Fim da História’ ou ‘Fim dos Tempos’). Na Utopia Ativa há uma imanência entre fins e meios; o Processo Produtivo-Desejante-Revolucionário é seu próprio fim e meio em cada aqui e agora.” (BAREMBLITT, 1996, p.196).

2.2 Análise Institucional – principais conceitos

Serão apresentados agora, a conceituação dos termos *auto-análise* e *auto-gestão*, as tentativas de definição e conceituação de instituição e a exposição de alguns dos conceitos-chave da Análise Institucional. Esta é uma das tendências/escolas do Movimento Institucionalista ou Instituinte, que, juntamente com a Sociopsicanálise (Gérard Mendel) e a Esquizoanálise (Deleuze e Guattari), maior notoriedade tem atingido. (BAREMBLITT, 1996). Entretanto, o terreno é fluido, sem a precisão conceitual exigida pela objetividade das ciências duras. Buscou-se o máximo de abrangência dos conceitos das lógicas institucionais, considerando a complexidade do fenômeno humano-social de que as instituições são produto e, ao mesmo tempo, produtoras e mantenedoras.

2.2.1 Auto-análise e autogestão como objetivos da Análise Institucional

Este trabalho não visa ao aprofundamento das bases teóricas, filosóficas ou históricas do Movimento Institucionalista², mas concentra esforços na exposição sintética dos seus principais conceitos e práticas, que serão as óticas teóricas para analisar o fenômeno da formação presbiteral. Tal fenômeno será investigado, sob a perspectiva conceitual da Análise Institucional, por meio da análise das ‘falas’ de padres formadores, obtidas por meio de entrevistas em pesquisa de campo.

Barembritt (1996) afirma que o objetivo principal das escolas do movimento institucionalista é levar as instituições a fomentarem o surgimento dos processos de *auto-análise* e *auto-gestão* nelas mesmas.

As diferentes escolas do movimento institucionalista se propõem propiciar, apoiar, deflagrar nas comunidades, nos coletivos, nos conjuntos de pessoas, processos de auto-análise e processos de auto gestão. O que significam estas palavras? (BAREMBLITT, 1996, p.14).

² Para um maior aprofundamento, consultar a obra *Análise Institucional* de R. Lourau (1996); o *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*, de G. Barembritt (1996); ou o capítulo ‘Sejam realistas, tentemos o impossível!’: Desencaminhando a psicologia através da Análise Institucional, de H. C. B. Rodrigues (2005), na obra *História da Psicologia: Rumos e percursos*, organizada por A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e por F. T. Portugal. Pereira (2005) faz uma apresentação sintética das principais escolas do institucionalismo e sua gênese histórica. Afirma que as principais bases teóricas da *Análise Institucional* ou *Socioanálise* e da *Sociopsicanálise*, são a psicanálise e o materialismo histórico dialético.

O próprio autor responde:

A *auto-análise* consiste em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, de suas necessidades, de suas demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida. [...] Este processo de auto-análise das comunidades é simultâneo com o processo de auto-organização, em que a comunidade se articula, se institucionaliza, se organiza para construir os dispositivos necessários para produzir, ela mesma, ou para conseguir os recursos de que precisa para o melhoramento de sua vida sobre a terra. (BAREMBLITT, 1996, p.17-18).

O processo da *auto-análise* como produção de um conhecimento dos próprios problemas e necessidades a partir do interior de um grupo/comunidade é fundamental, sendo realizado de maneira concomitante, simultânea e articulada ao processo de *autogestão* Barembritt (1996), que deve ser entendido como uma maneira dos grupos/coletivos se organizarem e decidirem sobre seu funcionamento diante dos desafios e necessidades.

Para Barembritt (1996), no processo de autogestão e auto-análise o saber produzido não é fruto do poder emanado da ação ou do saber-poder de especialistas alheios à realidade auto-analisada, mas fruto da ação coletiva dos envolvidos no processo e expressão dos seus reais interesses. É um saber, um ‘poder’ compartilhado, essencialmente a serviço do coletivo e a partir dele.

Não se nega a importância do saber historicamente construído pelas ciências em geral. “O movimento institucionalista reconhece uma *gênese histórico-social* e uma *gênese conceitual*” (BAREMBLITT, 1996). Todo conhecimento, teorias, idéias, conceitos e categorias produzidos ao longo da história da humanidade – em especial, os advindos por meio das ciências modernas como a sociologia, a antropologia, a pedagogia e a psicologia – devem ser considerados e reconhecidos como úteis para a fundamentação da ação, auto-análise e autogestão. Porém, não se pode desconsiderar que tais saberes devem passar pelo crivo do contingente humano constitutivo da realidade auto-analisada. Significa dizer que o conhecimento historicamente produzido não deve ser tomado como um ‘saber-poder’ absoluto, mas ser confrontado por aquele ‘saber-poder’ genuíno, emanado das próprias experiências da coletividade em análise.

Pereira (2005) acrescenta à definição de autogestão importantes elementos referentes à ordem do desejo e da autonomia dos coletivos constituintes das realidades institucionais em análise:

O axioma fundamental da autogestão é a igualdade de direito e de desejo. Crê-se na autonomia dos grupos e coletivos, calcada na participação, no saber, na experiência de cada ser humano que, tendo tudo isso somado às suas habilidades, se autogestiona, se autodirige, se auto-administra, se autocritica (auto-análise) e estabelece as leis tão necessárias para o êxito do empreendimento. A autogestão visa a transformação e não só a participação. (PEREIRA, 2005, p.67).

O ser humano pode manifestar-se enquanto tal quando é capaz de conhecer os determinantes do que ocorre ao seu redor, quando pode participar da sua realidade social, a partir de seus desejos e potencialidades, em condições de igualdade com os outros. Assim, pode ser minimamente autônomo e desenvolver-se consciente de seu processo. Os movimentos geradores da autogestão tendem a desencadear transformações nas estruturas institucionais, que são o resultado natural da análise institucional, porque desencadeadas por ela:

Fazer análise em uma instituição é questionar, interpretar e transformar o lugar imaginário, simbólico e físico, o espaço da hierarquia e dos subordinados, a produção dos equipamentos de captura da subjetividade, a relação entre o instituído e o instituinte, ou seja, liberar a palavra da instituição, o “não-dito”. A análise é resultado das lutas de sujeitos e grupos fortemente implicados que se utilizam, para tanto, não só de uma racionalidade, mas também de seu inconsciente, as pulsões, a afetividade e as paixões. Aliás, nada se faz sem grande paixão. Instituições que não sonham e não apostam na utopia estão à beira da morte. (PEREIRA, 2005, p.61-62).

A definição do movimento gerado pela análise de uma instituição é sintética, embora completa, não escondendo a complexidade e especificidade dos numerosos conceitos empregados pela Análise Institucional. Essa definição será retomada oportunamente neste trabalho. Por ora, o trabalho de exposição e explicação dos principais termos utilizados por este referencial teórico.

Pelas transformações e pelas mudanças geradas, Barembritt (1996) considera que os processos auto-analíticos e autogestivos dão-se em condições muito desfavoráveis, porque, como exposto, de maneira geral tendem a subverter e abalar a ordem instituída. O saber e o poder são compartilhados pelo coletivo humano participante da instituição e passam a ser emanados de outros lugares institucionais:

Não há nada que seja mais temido e mais odiado pelo sistema social, porque os movimentos instituintes têm esse intuito: que os coletivos presidam a definição de problema, a oferta de soluções, a colocação dos limites do que é possível e do que é impossível, o que normalmente é feito pelas instituições, organizações e saberes de grupos dominantes. Por isto a autogestão não é tarefa fácil [...]. (BAREMBRITT, 1996, p.24).

É preciso considerar que a autogestão promovida pela análise de uma instituição não deve ser considerada uma força desagregadora ou destruidora das estruturas institucionais. O intuito é a transformação das estruturas que não estejam servindo aos seus propósitos de fomentar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos seres humanos participantes do processo. Esta é a finalidade das mudanças necessárias e requeridas pela autogestão.

A autogestão não visa à destruição insana da instituição, muito menos a ser anestésico às angústias provocadas por um sistema autocrático e autoritário. É uma nova forma de se pensar o poder e as regras de funcionamento institucional a partir dos próprios agentes institucionais. Esse poder, regras ou leis devem existir para estar a serviço da coletividade institucional e para garantir-lhe a plena participação. (PEREIRA, 2005).

Não se busca a dissolução dos processos institucionais, mas o funcionamento em favor dos seus agentes. Fica clara a postura crítica da Análise Institucional e a real finalidade dos processos de autogestão desencadeados pela auto-análise. Por ser processual, ele é constante e deve atuar no tempo, garantindo aos participantes a liberdade e autonomia para desenvolverem suas potencialidades e não ser sufocados pelos processos e funcionamentos institucionais.

No bojo do *institucionalismo* há diversas correntes e maneiras de se considerar os seus princípios. Não se nega a existência daquelas correntes ultra-revolucionárias beirando ao anarquismo. A Análise Institucional não tem o intuito de travar uma ‘cruzada antiinstitucional’. Antes, buscam-se soluções, caminhos e práticas que expressem o saber-poder produzido pela coletividade em prol da democratização das decisões e do aumento da autonomia, da capacidade inventiva e da criatividade dos atores institucionais. O objetivo é sempre fazer com que os agentes dos processos institucionais tenham consciência dos fatores que impedem a liberdade e a autonomia que permitem a percepção do novo possível, emergente a partir dos saberes construídos na coletividade institucional.

Faz-se fundamental a compreensão de que o institucionalismo não considera as realidades institucionais de uma maneira maniqueísta. O instituído em sua rigidez e inflexibilidade não é o símbolo do mal, mas simplesmente busca permanecer e afirmar-se. A perspectiva é sempre dialética e, como tal, prevê a sucessão das atuais estruturas institucionais por outras, novas, superadoras, mas não destruidoras das anteriores. O próprio movimento dialético fará com que estas novas formas sejam novamente transformadas, complexificadas e reinventadas pelas novas demandas sociais que pressionarão a renovação.

2.2.2 A Instituição: instituinte e instituído no jogo institucional

O Institucionalismo tem sua maneira própria e articulada de conceber a história e a sociedade. A história é compreendida como o desenvolver-se ou o *devenir* da sociedade no tempo. Por sua vez, a sociedade é considerada como “[...] uma rede, um tecido de instituições.” (BAREMBLITT, 1996). A própria organização da atividade humana a que damos o nome de sociedade é um emaranhado formado pelos fios das instituições que se atravessam e entrecruzam na complexa tessitura do social.

Há algumas tentativas, se não de conceituar o que seja instituição, pelo menos de apresentar a problemática ao redor desse conceito segundo a ótica de alguns dos teóricos mais representativos da Análise Institucional: Georges Lapassade (1983), René Lourau (1996) e Gregorio Barembritt (1996). Não se pretende esgotar pormenorizadamente o tema, mas introduzir os possíveis desdobramentos de análise da realidade, propiciados por tal teoria.

Lapassade (1983) trata da terminologia ‘instituição’ na pesquisa sociológica e seus desdobramentos na linguagem jurídica, no vocabulário da antropologia e na psicossociologia. Afirma de maneira direta que, por instituições, compreendem-se os “grupos sociais oficiais: empresas, escolas, sindicatos; sistemas de regras que determinam a vida desses grupos” (LAPASSADE, 1983). Já aqui está que o termo ‘instituição’ abrange não somente os grupos sociais mais ou menos organizados, mas também os elementos normatizadores que os direcionam. É constitutiva das instituições uma dimensão não material extremamente poderosa e determinante da vida de coletividades inteiras e de seus atores sociais. A vida humana, sempre que inserida nas organizações e agrupamentos sociais, é regida pelas lógicas institucionais que sustentam as organizações, por meio de suas leis e regras, enfim, pelo universo simbólico que normatiza e sustenta tal realidade.

Na continuidade do seu pensamento quanto às instituições, Lapassade (1983) apresenta uma aceção, retirada do pensamento de Fauconnet e de Mauss quando estes, “no espírito de Durkheim, definem a sociologia como a ciência das instituições” (LAPASSADE, 1983). Tal concepção não apresenta as instituições como determinantes cruéis ou impositoras cegas das leis e das regras para a vida em sociedade, mas deixa evidente sua gravidade e importância:

As instituições são um conjunto instituído de atos ou de idéias que os indivíduos encontram à sua frente e que se impõe mais ou menos a eles. Não há razão alguma para que se reserve exclusivamente, como em geral se faz, essa expressão aos

arranjos sociais fundamentais. Entendemos, portanto, por essa palavra tanto os costumes, os modos, os preconceitos e as superstições, quanto as constituições políticas ou as organizações jurídicas essenciais; pois todos esses fenômenos são da mesma natureza, diferindo apenas em grau. A instituição é, em suma, na ordem social aquilo que a função é na ordem biológica, e, da mesma forma que a ciência da vida é a ciência das funções vitais, a ciência da sociedade é a ciência das instituições definidas. (FAUCONNET; MAUSS *apud* LAPASSADE, 1983, p.193).

Já nessa definição, que no início do século XX apresentava a sociologia como a ‘ciência das instituições’, encontramos matizes da dimensão imaterial do conceito de instituição. Nela também já encontramos os elementos de fixidez do ‘instituído’ na forma de ‘atos’ e ‘idéias’. Esta dimensão ‘ideal’, ou melhor, ‘imaginária’ do institucional, não abandona seu peso e influência visto que ‘se impõe’ aos atores sociais, pelos referidos autores, tratados pelo uso do termo ‘indivíduo’.

Das tênues e frágeis superstições que impregnam a subjetivação das pessoas e são expressas em seus costumes e modos de ser, ao poder restritivo das leis positivas que regem, tornam lícito ou interditam o agir humano, em tudo isso estão as instituições, agindo e regendo a complexidade da vida social nos seus diversos níveis e graus. Em alguns momentos, direta e explicitamente por meio dos aparatos que mantêm a ordem social. Noutros, sorrateira e imperceptivelmente por meio de mecanismos que são assumidos de maneira irreflexiva e inquestionável, como alguns costumes ou mesmo a religiosidade.

Vê-se que a sociologia já em seus inícios dá-nos contribuições valiosas que iluminam os caminhos para a compreensão das instituições. Todavia, Lapassade (1983) reafirma que o conceito de instituição passou também por uma evolução ao longo do período histórico em que a sociologia se constituía enquanto ciência:

O sentido do conceito de instituição modificou-se profundamente desde mais ou menos um século. No tempo de Marx, quer dizer, no século XIX, entendia-se por instituições, essencialmente, os sistemas jurídicos, o direito, a lei. Para o marxismo, portanto, as “instituições” e as “ideologias” são as “superestruturas” de uma sociedade dada, cujas “infra-estruturas” são as forças produtivas e as relações de produção.

Depois, numa segunda fase, o conceito assume uma importância central em sociologia com a escola francesa. No começo do século XX, Durkheim e a sua escola definem a sociologia como uma ciência das instituições.

Hoje em dia, enfim, ingressamos, com o estruturalismo, numa nova fase que conduz a uma profunda reorganização do conceito, em ligação com as práticas institucionais que se desenvolvem nos domínios da psiquiatria, da pedagogia e da psicossociologia. Está sendo preparada uma nova definição das instituições [...]. (LAPASSADE, 1983, p.197).

É preciso considerar a dinâmica histórica da gênese do institucionalismo e compreender a volatilidade do uso e consideração que se fez do termo instituição. Não é possível versar a seu respeito sem a consideração desta sua condição de ser inconclusa.

Lourau (1996) fez algumas definições das instituições. Recuando no processo de compreensão deste fenômeno, entende-se o que vem a ser a Análise Institucional para ele. Tal definição é necessária porque relembra ao mesmo tempo a despretensão desta escola teórica e a importância dos efeitos de suas práticas para a vida dos seres humanos envolvidos nas lógicas institucionais:

A análise institucional não pretende produzir um supersaber clandestino e misterioso, mais completo, mais “verdadeiro” que os outros setores fragmentários do saber. O que tem em vista produzir é uma nova relação com o saber, uma consciência do não-saber que determina nossa ação. (LOURAU, 1996, p.16).

Sobre a evolução histórica da compreensão e concepção do conceito de instituição, Lourau (1996) parte da filosofia do Direito e apresenta sínteses entre o pensamento de Rousseau e Hegel que tendem a superar a visão simplista associar instituições a simples organizações objetivas e materiais. Outros dois estudiosos por ele apresentados, Hauriou e Renard, retratam bem a complexa gama de significações que envolvem o conceito de instituição numa expressão encontrada na obra *La Théorie de l'institution*: “o mistério da instituição”. (HAURIOU; RENARD citado por LOURAU, 1996, p.67). Mesmo que se estudasse minuciosamente a evolução histórico-conceitual do que seja instituição, permanecer-se-ia no interior desse ‘mistério’, devido à complexidade de sua abrangência. Todo trabalho aqui empenhado não é outro senão buscar elementos que iluminem e revelem o máximo desse conceito para que se possa utilizar o referencial teórico da Análise Institucional com certa propriedade.

Lourau (1996) apresenta a problemática histórica em que se desenvolve a compreensão da instituição e dos seus significados. É objetiva e observável quando materializada no nível das organizações, mas abarca toda uma dimensão subjetiva, ideal e simbólico-imaginária. Daí a dificuldade na sua compreensão. De Marx, por exemplo, extrai a seguinte definição:

A definição de instituição é finalmente a seguinte: “A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, na qual se combinam em proporções e relações variáveis uma componente funcional e uma componente imaginária. A alienação é a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade” (LOURAU, 1996, p.89).

Acima da dimensão material e observável, está a instituição imaterial e imaginária que lhe dá suporte. A instituição é um *constructo* simbólico que penetra o tecido social, sendo autônomo, e chegando a exercer, nos coletivos que compõem a realidade social, o domínio pela alienação. As instituições, pela sua dimensão imaterial, isto é, significados, saberes, normas e leis, se impõem ao tecido social determinando sua lógica de funcionamento.

Ao comentar o conceito marxista de instituição, Lourau (1996) revela importantes traços de sua visão teórica das instituições e da Análise Institucional:

Estado, família, partido, empresa... A análise dessas instituições no sistema de referência marxista não é necessariamente contraditória com a análise institucional. O que o sociologismo da teoria das organizações deixa de lado, ou considera como um dado “natural”, torna-se objeto da análise institucional, a saber, a rede das relações instituídas e instituintes que serve de matéria-prima à instauração e funcionamento dessas formas sociais que são a empresa, o partido, a família ou o Estado. (LOURAU, 1996, p.91).

Portanto, para Lourau (1996) a Análise Institucional tem por objeto de estudo e intervenção a rede complexa das relações instituídas e instituintes que estruturam as instituições, que aqui são chamadas de ‘formas sociais’. Relações instituídas são as forças que mantêm as instituições. Tendem a preservá-las em suas formas rígidas e estabelecidas, mas o tempo todo são interpenetradas por forças instituintes que visam à transformação das antigas formas sociais já estabelecidas e à instauração de novas.

As forças instituídas ora existentes já foram, um dia, instituintes. Para manter a lógica institucional e seu funcionamento social, agem de modo a sufocar todo novo impulso instituinte que possa ameaçá-las. O instituído atual, fruto da ação de uma força instituinte sobre antigas formas instituídas, tende a fortalecer-se para manter a instituição e suas lógicas. Contra tal rigidez, sempre existe um pólo de forças instituintes que, quando fortificado, age sobre o instituído suprimindo-o ou transformando-o em novas formas que tomam o lugar das antigas, tornando-se, por sua vez, o instituído, e tendendo, como o instituído anterior, a manter-se como tal.

Dá-se o nome de institucionalização ao processo de estabelecimento e concretização das formas instituídas, que, uma vez estabelecidas, tendem a manter a lógica da instituição, do socialmente aceito e aprovado, do que se considera estar na instância instituída. A dinâmica instituinte, sempre móvel e renovadora, imprime-se sobre o instituído que luta para sufocá-la, trabalhando a favor da manutenção do que já existe, do imóvel, do ‘tradicional’. A institucionalização, depois de ocorrida, tende a sufocar os novos impulsos e forças que venham a surgir e ameaçar sua lógica, que busca a manutenção, a rigidez e a perenidade.

Não se pode julgar com critérios maniqueístas esses dois pólos de forças sustentadores das instituições. O instituído não é a encarnação do ‘mal’ e o instituinte não é o representante do ‘bem’. O instituído é o resultado de uma força instituinte e renovadora que um dia rompeu e modificou as antigas lógicas instituídas. No processo de institucionalização, ele se solidificou e impôs de maneira hegemônica em sua tendência ‘natural’ de manter-se e permanecer. O instituinte é força renovadora, revolucionária, inquieta e volátil. Possibilita o novo, o surpreendente, o inusitado, o movimento de abertura. Porém, mediante a lógica do instituído, as forças instituintes são sempre uma ameaça.

Ainda em busca de definições para o conceito de instituição, ao final de um estudo teórico apresentado na primeira parte do livro *A Análise Institucional*, versando sobre os diferentes sistemas referenciais em que o conceito de *instituição* é utilizado, Lourau (1996) conclui dizendo que a instituição é *polissêmica, equívoca e problemática*.

Quanto à polissemia do conceito instituição, Lourau (1996) resume dizendo que aparece com diferentes significados desde a filosofia do direito até a sociologia atual. É um termo equívoco porque pode designar ao mesmo tempo, ou sucessivamente, o *instituído* e o *instituinte*. O próprio autor afirma que a instituição pode apresentar aspectos repressivos e permissivos ao mesmo tempo, ou, ressaltando mais um ou outro destes aspectos, em momentos diferentes. Enfim, a instituição é problemática por ser *presente* e *ausente*, quase nunca se apresentando de maneira imediata ao estudo indutivo ou à observação.

Presente-ausente, isto é, simbolicamente presente nos grupos, agrupamentos, organizações, “instituições” (no sentido banal do termo), a instituição raramente oferece, nas práticas que pretendem ser analíticas, a face objetiva que se manifestou sobretudo no curso da primeira parte deste estudo. É preciso por conseguinte explorar os domínios onde, por trás dos sistemas de referência que a expulsam ou lhe dão um lugar reduzido (psicanálise, psicossociologia, pedagogia), sua presença-ausência faz surgir o caráter problemático do conceito. (LOURAU, 1996, p.142).

O conceito é problemático. No entanto, temos já pistas suficientes para a compreensão, em sua complexidade. O próprio Lourau (1996) afirma que uma metodologia de intervenção institucional denominada sócio-análise está ainda em vias de elaboração e deve visar à elucidação do que está oculto ou mesmo desfigurado nas instituições.

O celeiro teórico da Análise Institucional está mais permeado por nuances instituintes que instituídas, uma vez que é ainda inconcluso e permanece aberto. Aprofundando a compreensão do dever prático desta escola, Lourau (1996) apresenta outra tentativa de definição, iluminadora do entendimento das instituições:

[...] a análise institucional deve apreender a ação social em seu dinamismo e, sem nada prejudicar sobre o sistema institucional existente, procurar extrair onde está a instituição, isto é, as relações entre a racionalidade estabelecida (regras, formas sociais, códigos) e os acontecimentos, desenvolvimentos e movimentos sociais que se apóiam implícita ou explicitamente sobre a racionalidade estabelecida ou a submetem à discussão. (LOURAU, 1996, p.142).

A intervenção proposta pela Análise Institucional deve ser desprovida de prejuízo quanto ao sistema institucional estabelecido. O agir social deve ser apreendido em seu movimento dinâmico, nas instituições que lhe dão suporte, que se encontram e se expressam na relação entre como a sociedade pensa e considera a realidade – normas de conduta, leis que regem o permitido e o interditado, codificações e convenções sociais (moda, costumes) – e como ela se manifesta concretamente através das ações sociais, muitas vezes repletas de contradições.

Dessas tentativas de definição do que seja instituição, chega-se à conclusão de que é um conceito que não suporta descrições no domínio da univocidade. É certo que as instituições devem ser consideradas sempre em relação ao sistema social maior que as legitima e gera. Baremlitt (1996) afirma que o Movimento Institucionalista considera a sociedade como composta pelo entrelaçamento das diversas instituições, por aquilo que ele chama de tecido ou rede de instituições. Por sua vez

As Instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser *leis*, podem ser *normas* e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser *pautas*, regularidades de comportamentos. Alguns autores sustentam que *leis*, *normas* e *pautas* são objetificações de valores. [...] O que estas lógicas significam? Significam a regulação de uma atividade humana, caracterizam uma atividade humana e se pronunciam valorativamente com respeito a ela, clarificando o que deve ser, o que está prescrito e o que não deve ser, isto é, o que está proscrito, assim como o que é indiferente.³ (BAREMLITT, 1996, p.27-28).

Considerar as instituições como lógicas reguladoras e caracterizadoras da atividade humana significa afirmar e compreender seu poder de influência e determinação sobre o agir social nas mais diversas manifestações. Nada escapa ao querer impositivo das diversas instituições que formam o tecido social. Tudo que diz respeito aos seres humanos, como fruto de sua organização social, está envolto pelas amarras institucionais. Mais, tais manifestações humanas em sociedade são geradas, são literalmente engendradas no interior das instituições historicamente construídas e estabelecidas. Assim, a atividade humana e suas manifestações

³ Segundo o autor, apesar do caráter positivo das leis, uma instituição não necessita que elas estejam escritas e promulgadas por um código concreto.

obedecem às lógicas institucionais e são fiéis ao seu julgamento. Prescrevem o agir adequado e aprovável, e reprovam aquilo que pode, de alguma maneira, ameaçar sua lógica e funcionamento.

Não se trata de uma força malévola que visa ao prejuízo, aprisionamento ou destruição dos seres humanos. Trata-se de lógicas, de saberes e de poderes gerados pela organização social e que tendem à sua autopreservação e automanutenção. Não há nos movimentos institucionais um raciocínio maquiavélico ou intencional que busque agir em detrimento dos seres humanos. As forças instituídas mantenedoras de tais lógicas, para se preservarem como tais e somente para isso, tendem sempre a impedir a criatividade, o desejo de inovar e aprimorar, a tendência à própria transformação e do mundo, atributos tão intrínsecos ao agir do homem.

A própria lógica institucional foi fruto de um agir humano ávido pelo novo, força instituinte que quebrou as barreiras institucionais antigas (e antiquadas) e se impôs de maneira sintética na realidade. Sintética porque não prescindiu dos antigos padrões, mas atuou sobre eles gerando o novo. Por mais rígidas e inflexíveis que possam se apresentar, possuem as marcas de seu antigo papel puramente instituinte. A realidade institucional, mesmo afirmando-se sobre os atores sociais ao ditar-lhes as regras e ao julgar a licitude de seu agir, sempre será o lugar onde o instituinte poderá inscrever-se, penetrando-lhe as entranhas e transformando-a novamente.

Por ser esta dinâmica tão marcadamente dialética é que acreditamos na possibilidade de mudanças significativas nos contextos institucionais ao serem analisados. A dinamicidade institucional, mesmo que efetivamente ameaçadora do novo e apresentando-se na dureza fóssil de uma rocha, guarda em si as brechas necessárias para possíveis quebras, isto é, para a circulação do ar renovador e transformador do instituinte. Nessas fissuras, por menores que sejam, é possível a implantação das sementes potencialmente capazes de possibilitar as mudanças requeridas pelo agir humano que, em seu processo de desenvolvimento e transformação, requer sempre o novo humanizador.

Após apresentar seu conceito de instituição, Baremblytt (1996), a título de ilustração, apresenta um rol das principais instituições que engendram o tecido social, se interpenetrando e se articulando para a regulação da produção e reprodução da vida humana: *a instituição da linguagem, as instituições de regulamentação de parentesco, a instituição da regulação do trabalho humano, as instituições da educação, a instituição da religião, as instituições da justiça.*

A religião, e a linguagem, as relações de parentesco e a divisão social do trabalho humano, são consideradas por Baremblytt (1996) como as instituições fundamentais da sociedade humana. Não se pode descrever objetiva e precisamente suas origens:

[...] há muita instituição, como a instituição da língua ou a das relações de parentesco e a da religião e a da divisão do trabalho, das quais não se pode dizer qual veio primeiro e qual veio depois. A única coisa que se pode dizer é que, para que uma sociedade humana exista, têm de existir, como mínimo, estas quatro instituições humanas, ou seja, que a humanidade é sinônimo de coletivo regido por estas instituições e estas instituições são sinônimos de existência de um coletivo humano. Então, é difícil saber como eram os coletivos antes que aparecessem estas instituições. É perguntar como era o homem antes de ser homem, pelo menos como o entendemos. Então, situar, colocar a origem destas instituições é muito difícil. Só se pode dizer que uma instituição supõe a outra, precisa da outra, e o seu conjunto é o que constitui uma civilização ou uma sociedade humana. (BAREMBLYTT, 1996, p.31-32).

Compreender a religião como uma das grandes instituições do tecido social é de fundamental importância para se entender a análise institucional como o operador conceitual da análise que será feita das falas obtidas pelas entrevistas com os padres formadores, agentes das práticas a que damos o nome de processo formativo para o sacerdócio católico diocesano.

Apresenta-nos outra importante afirmação que elucida o conceito de instituição, remetendo-nos a três outros conceitos: “Toda instituição compreende um movimento que a gera: o instituinte; um resultado: o instituído; e um processo: a institucionalização” (BAREMBLYTT, 1996). Ou seja, o processo de institucionalização, cujo resultado é a própria instituição, compreende o momento *instituinte* e o *instituído*. O jogo ou a tensão dialética estarão sempre presentes.

Apesar de aparentemente estática, a instituição está prenhe do novo, uma vez que sofre as pressões das forças instituintes presentes em seu interior. Este conceito aprofunda-se com as definições apresentadas:

INSTITUINTE: é o processo mobilizado por forças produtivo-desejante-revolucionárias, que tende a fundar instituições ou a transformá-las, como parte do devir das potências e materialidades sociais.

No transcurso do funcionamento do processo de institucionalização, o instituinte inventa instituídos e logo os metamorfoseia ou cancela, de acordo com as exigências do devir social. Para operar concretamente o processo de institucionalização, deve acompanhar-se de outros organizantes que se materializam em organizações. Os dinamismos instituintes e organizantes são orientados pelas Utopias Ativas. (BAREMBLYTT, 1996, p.178).

O instituinte é a potência interna das relações institucionais, capaz de transformá-las. É a força motriz do processo institucional, fundando as instituições, interpenetrando-as

continuamente e tensionando-as para romperem com seu continuísmo. É o processo de produção de novas formas em todas as instâncias de uma instituição. É movido pelo desejo de transformação e a revolução da ordem institucional estabelecida. Conforme aludido, as transformações devem ser acompanhadas pelos fatores organizantes que materializam as transformações nas organizações concretas.

Veja-se a definição do instituído:

INSTITUÍDO: ao resultado da ação instituinte denomina-se instituído. Quando este efeito foi produzido pela primeira vez, se diz que se fundou uma instituição. O instituído cumpre um papel histórico importante porque vigora para ordenar as atividades sociais essenciais para a vida coletiva.

Para que os instituídos sejam eficientes, devem permanecer abertos às transformações com que o instituinte acompanha o devir social.

Contudo, o instituído tem uma tendência a permanecer estático e imutável, conservando de *júri* estados já transformados de *facto* e tornando-se assim resistente e conservador. (BAREMBLITT, 1996, p.178).

É a instituição no momento de, manifestamente, ser cumpridora da função que regula o funcionamento da vida social. É o produto da ação do instituinte que buscou firmar-se como instituído. Para o funcionamento eficiente deve possibilitar a ação das forças instituintes geradoras das mudanças necessárias ao longo do tempo.

Há uma tendência em preservar a instituição que bloqueia e muitas vezes suprime as iniciativas e forças geradoras de mudança. Não se quer aqui travar uma cruzada contra o instituído, mas pensar as maneiras de permitir que mais facilmente ceda espaço às transformações necessárias e exigidas pelo devir social. É necessário que se compreenda que o pólo instituído apresenta geralmente resistência e dureza conservadora diante das possíveis mudanças que o momento instituinte lhe impõe.

A instituição, possuindo em si pólos em constante tensão, no movimento dialético que lhe é próprio, materializa-se pela sucessão constante de seus momentos instituintes e instituídos.

2.2.3 Organizações, estabelecimentos, equipamentos, agentes e práticas institucionais

Para que as instituições possam cumprir seu papel, necessitam materializar-se nas organizações que

são dispositivos concretos [...] são formas materiais, muito variadas, que compreendem desde um grande complexo organizacional tal como um ministério: Ministério da Educação [...] etc., até um pequeno estabelecimento. Ou seja, as organizações são grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que põem em efetividade, que concretizam as opções que as instituições distribuem, que as instituições enunciam. Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social se não fosse através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivo, não teriam direção se não estivessem informadas como estão, pelas instituições. (BAREMBLITT, 1996, p.30).

Necessitam de substratos materiais que as implementem efetivamente nas realidades históricas concretas. Sem os substratos físicos, as instituições não se manteriam e não cumpririam sua função de reguladoras sociais. As organizações, em seus diversos níveis de complexidade e estruturas, são as instituições material e visivelmente presentes, atuando e intervindo na vida da sociedade. Apesar de distintas, instituições e organizações são como diferentes dimensões de um mesmo fenômeno e não vivem de forma independente. As instituições precisam materializar-se nas organizações, que por sua vez necessitam das instituições que lhes informam o sentido da ação e finalidade de seu existir.

As organizações são compostas por *estabelecimentos* ou unidades menores, como uma escola, um banco, um quartel e um seminário católico. Os estabelecimentos incluem ‘dispositivos técnicos’ chamados de *equipamentos*: “a maquinaria, as instalações, arquivos, aparelhos” (BAREMBLITT, 1996, p. 30). Quem coloca em movimento todo este aparato são os *agentes* que protagonizam e dão suporte às *práticas* institucionais “que podem ser verbais, não-verbais, discursivas ou não, práticas teóricas, práticas técnicas. Mas é com as ações que toda essa parafernália acaba por operar transformações na realidade.” (BAREMBLITT, 1996, p. 30-31).

As instituições que compõem o tecido social também são formadas por diversos elementos que se entrecruzam e lhe dão suporte. São efetivadas pelas *organizações*, que são materializadas por diversos *estabelecimentos*. Tais unidades menores, com suas diferentes características e manifestações, possuem os *equipamentos* colocados em ação pelos *agentes* institucionais, responsáveis por implementar, protagonizar e gerir as práticas institucionais que, por fim, compõem a intervenção real e concreta das instituições. A intervenção provoca,

na realidade social, as mudanças exigidas pela história, operando as transformações necessárias, ou agindo para resguardar e manter o estabelecido institucional que tende a apresentar-se como imutável.

Já se insistiu na dinâmica da institucionalização, no instituinte e no instituído, processo e resultado, respectivamente. Tudo o que foi dito sobre a importância do instituído, seu papel histórico essencial para a regulação da vida em sociedade, bem como sua tendência à estaticidade e ao conservadorismo, muitas vezes reacionário; tudo o que foi exposto sobre a dinamicidade do instituinte, potencializador das mudanças exigidas pela vida social, possibilitador do novo, do criativo, da transformação e da revolução tantas vezes necessária ao atendimento das novas demandas sociais; tudo pode ser aplicado analogicamente aos aspectos organizante e organizado das organizações:

Há uma atividade permanentemente crítica e transformadora, otimizada das organizações – o *organizante*. E há o *organizado*, que se pode ilustrar com o famoso organograma ou fluxograma, que é necessário, mas que tem uma tendência “natural” a cristalizar-se (entre aspas porque nada tem a ver com o natural), uma tendência histórica a esclerosar-se e a adotar uma série de vícios, entre os quais o mais conhecido é a burocracia, embora não seja o único. Então, é importante saber que para que a vida social, entendida como o processo em permanente transformação que deve tender ao aperfeiçoamento, que deve visar a maior felicidade, a maior realização, a maior saúde, a maior criatividade de todos os membros, essa vida só é possível quando ela é regulada por instituições e organizações, quando nessas instituições e organizações a relação e a dialética existentes entre o instituinte e o instituído, entre o organizante e o organizado (processo de institucionalização-organização) se mantêm permanentemente permeáveis, fluidas, elásticas. (BAREMBLITT, 1996, p.33).

É importante a compreensão de que as instituições e organizações servem à vida humana, para torná-la possível mediante sua ‘organização’ e aperfeiçoamento. As instituições e organizações não têm uma função em si, independentemente da coletividade. Existem em função da organização e do devir social. É necessária a permeabilidade na relação dialética inerente às organizações e instituições. O instituinte e o instituído, assim como o organizante e o organizado, devem equilibrar-se no jogo de forças que lhes é típico. É fundamental que os pólos instituído e organizado estejam abertos e flexíveis, para que se façam as mudanças necessárias, sempre visando o aprimoramento dos seres humanos. O foco e o objetivo institucional e organizacional deve ser o aperfeiçoamento e o bem-estar da vida do coletivo.

2.2.4 As díades do jogo institucional: função-funcionamento; reprodução-produção; atravessamentos-transversalidades

Todas as instituições, as organizações, os estabelecimentos, os agentes e suas práticas apresentam uma *função* e um *funcionamento* que são sinônimos, respectivamente, de *reprodução* e *produção*:

O funcionamento é sempre instituinte, é sempre transformador, é sempre justiceiro e tende à utopia. A função, ela é predominantemente reacionária, conservadora, a serviço da exploração, da dominação e da mistificação, e se apresenta aos olhos não atentos como eterna, natural, desejável e invariável. (BAREMBLITT, 1996, p.35).

É preciso ter a compreensão de que na vida em sociedade existe a tendência de se sufocar os impulsos de transformação que buscam a realização do que aqui é chamado de ‘utopias ativas’, ou seja, metas produtivo-desejantes-revolucionárias, como o próprio Barembritt (1996) as descreve. Tais tendências históricas

[...] se podem resumir em três grandes situações viciosas que são conhecidas por todo mundo: são os processos de exploração, de dominação e de mistificação (desinformação ou engano). Estas são as deformações do percurso da vida social e de seus objetivos mais nobres, de suas finalidades mais altas, que cada sociedade coloca à sua maneira, e que são chamadas de utopias sociais: como uma sociedade tenta, deseja, deve chegar a ser. (BAREMBLITT, 1996, p.34).

A utopia almejada é desvirtuada e abafada pelas atividades que visam à exploração arbitrária de uns pelos outros, por relações de domínio e pela mistificação do que se considera verdade histórica, substituída por mentiras que falseiam o real e omitem informações para assim iludir.

As deformações são a *função* apresentada pelas instituições, pelas organizações, estabelecimentos e práticas. O instituído e o organizado estão predominantemente a serviço dos objetivos exploratórios, dominadores e mistificadores, mas de maneira escamoteada, mostrando-se como “o objetivo natural, desejado e lógico das instituições e das organizações.” (BAREMBLITT, 1996, p.35). Já as forças do instituinte e do organizante, que reagem às deformações acima aludidas, são chamadas de funcionamento.

A função está para a reprodução assim como o funcionamento está para a produção – compreendida como o novo surgido da ação das forças instituintes. Compreende-se que o instituído e o organizado podem possibilitar a produção quando abertos ao novo e às

mudanças instigadas pelo funcionamento do instituinte e organizante. Tendendo à fixidez e a serviço das deformações, a função do instituído e do organizado é a reprodução e o fechamento à transformação, mascarando as novas realidades e as exigências da vida social.

Outros conceitos importantes apresentados por Baremlitt (1996) para a compreensão da Análise Institucional são os de *atravessamento* e de *transversalidade*. Afirma serem estes conceitos fundamentais para que uma intervenção possibilite a ação do instituinte e do organizante. São conceitos abstratos utilizados para expressar a articulação, a interpenetração e o entrelaçamento existente entre os instituintes e instituídos, entre os organizantes e os organizados. A interpenetração e o entrelaçamento acontecem no funcionamento e na função, na produção e na reprodução.

Esta interpenetração a nível da função, do conservador, do reprodutivo, se chama *atravessamento*. Esta interpenetração a nível do instituinte, do produtivo, do revolucionário, do criativo se chama *transversalidade*. (BAREMBLITT, 1996, p.36).

Um estabelecimento que encarna as lógicas institucionais pode apresentar práticas com características de fechamento e reprodução, a serviço da exploração, do domínio e da mistificação. Simultaneamente, pode apresentar práticas com características produtivas do novo demandado socialmente. No primeiro caso, há um interpenetramento das diversas instituições e organizações que compõem o tecido social, com seus diversos instituídos e organizados. A interpenetração, que tem por função a reprodução, recebe o nome de *atravessamento*. Já no segundo caso, o estabelecimento interpenetrado por diversas instituições e organizações com seus instituintes e organizantes, cujo funcionamento leva à produção, recebe o nome de *transversalidade*.

2.2.5 Os analisadores

Ainda outro conceito será importante para as análises do conteúdo das entrevistas: o *analisador*. Lourau (1996), ao introduzir o tema dos analisadores, fala sobre o não-dito institucional, oculto nas práticas e discursos institucionais e que, mesmo silenciosamente, age de maneira inquestionável:

Tudo que é silencioso, não dito, parcimoniosamente comunicado é simbolicamente enunciado na estrutura do aparelho. As mensagens do aparelho têm como característica serem ordens. Não são discutíveis, porque, enquanto ordens são

marcadas pela função volitiva [no texto: conativa] da linguagem. Esta função é a das mensagens no imperativo ou no vocativo, que logicamente não admitem que a seu respeito se pergunte: é verdade? É falso? Não podendo *ser postas em dúvida*, estas mensagens constituem a base da linguagem burocrática, da linguagem da separação entre dirigentes e dirigidos. (LOURAU, 1996, p.283).

Ao introduzir o tema do analisador, afirma a existência de uma dimensão de silêncio e de inquestionabilidade nas instituições e organizações. Os elementos, apesar de enunciados em princípios definitivos, pertencem à penumbra institucional e não permitem ser colocados em questão. Advêm do instituído e organizado que elaboram, para que predomine a reprodução, sob guia dos atravessamentos. Mediante tais afirmações, Lourau (1996) define como analisador o que expõe as tais contradições e faz com que, no interior das instituições e organizações, o silêncio seja rompido: “Daremos o nome de analisador àquilo que permite revelar a estrutura da organização, *provocá-la, forçá-la a falar.*” (LOURAU, 1996, p.284).

Os analisadores são todos os elementos que permitem a enunciação do que mantém a lógica institucional de uma organização. Literalmente provocam tal efeito elucidador que evidenciam as contradições inerentes às instituições.

Baremblytt (1996) apresenta duas definições de analisadores. Os primeiros são aqueles produzidos de maneira espontânea no interior das instituições. Os segundos são os artificiais, que:

[...] são dispositivos inventados e implantados pelos analistas institucionais para propiciar a explicitação dos conflitos e sua resolução. Para tal fim, pode-se valer de qualquer recurso (procedimentos artísticos, políticos, dramáticos, científicos etc.), qualquer montagem que ponha em manifesto o jogo de forças, os desejos, interesses e fantasmas dos segmentos organizacionais. (BAREMBLYTT, 1996, p.151).

Existem analisadores que naturalmente emergem dos contextos institucionais, expressando as contradições e os conflitos possibilitadores das mudanças, e aqueles produzidos artificialmente por uma intervenção sócio-analítica. Podem ser chamados de dispositivos ou agenciamentos e têm o objetivo de despertar as dimensões instituinte e organizante capazes de mover as estruturas institucionais e organizacionais, favorecendo o funcionamento e a produção pela transversalidade que pode romper o círculo vicioso de dominação, submissão e mistificação, muitas vezes imposto pela lógica instituída e organizada.

Romagnoli (1996) traduziu um importante trecho da obra *El estado y el inconsciente*, em que Lourau em 1980 expõe a problemática dos analisadores no bojo da instituição. Eles ‘desobjetivam’ o que a instituição objetiva e que pode coisificar o ser humano;

desinstitucionalizam e desordenam a fixidez do instituído que normatiza a vida, para revelar o instituinte presente; desmaterializa e combate as formas rígidas, que, apesar da aparente neutralidade, agem em função da dominação e da opressão, ao invés de defender e ajudar a totalidade dos agentes institucionais. (LOURAU, 1980 *apud* ROMAGNOLI, 1996).

Os analisadores protagonizam o desmascaramento das lógicas perversas que predominam nos contextos institucionais. Essas lógicas tendem a manter o instituído a todo custo, usando de práticas que podem impor e manter, de maneira distorcida e viciosa, o domínio, a submissão e a mistificação. Dessa forma, no jogo dialético instituído-instituinte, por meio da interpenetração das forças instituídas, organizadas e rígidas, bem como por seus diversos atravessamentos, podem tender a coisificar e enganar os seres humanos.

Há uma forte tendência de as práticas organizacionais e institucionais serem atravessadas por determinantes rígidos e mantenedores da ordem instituída. Deveriam sempre estar a serviço dos diversos atores ou agentes presentes nas organizações, mas, em alguns momentos, tal função pode ser aparente e mascarada. Demonstrem visar à defesa e ajuda dos coletivos presentes nestes contextos, normatizando suas relações livres e indicando caminhos e condutas, mas, em função da manutenção da ordem instituída, subjugam de maneira falaciosa.

Os analisadores desmascaram as reais intenções do institucionalizado, desmaterializando as formas de opressão e desobjetivando a submissão outrora imposta, para garantir a restituição da subjetividade dos agentes, que podem retomar e redescobrir sua liberdade inventiva e transformadora. Os analisadores permitem o surgimento de práticas que libertem os homens, se estiverem sendo prejudicados pelo maquinário institucional e organizacional. Permitem o fluir das forças instituintes, que rejeitam o poder imposto e a submissão. Permitem a ação da transversalidade, que libera as forças instituintes e produtivas capazes de gerar práticas institucionais conhecedoras de seu principal objetivo: servir aos coletivos.

As práticas, surgidas pela ação das forças instituintes desveladas e potencializadas pelos analisadores, permitem a produção do novo desejado/demandado. Esse novo institucional, criativo e transformador, é a compreensão de que as práticas e lógicas institucionais devem ter como finalidade única servir aos homens, considerados os protagonistas no interior das relações institucionais e organizacionais.

As lógicas institucionais devem existir em função desses agentes, para fomentar sua liberdade, possibilitar sua autonomia e dar-lhes condições para o desenvolvimento de uma vida realizadora do humano.

3 OS ANALISADORES NA FORMAÇÃO PRESBITERAL

Este tópico traça um esboço sobre a aplicabilidade da teoria da Análise Institucional à realidade da formação presbiteral por meio dos analisadores investigados nas falas dos padres formadores entrevistados. Utiliza a experiência pessoal do pesquisador, como agente do processo formativo no papel de seminarista diocesano, bem como de alguns teóricos preocupados com a temática, que apresentam alguns dos principais desafios e crises presentes no atual quadro eclesial.

Todo agrupamento humano com suas características e práticas específicas é sempre um recorte da sociedade mais ampla. É fruto das contingências e determinantes históricos, políticos, econômicos e culturais. O atual momento histórico, chamado por alguns de *pós-modernidade*¹, por outros de *modernidade tardia*, *hiper-modernidade* e até mesmo de *Modernidade Líquida*², deixa suas marcas nas maneiras de conduzir o processo formativo destinado aos candidatos ao sacerdócio da Igreja Católica. O processo e seus agentes não estão e não podem estar alheios às profundas e rápidas transformações pelas quais passa a sociedade por influência das novas descobertas científicas, do desenvolvimento tecnológico. Transformações que afetam a cultura, as formas de considerar as relações humanas, a moral e os costumes.

Há que se considerar as muitas diferenças entre os modelos formativos presbiterais existentes. Não há um modelo a seguir, mas uma maneira de condução mais ou menos hegemônica, indicada pela Igreja Católica em reflexões contidas em seus documentos oficiais. Existem também algumas prescrições positivadas a respeito da formação presbiteral no Código do Direito Canônico, mas sem grandes especificações. É fato que sempre haverá elementos diferenciadores, ainda mais no que tange à maneira como os padres formadores, principais responsáveis pelos estabelecimentos e práticas formativas, consideram e conduzem o processo. Quantos forem os padres formadores, tantos serão os ‘modelos’ de processo formativo.

Não é pretensão deste trabalho descrever as possibilidades existentes no que tange à realidade da formação presbiteral na atualidade. Mesmo porque, estaria fora de suas possibilidades e objetivos. Não se pretende, tampouco, pela própria lógica da Análise Institucional, propor ‘um modelo’ de processo formativo mais ‘adequado’ ou que seja ‘o

¹ Este termo é extensamente desenvolvido nas obras do sociólogo e político italiano Gianni Vattimo.

² Termo cunhado e desenvolvido pelo sociólogo Zigmunt Bauman na obra *Modernidade Líquida*.

melhor'. Apresentam-se elementos para que se tente levar em conta os determinantes institucionais presentes em cada diferente realidade.

Todo universo social é multideterminado pelos diversos entrecruzamentos institucionais que lhe dão forma. Inúmeros são os micro e macro elementos que determinam as ações dos seres humanos, mergulhados nos jogos e campos de força das instituições e organizações do tecido social. É importante a consciência desta ampla e quase imensurável gama de determinantes.

Não há 'um' modelo mais adequado de processo formativo. A intenção é elevar o olhar dos responsáveis pelos processos formativos às suas práticas para que identificar o que está impedindo a autonomia e o desenvolvimento na liberdade dos agentes envolvidos, principalmente dos formandos.

De posse destas lentes 'óculos', há uma maior possibilidade de fazer com que a maquinaria institucional, ao redor da formação presbiteral, funcione de modo a produzir subjetivações mais autônomas em seus principais agentes. Eles poderão pensar, com um nível maior de consciência, os determinantes que condicionam e direcionam os rumos do processo formativo. Este deve existir e estar em função dos seus agentes, em especial os formandos.

Todos os elementos presentes nas realidades humanas corroboram com os processos de subjetivação. O processo formativo presbiteral ocupa grande parte dos espaços dos agentes envolvidos, sendo praticamente onipresente nas suas vidas: são as estruturas físicas, os estabelecimentos em que passam a maior parte do tempo; os equipamentos; as lógicas que delimitam o tempo cronológico; as normas de conduta e as possibilidades de ação/movimentação no espaço; os determinantes institucionais da religião que se manifestam na consciência de cada um e do coletivo. A formação presbiteral como produtora de subjetivações está mergulhada nessa complexa teia de micro e macro elementos, inclusive sendo interpenetrada pelos campos de força das demais instituições que compõem a sociedade.

Por meio da fala dos padres formadores entrevistados, serão estudados os possíveis analisadores espontâneos³ do processo formativo presbiteral. Entendemos por analisadores os elementos capazes de evidenciar as contradições inerentes aos processos institucionais. As contradições indicam os lugares onde os impulsos instituintes e organizantes fazem surgir o

³ "ANALISADOR ESPONTÂNEO OU NATURAL: são analisadores de fato, produzidos 'espontaneamente' pela própria vida histórico-social-libidinal e natural, como resultado de suas determinações e da sua margem de liberdade". (BAREMBLITT, 1996, p.151).

novo, possibilitando a transversalidade e o funcionamento capazes de produzir o que é demandado pela realidade analisada.

3.1 Análise da implicação - considerações sobre o *seminarista* que pesquisa

"Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que *eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar*; fenômenos, acontecimentos, grupos, idéias, etc." (Lourau, 2004, p.148)

Antes de entrar na problemática dos analisadores no processo formativo pela fala dos padres formadores, é fundamental considerar o que já foi exposto no início do capítulo: o fato de o autor deste trabalho ser um formando que está inserido no mesmo processo formativo, preparando-se para o ministério presbiteral. Desse fato provém uma importante questão: a análise da sua própria implicação no processo investigatório. Não é possível a consciência plena dos determinantes que motivaram o desenho desta pesquisa, mas é preciso que o autor tenha presente, durante todo o percurso desta investigação, as influências de sua percepção quanto ao tema, enquanto agente no processo formativo.

Deve-se levar em consideração que o sujeito investigativo está muito próximo do objeto estudado. Um seminarista propor-se a estudar as relações institucionais presentes no processo formativo presbiteral contraria toda pretensão de neutralidade e objetividade proclamadas pelo modelo científico positivista.

O problema relativo à participação ativa das pessoas implicadas com uma pesquisa e da interferência dos dispositivos de investigação nos processos observados só pôde ser concebido como um problema de pesquisa com a superação das pretensões de neutralidade e objetividade tão promulgadas pelo paradigma positivista nas ciências. (PAULON, 2005, p.18).

Um seminarista estudar o processo formativo no qual está inserido através da análise das entrevistas de padres chamados 'formadores', responsáveis direto por tal processo, leva ao questionamento acerca da interferência direta de seus próprios processos subjetivos na análise, visto que seu campo analítico está praticamente fundido à zona investigada.

Paulon (2005) assevera que as vivências subjetivas do pesquisador transformam seu objeto de estudo. O próprio conceito de implicação do institucionalismo em Lourau (1996) nos mostra que a subjetividade do pesquisador é também uma categoria de análise. Analisar a

implicação é tornar consciente ao próprio pesquisador, a seus leitores e intérpretes o fato de que ele esteve mais que envolvido no processo de pesquisa, mas também implicado.

Apesar de se assumir a quebra da objetividade pela interferência do sujeito junto ao seu objeto de pesquisa (HAGUETTE, 1987), este trabalho não se trata de uma *pesquisa-ação* ou de uma *pesquisa-participante*. A interferência não foi deliberada visto que as entrevistas foram de caráter informativo e ocorreram fora do ambiente da formação presbiteral, nosso objeto de estudos. Entretanto, não se nega o efeito das entrevistas em potencializar mudanças pontuais no agir dos agentes investigados, uma vez que os questionamentos realizados proporcionaram uma reflexão acerca de suas práticas.

Não se trata de uma *observação participante*, pois o pesquisador não esteve presente nos ambientes em que se dão os processos formativos orientados pelos formadores entrevistados, ou seja, “não coletou dados através de sua participação na vida cotidiana” (BECKER, 1994, p.47) dos tais formadores. Não se nega, no entanto, que as observações de sua própria vivência como formando, durante quase oito anos imerso no processo formativo, tenham interferido na formulação desta pesquisa, de suas hipóteses e condução.

Certa imparcialidade tende a ser garantida porque os entrevistados não são os formadores do pesquisador. Assume-se que a subjetivação do pesquisador foi protagonista desta investigação desde a elaboração até a conclusão. Não se pode negar sua ação como uma variável interveniente direta, durante todo o processo investigatório.

Os dados apresentados e as questões levantadas por esta pesquisa podem e devem ser levadas em consideração como efetivamente oriundas dos meandros institucionais do ‘processo formativo presbiteral’. Os resultados obtidos são uma contribuição efetiva para aqueles que desejam dedicar-se ao estudo do fenômeno da formação clerical católica, de seus problemas e desafios.

A própria análise institucional não se pretende ‘a-científica’, mas busca a aproximação entre o ato de pesquisar, o pesquisador e a produção do conhecimento (LOURAU, 1996). O sujeito que aqui investiga tem o interesse em contribuir positivamente para a melhoria das condições em que se dá o processo formativo. Reconhece-se também como produto do processo formativo presbiteral e do meio social que produziu tal processo. Ambos, subjetivação do investigador e processo formativo, são produtos do mesmo substrato social.

Esta investigação é permeada pelos posicionamentos políticos assumidos pelo pesquisador frente ao fenômeno ‘formação presbiteral’. Tal aspecto não deve ser considerado fator nocivo à pesquisa, mas um elemento para a compreensão de que suas análises não são

definitivas, nem suas conclusões absolutas. São interpretações que devem ser lidas com a compreensão do contexto em que foram feitas. Desse modo, o leitor tem direito de tecer sua hermenêutica.

Há riscos e distorções passíveis por estar tão próximo do fenômeno estudado. Sem se aprofundar em discussões sobre a filosofia das ciências ou do método científico, assume-se os riscos, afirmando a consciência das possíveis implicações, mas também apostando na riqueza dos resultados. Há quem grite o perigo do desfocamento, provocado pela proximidade do objeto. Entretanto, a intenção do pesquisador é contribuir de alguma forma para que o processo formativo seja viável e atenda às demandas humanizadoras dos novos tempos. Afirma-se o compromisso de uma reflexão que traga concretas contribuições e não se coloque como conclusiva, absoluta ou arbitrária.

3.2 Análise institucional e formação presbiteral

O ato de instituir está presente nas ramificações institucionais que entrecruzam e sustentam o viver social. A vida em sociedade é toda ela interpenetrada pelos movimentos de institucionalização. Instituir é estabelecer o novo; é mudar uma realidade já existente; é transformá-la, às vezes por completo; é criar maneiras novas e diferentes de relações humanas. Todas as instituições estão impregnadas por essa lógica. Mesmo mostrando-se estáticas, pela tendência petrificada do instituído, padecem e têm aos poucos seu poder de imutabilidade minado pelas forças transformadoras do devir social. Esse é o caminho para uma instituição que não queira desvirtuar o sentido de seu existir: servir ao humano.

O instituído está na ordem do ‘ser’ como algo essencial da instituição, mas é um estágio dos movimentos sociais. Ele deve ser um ‘estar’, necessário durante algum tempo, para servir ao desenvolvimento dos seres humanos participantes. Os ajeitamentos sociais são necessários e as novas formas institucionais, as novas reorganizações, novas práticas e até novas materializações são exigidos pela evolução da compreensão do que é preciso para acontecer o processo de desenvolvimento e humanização nos coletivos. A organização social deve estar a serviço da humanidade possível.

Desvios sempre fizeram parte da história da humanidade. Para manter a ordem instituída, sempre tendente à imutabilidade, usa-se com frequência da dominação, submissão e mistificação. Os homens, obedecendo às aparentemente imutáveis lógicas institucionais,

vivem e movem-se a serviço da manutenção de suas estruturas (materiais – equipamentos, estabelecimentos; imateriais – leis, normatizações *etc*), muitas vezes em detrimento da coletividade que, para a instituição atingir tais objetivos, deve estar subjugada, ser obediente e acreditar em princípios que, na verdade, são criações imaginárias e falaciosas (a favor da lógica institucional).

Nesta complexidade institucional insere-se também a formação presbiteral. Ela obedece a lógicas pertencentes à instituição religiosa e sua organização nas estruturas da Igreja Católica, podendo também apresentar a rigidez cega e imutável do instituído e organizado, em função da manutenção das próprias estruturas institucionais. Mais do que qualquer outra instância da sociedade, a instituição religiosa não deveria existir em função de si, mas do desenvolvimento dos seres humanos. Isso em se tratando de uma organização de base cristã, como é a Igreja Católica, obediente e atenta à escuta dos princípios libertadores do humano, tão evidentes e presentes no Evangelho e na vida de seu fundador, Jesus Cristo.

Porém, a instituição religiosa enquanto organização visível na Igreja Católica possui uma gama de princípios, leis, normatizações e regras que regem, desde o funcionamento de seus principais estabelecimentos, práticas e equipamentos, até a conduta moral daquelas pessoas pertencentes ao seu grupo. Ela tem por função produzir indivíduos que funcionem de acordo com os princípios por ela mantidos e defendidos. Tais princípios, por sua antiguidade e força, tendem a se manter visto que se trata “de uma instituição tão fortemente consolidada em valores absolutos, segurança afetiva inabalável, saberes inquestionáveis, práticas verticais de poder [...]” (PEREIRA, 2005, p.55).

Não é diferente em seus estabelecimentos formativos, locais onde acontece a dos futuros padres. Nestes, devem ser produzidos os indivíduos que disseminarão as suas lógicas e farão a manutenção de suas práticas através da administração dos sacramentos e da organização de seus estabelecimentos (paróquias, igrejas e demais obras). Verdadeiros guardiões da fé católica, os futuros padres devem conhecer viceralmente as lógicas da instituição, seus princípios fundadores e suas práticas. Serão agentes do instituído, mas deverão estar abertos àquilo que deles for exigido pelas novas demandas sociais, possibilitando a ação do instituinte.

A realidade da formação presbiteral não está isenta da tendência geral, presente em todas as instituições, de manter-se imutável a todo custo, podendo até utilizar-se de desviantes práticas de dominação, submissão e mistificação. Isso, em todos os seus níveis, seja nas lógicas e nos princípios regentes da vida das pessoas pertencentes a tais instituições (elementos pertencentes ao universo imaginário, não material – leis e normas de conduta por

exemplo), seja em suas formas materializadas, sua organização, seus estabelecimentos e práticas.

Aqui se insere a problemática da manutenção do essencial: o Evangelho. Desde as suas origens, demonstra uma força e um 'espírito' fortemente instituintes, a favor da vida e da transformação dos seres humanos. Foi uma potência revolucionária, gerando o novo no tempo e transformando antigas e sólidas bases religiosas existentes. Porém, a instituição religiosa, materializada na organização Igreja Católica, nos seus estabelecimentos, agentes e práticas, é atravessada por aqueles elementos instituídos e inflexíveis que tendem em se manter.

O instituído trabalha segundo seu propósito de conservação e reprodução. Tal propósito, chamado de função, afirma e legitima a instituição, podendo obscurecer a necessidade de mudanças exigidas pelos devires sociais. As novas demandas sociais tendem em forçar a abertura e a transformação das estruturas institucionais em todos os seus âmbitos.

O objetivo das diferentes escolas do movimento institucionalista é deflagrar os processos de auto-análise e de auto-gestão nos agentes institucionais. (BAREMBLITT, 1996). O processo formativo presbiteral corresponde a um conjunto de práticas que ocorrem e se materializam na relação entre os agentes de tal processo e que têm lugar nos estabelecimentos a eles destinados. Sustentador da lógica institucional que lhe dá origem, o processo formativo torna-se, então, um *locus* privilegiado para a ocorrência da auto-análise e da autogestão. Mais que isso, a formação presbiteral necessita de tais processos para que cumpra sua função de maneira humanizadora e sem o uso dos mecanismos distorcidos que tendem a manter a lógica institucional em detrimento do coletivo envolvido.

Todos os agentes devem ser considerados autônomos. Os seminaristas são capazes de contribuir na condução de seu processo de formação. Portadores de um conhecimento ímpar sobre si sua situação, são potenciais agentes produtores de um conhecimento (saber) que, na coletividade da via formativa, não pode ser ignorado.

O instituído tende a afirmar-se pela ação daqueles que detêm os poderes e saberes hegemônicos na lógica das determinadas organizações e instituições. No caso da formação presbiteral, há instâncias deliberativas que não participam diretamente no dia-a-dia do processo. Bispos e padres membros de conselhos presbiterais e formativos acabam tendo a última palavra quanto a certos encaminhamentos da formação presbiteral. Mas não há o que temer quando estes agentes estão conscientes do que é fundamental para a realidade institucional. Os detentores do poder deliberativo devem confiar na capacidade e na lucidez dos agentes diretos do processo: padres formadores e seminaristas. Confiar que as mudanças

propostas, mesmo que assustadoras e revolucionárias em sua aparência, métodos e práticas, não corromperão o essencial institucional-organizacional.

Há transformações que tendem abalar certas estruturas aparentemente inquestionáveis. Porém, para o ‘bem’ e o aperfeiçoamento da coletividade, para que esta não sofra os possíveis efeitos nocivos de um instituído petrificado, algumas mudanças devem acontecer.

Não se nega que elas podem causar temor naqueles que são os guardiões das estruturas institucionais existentes. Toda instituição-organização tende a afirmar-se em seu estado instituído-organizado. Isso vale igualmente às suas práticas e à mentalidade da maioria dos agentes, principalmente daqueles que, pela organização, são incumbidos de fazer um estabelecimento e suas práticas funcionarem. É este um ponto importante: os próprios padres formadores, agentes detentores (ou supostamente detentores) dos ‘saberes’ quando ao universo formativo, mesmo tendo consciência dos melhores caminhos a serem traçados para o aperfeiçoamento do elemento humano envolvido no processo, são muitas vezes forçados pela lógica institucional a refrearem (ou recusarem) as mudanças necessárias e a afirmarem as lógicas e as estruturas existentes.

A religião, como todas as grandes instituições, tem como matéria prima o emaranhado formado pelas relações e forças instituídas e instituintes presentes na sociedade que dão forma às instituições (LOURAU, 1996). Suas organizações e os correlatos físicos aos quais dá-se o nome de estabelecimentos, são interpenetrados pelas forças instituídas e instituintes presentes no ambiente social. A formação presbiteral carrega o peso instituído e organizado da instituição e organização que lhe deram origem. (Também não está isenta da influência e dos determinantes institucionais advindos das outras instituições). Seu modo atual, como um período sistematizado e circunscrito no tempo e no espaço, ganhou tal formalização no decorrer da história da Igreja Católica. Ora, forças instituintes e instituídas fizeram surgir tais práticas que ao longo do tempo adquiriram novos contornos e reforçaram outros antigos.

Os impulsos geradores, antes instituintes, tornaram-se instituídos e o jogo dialético continua. As novas demandas sociais (tanto as das outras instituições que se entrecruzam no tecido social quanto as dos indivíduos agentes/sujeitos deste processo formativo) sugerem, com força instituinte, as mudanças necessárias para uma melhor adaptação à realidade, enquanto que as forças instituídas, as antigas formas, tendem a suprimir e sufocar tais impulsos inovadores.

Quando as mudanças são possibilitadas e ocorrem, o instituinte, após se impor, torna-se o instituído, pólo de forças contra instituinte. Isso é próprio do processo de institucionalização que deixa suas marcas em todos os âmbitos institucionais. O conjunto de

práticas, às quais dá-se o nome de formação presbiteral, está mergulhado neste processo. Fruto do movimento dialético-institucional, quando instituídas, tais práticas ganham a aprovação social. Conseqüentemente, adquirem a rigidez do instituído, sendo resistentes às novas mudanças solicitadas pelo o devir social.

Tais mudanças necessárias, tendem a modificar, transformar ou superar os aspectos outrora instituídos, mas podem também suprimi-los. Daí a rigidez na manutenção. Algumas práticas podem tender em manter-se à custa da sujeição e da imposição, sem apresentar justificativas. É preciso um trabalho constante de elucidação dos não-saberes sustentadores das antigas e novas práticas e que estejam tão somente em função da manutenção daquilo que já está instituído. A elucidação é importante para se quebrar o círculo vicioso que pode estar mantendo o instituído em detrimento do contingente social, ávido das transformações necessárias.

3.3 Os analisadores

Os analisadores serão pensados no interior das lógicas institucionais que regem o fenômeno aqui estudado: a formação presbiteral nas falas dos padres formadores. Serão feitas reflexões acerca da presença dos analisadores no processo formativo, nos seus estabelecimentos, equipamentos, agentes e suas práticas. Parte-se da premissa de que todo o aparato institucional concernente à formação dos seminaristas exerce influência determinante na subjetivação dos agentes envolvidos no processo estudado.

Sabe-se que tal processo está no bojo da instituição religião, porém o interesse desta pesquisa é a formação pelo viés das falas dos padres formadores entrevistados que são os agentes diretamente responsáveis por gerir a formação presbiteral. Suas falas deixarão evidentes os analisadores presentes no processo, bem como a maneira de compreendê-los por tais padres.

Além da implicação do pesquisador, pode-se questionar a parcialidade das reflexões produzidas visto que os padres formadores não são os únicos agentes envolvidos neste processo. Entretanto, as falas dos tais sacerdotes não deixam de ser importante fonte de informação.

Não se nega, por exemplo, a importância das percepções, que permanecem imersos nos meandros da ‘formação’ de maneira até mais direta. Algumas pesquisas nestes ambientes

formativos forneceram uma descrição mais ampla de um estabelecimento formativo específico, levantando possíveis implicações do processo formativo na subjetivação dos seminaristas.⁴ No entanto, foi opção do presente estudo efetuar a análise a partir dos padres formadores.

Já outros estudos refletiram a aplicabilidade da Análise Institucional em contextos religiosos. Em investigação sobre a vida religiosa consagrada na Igreja Católica, Pereira (2005) propôs que, mediante os distúrbios provocados pelo domínio do instituído sobre o instituinte, uma forma de compreendê-los é através dos analisadores:

São analisadores os acontecimentos ou toda materialidade que afeta o grupo no seu dia-a-dia, tais como: a espiritualidade, o carisma, o poder, o dinheiro, a afetividade/sexualidade, a questão etária, as identidades e diferenças, a formação, o fluxograma e organograma, a história do grupo, etc. É nesse horizonte dos analisadores que devemos desconstruir/construir a instituição. (PEREIRA, 2005, p.132).

O presente trabalho levará em consideração os principais analisadores apresentados por Pereira (2005) e outros, que a literatura e a própria experiência do formando pesquisador puderam orientar. Os questionamentos feitos aos formadores por meio das entrevistas realizadas⁵ buscaram encontrar a presença ou não, dos seguintes analisadores do processo formativo: o **saber** (ciências que apóiam o processo formativo, em especial, o papel da psicologia; agentes detentores dos conhecimentos no processo formativo como formadores, bispos e funcionários); o **poder** (agentes e seu prestígio [bispo, reitor, outros formadores]; aparatos avaliativos [relatório sobre a vida dos seminaristas; entrevistas ou conversas individuais]; sigilo quanto à fatos da vida do formando; decisões e definições: quem define as coisas?; formas de controle e imposição); **afetividade/sexualidade** (dimensão afetiva: questões concernentes ao celibato, amizades, homossexualidade); **dinheiro** (autonomia; administração da própria vida; sofrimento de formandos); **identidade e diferença** (dimensão comunitária; fatores relacionados à diferença presente entre os formandos e uma possível identidade presbiteral; modo de o formador lidar com as comportamentos inusitados – uso de brincos, tatuagem, *peircing*, cabelos compridos); **espiritualidade e mística** (dimensão espiritual; acompanhamento; atividades relacionadas à espiritualidade); **diferença etária** (entre formador e formandos; entre os próprios formandos); **novas tecnologias** (uso da

⁴ Podemos citar o trabalho de Benelli (2006) publicado no livro *Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico*. Pelas lentes teóricas de Goffman e Foucault, o autor fez uma cartografia do grande seminário, descrevendo as formas de produção de subjetividade em seu contexto institucional.

⁵ O roteiro orientador das entrevistas encontra-se em anexo ao final deste trabalho.

internet e formas de controle); **silêncio** (negação e esquecimentos na formação); **sofrimento** (de formadores e formandos; depressão na formação; terapia para formadores); **formação dos formadores** (Os formadores precisam de formação?; necessidades formativas dos formadores; acompanhamento psicológico).

Como se verá na descrição e na análise das entrevistas, muitos destes analisadores se interpenetram no processo formativo.

Serão apresentadas, a seguir, algumas reflexões acerca da possível influência dos analisadores na formação. Pretendem ser elementos que possivelmente iluminarão a análise das entrevistas. Todos os analisadores propostos serão considerados, mas, alguns deles, como o **saber** e o **poder**, terão maior destaque pela sua maior influência e onipresença nos meandros institucionais.

3.3.1 Analisador saber

Considerando o ‘saber’ na formação presbiteral, são necessários breves considerações sobre a instituição religião e seus desdobramentos organizacionais. Serão feitas algumas reflexões sobre os estabelecimentos formativos, suas práticas e principais agentes.

Nas constantes e complexas transformações pelas quais a humanidade passou, ao longo dos séculos, para constituir-se enquanto sociedade, não há como precisar o surgimento de todas as instituições, conforme já alertou Baremblytt (1996). Algumas delas são os principais fundamentos da vida em sociedade, ao mesmo tempo em que são imemoráveis quanto à sua origem pontual na história. São as instituições da linguagem, do parentesco, da religião e das relações de trabalho.

Tomando a realidade da formação presbiteral católica em análise no presente estudo, pode-se dizer que é resultante dos processos inerentes à instituição religião. Nesta, a Igreja Católica é uma grande organização, possuidora de organizações menores como as conferências temáticas (Conferências para os Bispos, para o Clero, para os Leigos) e regionais (CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Nestas organizações regionais, há organizações menores como as dioceses, compostas por diversos estabelecimentos, como as Paróquias com suas estruturas físicas, as escolas confessionais, os Seminários, as casas de formação. Todos estes estabelecimentos, com suas respectivas estruturas e práticas que promovem seu funcionamento.

3.3.1.1 Práticas

Interessam aqui as práticas, que no seu conjunto, compõem o processo formativo. Ocorrem no ambiente dos estabelecimentos formativos, que podem ser Seminários (grandes estabelecimentos onde pode acontecer também as aulas acadêmicas – filosofia e/ou teologia) ou Casas de Formação (casas menores onde vivem os seminaristas) e são implementadas pelos padres formadores.

A formação para a vida presbiteral diocesana é um conjunto teórico e técnico de práticas que podem ser somente discursivas ou positivadas por meio de *constructos* normativos que lhes dêem suporte. Tanto em um quanto noutro caso, as diversas práticas formativas são o resultado das exigências históricas que, ao longo do tempo, foram conformando a formação presbiteral. Tais práticas são sustentadas por saberes e poderes que lhes dão validade.

Os saberes presentes na formação presbiteral que dão suporte às práticas formativas são de duas classes. A primeira são os conteúdos educacionais que embasam a formação intelectual dos seminaristas, majoritariamente os conhecimentos sistemáticos da Filosofia e da Teologia católica. A segunda são os conhecimentos que embasam as práticas formativas. São saberes que, ao longo de sua história, a Igreja Católica formulou em seus principais documentos quanto à formação presbiteral, em primeira instância. Em segunda, são aqueles saberes constituídos historicamente pelas ciências humanas, em especial a psicologia e a pedagogia, que devem ser levados em consideração no trabalho de quem se propõe educar e formar o ser humano.

Os saberes não só estão presentes, mas geram e conformam a realidade formativa presbiteral, seus estabelecimentos e suas práticas. Além disso, embasam a lógica de seus principais agentes.

Parte-se do pressuposto de que existem diferentes paradigmas sócio-educacionais sustentando as práticas formativas.⁶ Predominantemente, podem ser divididos dois grupo: um mais tradicional e conservador; outro mais progressista e libertário. O primeiro, representando a tendência em se manter as estruturas existentes – consideradas as mais adequadas para garantir o sucesso da formação – pela imposição de regras claras de conduta, num ambiente

⁶ Benelli (2006), no artigo “Paradigmas eclesiais e pedagógicos na formação sacerdotal institucional”, Afirma existirem três paradigmas eclesiais sustentando as diferentes maneiras de se conduzir o processo formativo: paradigma tridentino, paradigma neo-conservador e o paradigma libertador. Não seguimos tal esquema pois optamos por interpretar esta realidade sob a luz da Análise Institucional, afirmando a existência de dois paradigmas na forma de ‘tendências’, que coexistem e criam um campo de tensão.

mais autocrático, marcado pela vigilância e pelas normas garantidoras da disciplina. O segundo, representando as tendências em se mudar as estruturas existentes – consideradas antiquadas para se formar o ser humano ante as novas exigências do tempo presente – pela abertura ao diálogo em todos os aspectos, num ambiente mais democrático, marcado pela autonomia e liberdade com responsabilidade. No primeiro paradigma, a disciplina e as regras devem conduzir a formação. No segundo, o formando deve assumir livre e autonomamente sua própria educação.

Tais paradigmas educacionais e os saberes deles emanados não estão presentes em estado puro nos diferentes modelos formativos existentes. No entanto, marcam as práticas e a condução dos processos formativos onde exercem alguma predominância. Não é intenção fazer uma apologia cega do paradigma libertário como o melhor e mais adequado. Mesmo porque fazem parte do mesmo processo institucional, como o instituído e o instituinte são duas faces do mesmo fenômeno.

Além disso, estudos como o de Nouwen (2001), sobre a ocorrência da depressão entre seminaristas em seminários e casas de formação com menos regras disciplinares, já alertam para o fato de que é preciso que as mudanças sejam acompanhadas por estruturas e saberes que as sustentem:

Nossos problemas hoje não estão relacionados ao fato de sermos muito modernos, muito liberais ou muito progressistas, mas ao de não termos ainda as estruturas significativas por meio das quais possamos ajudar o estudante a dar forma a muitas de suas potencialidades ainda não direcionadas e não focalizadas. (NOUWEN, 2001, p.96).

É preciso que os padres formadores, os responsáveis pela gestão desses espaços e esquemas formativos mais libertários e democráticos, tenham competência e preparo para conduzir tais processos, orientando os seminaristas nos caminhos de uma formação que seja autônoma, livre, mas também responsável.

3.3.1.2 Agentes

Os principais agentes ou atores sociais do fenômeno formativo são os próprios padres formadores e os seminaristas formandos. Estes dois grupos deveriam ser os principais

protagonistas da formação. Entretanto, a decisão pela implementação ou não das práticas formativas está concentrada nas mãos dos formadores. Mesmo que tais formadores compartilhem as decisões num sistema democrático e dialogal, eles é que possuem a palavra final (cabe discutir essa questão ao se refletir sobre o analisador ‘poder’).

É fundamental que, embora os padres formadores ajam sob o influxo dos saberes determinantes das lógicas formativas, seu agir sofre também a interferência de sua própria história de vida. Todos os processos educacionais familiares ou formais pelos quais tal formador passou ao longo de sua existência, seus conhecimentos sistemáticos em pedagogia e psicologia, as pessoas que lhe foram ‘referenciais’ em sua educação (pais, professores, padres, formadores etc) e, principalmente, o modelo formativo durante sua estadia como seminarista no processo formativo presbiteral. A somatória direciona as decisões de um padre formador, orientando, assim, os rumos do processo formativo.

Porém, os direcionamentos do processo formativo dependem de outras instâncias. Existem também os agentes que não estão presentes fisicamente nos estabelecimentos formativos, mas cuja influência pode ser determinante nos processos. São os bispos e os padres da diocese, principalmente aqueles presentes nos conselhos de formação e presbiterais. São guardiões de ‘saberes’ quase ‘inquestionáveis’ em função do ‘poder’ que possuem.

Existe ainda outra classe de agentes participando dos processos formativos. Diferentemente dos bispos e padres membros dos conselhos, estes agentes estão presentes no cotidiano do seminário. Há equipes, por exemplo, formadas por outros padres e por profissionais qualificados: padres que são professores ou os responsáveis por acompanhar os seminaristas em alguma das dimensões da formação; profissionais como professores e psicólogos, também presentes nos processos formativos prestando seus serviços.

Além destes, geralmente há pessoas contratadas para outros trabalhos como cozinheiras, lavadeiras, responsáveis pela limpeza, compras, contabilidade, manutenção etc. Isso, sempre levando em consideração o tamanho do estabelecimento em que se dá o processo formativo, bem como a situação financeira da diocese. Entretanto, é mais freqüente a presença ao menos de uma cozinheira e uma lavadeira, que acabam por conviver durante um tempo maior e num regime de maior proximidade com os formandos e os padres formadores. Todas estas pessoas, com seus saberes e idiossincrasias, são agentes efetivos no processo formativo.

Esta somatória de saberes, oriundos dos diversos agentes que atuam direta ou indiretamente nos estabelecimentos formativos, atravessa as realidades formativas em todos os sentidos. Tais saberes são considerados analisadores naturais deste processo, uma vez que são capazes de evidenciar paradoxos e crises no seu interior.

3.3.1.3 Estabelecimentos e saberes

Os estabelecimentos formativos são fruto de saberes específicos. Há grandes seminários em que os formandos vivem em regime integral, pois abarcam também o estabelecimento de ensino e suas estruturas físicas, geralmente uma faculdade de filosofia ou teologia. Há seminários de menor porte, sem uma estrutura de ensino superior formalizada, e os seminaristas têm de sair para realizar seus estudos em outros estabelecimentos, que, geralmente, também são mantidos pela Igreja Católica.

Além dos seminários, existem outros formatos baseados em estruturas diferenciadas. Por exemplo, os estabelecimentos menores chamados ‘casas de formação’. Com algumas variáveis quanto ao tamanho, número de seminaristas e de formadores residentes, é feita a experiência de uma gestão diferenciada na qual todos os membros da residência são responsáveis por sua condução. Em algumas destas casas, dependendo do tamanho, localização, condições financeiras e política formativa, os seminaristas e formadores cozinham, lavam suas roupas e cuidam da limpeza e manutenção.⁷

Fato é que os ‘saberes’ materializam os espaços e equipamentos utilizados na formação. No caso de tais espaços, temos os estabelecimentos formativos que podem variar em seu tamanho, modo de funcionamento e práticas. Os grandes seminários, símbolos de um tempo no qual existia um número elevado de vocacionados ao sacerdócio, são fruto de um paradigma mais conservador, funcionando sob esquemas rígidos de vigilância e disciplina. As casas de formação, fruto das reflexões surgidas após o Concílio Vaticano II, são tentativas de implementar nos esquemas formativos, a lógica da autoformação, do diálogo e da liberdade.

Entretanto, nem os grandes seminários, nem as pequenas casas de formação, encarnam de maneira absoluta as lógicas que os produziram. Os tais paradigmas presentes nos ambientes formativos, disputam espaço e hegemonia quanto aos saberes e às práticas presentes na formação. Estas são atravessadas por elementos de um e de outro paradigma, tendendo em não permanecerem em estado puro. Mas há uma predominância que depende de um outro fator: os agentes responsáveis pela efetivação das práticas formativas.

⁷ Existem outras iniciativas, como é o caso de casas onde não é possível a presença de padres formadores em tempo integral. Nestas outras vias formativas, os seminaristas são possuem um grau de autonomia e responsabilidade maiores frente à sua própria formação. Entretanto, como este trabalho pretende analisar a formação através das falas dos formadores, não se levará em conta a existência de estabelecimentos formativos sem a presença de tais padres.

3.3.1.4 Nova relação com o saber

A Análise Institucional não pretende destruir os saberes já existentes. Deve considerar, no processo formativo ao presbiterato, os conhecimentos produzidos pela Igreja, ao longo dos séculos, pelo poder eclesial instituído. As normas do Direito Canônico, as regras da formação eclesial em âmbito nacional, os conhecimentos construídos pela ‘psicologia da vocação’ são saberes que não podem ser desprezados.

Lourau (1996) afirma que a Análise Institucional deve produzir, nos contextos analisados, uma nova relação com o ‘saber’, um saber que seja mais ‘verdadeiro’ e desmascarador daquilo que se oculta por trás das ações institucionais. Esta nova relação com o saber faz dele um analisador eficaz que, ao apontar as contradições existentes no interior dos processos formativos, revela as brechas por onde as mudanças podem avançar.

A formação presbiteral, como a maioria das práticas implementadas por meio de equipamentos regidos por lógicas institucionais, é atravessada por ‘saberes’ que lhe determinam o agir. Os ambientes formativos e suas práticas não estão isentos de serem determinados por esta dimensão ‘inconsciente’ e oculta. O coletivo que protagoniza as relações formativas deve buscar, no reconhecimento dos saberes que lhe regem o funcionamento, um conhecimento também daquilo que permanece como ‘não-dito’, oculto, obtuso. Esta dimensão não conhecida é a principal fonte dos bloqueios e dos esquecimentos que barram a necessária ação do instituinte nos processos formativos.

Desse modo, atravessando todos os meandros do processo de formação presbiteral, o saber faz-se um importante analisador do mesmo.

3.3.2 *Analisador poder*

O elemento ‘poder’ e sua influência no processo formativo como um possível analisador do processo, levam diretamente à consideração da relação entre os agentes e suas práticas. Antes é preciso ponderar a interdependência da clássica relação ‘saber-poder’. Saber e poder estão imbricados: mesmo que o saber não garanta o poder, sinaliza sua presença. Entende-se que a posse de certos saberes é a garantia de um poder maior de decisão em um determinado contexto.

No entanto, tais saberes podem na realidade não existir de fato. Podem ser uma ‘máscara de saber’, um saber pressuposto pela posição ocupada por um dos agentes. A simples pressuposição de sua posse, já é uma afirmação do poder de tal pessoa. O lugar hierárquico ocupado pelo agente traz consigo a suposição da presença de saberes e, portanto, a garantia do poder.

Como já afirmado, a formação sofre a influência de todos os agentes envolvidos no processo. Entretanto, por mais democrático que se proponha um esquema formativo, existe uma hierarquia clara no que tange ao poder de decisão e deliberação. Os papéis são claros e demarcados. Ao bispo e ao conselho formativo⁸ compete a decisão final quanto aos assuntos da formação. Mesmo que as práticas formativas sejam de responsabilidade do formador ou reitor presente no ambiente formativo, quem valida sua presença continua sendo o bispo e os membros do tal conselho.

O bispo diocesano tem total poder para deliberar à revelia de conselhos ou padres formadores, mas em nome da ‘colegialidade’, as decisões não costumam ser arbitrárias e unilaterais. Os agentes têm o poder de deliberar a permanência ou não de um formando no processo formativo, por exemplo. O formador mais direto (que mora com os formandos), desde que devidamente estabelecido, pode, dependendo de seu grau de autonomia, decidir os rumos e as práticas da formação. Pode inclusive, em certos casos, deliberar sobre a permanência ou não de um seminarista.

O poder, concentrado nas mãos de tais agentes, pode tornar-se um analisador redundantemente ‘poderoso’ do processo formativo. Por maior que seja a força acumulada por um agente, ela tende sempre em ser ameaçada por outras instâncias, mesmo que menos poderosas. Um exemplo é a recusa que formandos ou grupos de formandos podem manifestar por um formador específico, uma decisão deste ou uma prática. A recusa pode ser efetivamente expressa verbalmente por ‘afrontas’ ou ‘ameaças’, mas também de maneira tácita e silenciosa. Um formando ou grupo deles pode, por exemplo, dificultar a implementação de uma nova prática formativa, pondo obstáculos ou protelando sua adesão por meio de ‘esquecimentos’ ou ‘falhas’.

No entanto, o poder de um formador pode encontrar obstáculos ainda maiores. Exemplo disso pode ocorrer no tocante às decisões de um outro conselho: o presbiteral. Apesar de não agir diretamente na formação, pode barrar todo o processo ao deliberar que um

⁸ Os padres membros dos conselhos de formação, apesar de pertencerem a uma instância juridicamente consultiva do bispo, deliberam a respeito dos estabelecimentos, dos agentes diretos (padres formadores que vivem nos estabelecimentos e implementam as práticas formativas) e das práticas e equipamentos constitutivos da realidade formativa católica.

formando não será ordenado sacerdote. Guardadas as ressalvas ao poder interventor do bispo, a decisão do conselho presbiteral pode ser um bloqueio ferrenho ao poder de decisão de um formador.

Esses e outros exemplos evidenciam que as relações de poder estão mergulhadas no mesmo jogo de forças, já descrito, dos fenômenos institucionais. Os poderes instituídos não são absolutos: estão expostos às vicissitudes das forças presentes que atuam para se afirmarem e também se instituírem. Justamente por isso, entende-se o poder como um importante analisador do processo formativo presbiteral.

3.3.2.1 Práticas

Com relação às práticas formativas, tem-se que elas são validadas pelos saberes que as sustentam, mas também pelo poder de quem as efetiva. É importante afirmar que, por mais democrática ou dialogal a aparência das práticas formativas, elas sempre carregam em si as marcas de um poder que tende a sobrepor-se de maneira unilateral.

O conjunto de práticas ao qual se dá o nome de formação é marcado inevitavelmente por sua dimensão avaliativa. Por mais que não se afirme um regime de vigilância ou perseguição, o processo formativo é entendido como um momento de prova no qual os formandos estão sendo constantemente avaliados para que possam ser aprovados como futuros sacerdotes. Os seminaristas são ‘candidatos às ordens sacras’ e a formação é a avaliação. Mesmo que o formador assuma posturas dialogais e participativas, as marcas deste tempo de ‘provação’ estão sempre presentes e, com elas, o inevitável clima de tensão. Tal tensão é uma consequência do processo, sinal paradoxal que evidencia o ‘poder’ de quem avalia, como forte analisador do processo de formação.

As práticas podem deixar mais ou menos explícita esta dimensão avaliativa. Relatórios e pareceres anuais apresentados pelo padre reitor, avaliações periódicas dos formadores e auto-avaliações por parte dos próprios formandos, informações sobre o rendimento acadêmico (resultados e notas) são exemplos de equipamentos e práticas que materializam a dimensão avaliativa da formação e o ‘poder’ dos avaliadores.

Além destas práticas e instrumentos, há critérios avaliativos que, muitas vezes, permanecem ocultos, mas não menos poderosos. Um exemplo deles são as informações que

formadores, padres pertencentes a conselhos e bispos venham a saber sobre a vida íntima dos formandos. Essas informações podem ser decisivas para a permanência ou o desligamento de formandos. Para preservar sua imagem e privacidade, tais ‘saberes’ são ocultados dos demais formandos e até de outros formadores. Entretanto, o desligamento de um formando motivado por tais informações pode simplesmente representar um ato arbitrário e injustificado da formação. Mesmo a alegação da privacidade pode não dirimir a tensão gerada pela dúvida e o medo trazido pelo desconhecimento.

Quando o próprio seminarista desligado desconhece as causas de tal fato ou dissimula desconhecimento ante o coletivo institucional, é inevitável o sentimento de medo diante do poder que, de posse de saberes ocultos, age de maneira imprevisível. Também esta dimensão do poder como gerador de tensões por ser incontrolável e não previsível, torna-se um analisador do processo formativo.

3.3.3 Analisador afetividade/sexualidade

Não é necessária muita justificativa para elencar a afetividade e a sexualidade entre os importantes analisadores do processo formativo. A formação presbiteral pretende preparar homens que se comprometerão em viver durante toda a vida a experiência da privação de relações sexuais, consequência do celibato obrigatório na Igreja Católica há muitos séculos.

Não é intenção deste trabalho descrever a história que levou à obrigatoriedade do celibato perpétuo. Também não se pretende expor os atuais questionamentos e posicionamentos a respeito de tal temática.⁹ Entretanto, o celibato permanece uma questão importante a ser refletida tanto pela Igreja institucional, quanto em seus ambientes formativos. A adesão não é opcional, mas pressuposta àqueles que se propõem estar em formação. Faz parte da própria opção por tornar-se padre.

Por se tratar de um compromisso de fidelidade para toda a vida, é esperado que os formandos mantenham-se celibatários durante o decorrer de todo o processo formativo. No entanto, não são poucos os questionamentos surgidos ao longo deste percurso. Também não são poucas as complicações experimentadas nesse estado de vida. Em sua maioria, os formandos são jovens que experimentam ainda em si os efeitos da transição entre a

⁹ Recomenda-se a leitura da tese doutoral de Ana Maria Mezzarana Kiyon (2005), um estudo sobre o celibato e a política de identidade da Igreja Católica.

adolescência e a vida adulta. Não poucos entram para o processo formativo sem terem experimentado ou vivenciado relacionamentos duráveis, namoros ou atividades sexuais. Convivem com outros que, na mesma faixa etária ou não, filhos destes novos tempos de relativismos e permissividades morais, já experimentaram diversos tipos de vivências em matéria de sexualidade.

Os padres formadores têm de lidar com este quadro geral de diversidade. Não se pode negar que a sexualidade seja fonte de questionamentos e de conflitos no ambiente formativo. Além disso, a proximidade entre pessoas num mesmo lugar, torna o ambiente propício para o surgimento de conflitos relacionais. Disputas, comparações, brigas, grupos e amizades preferenciais emergem em meio ao processo formativo, demandando do padre formador capacidade e experiência em administrar as vicissitudes do afeto humano.

Os escândalos sexuais envolvendo padres pedófilos por todo o mundo afetaram inegavelmente a imagem do sacerdote católico. Apesar de casos isolados, tal padrão de comportamento patológico, uma vez manifesto por membros do clero católico, afeta os meandros da formação presbiteral: os padres citados, para chegarem ao sacerdócio, foram seminaristas, agentes de processos formativos durante os anos de sua formação. Como negar que tal fantasma não ronde a formação presbiteral?

Outro fator digno de nota é a maneira como os padres formadores lidam com as experiências sexuais que os formandos venham a ter durante o processo formativo. Apesar de se esperar (exigência tácita!) a vivência do celibato desde os tempos da formação, os formandos ainda não professaram seus votos e podem incorrer em tal infração. Tal fato é suficiente para excluir um seminarista do processo formativo?

Por fim, deparamo-nos com o ‘problema’ da homossexualidade na formação. Diversas pesquisas deixam evidente a presença, cada vez mais elevada de formandos cuja orientação sexual é homoafetiva. Para além dessas pesquisas, Cozzens (2003) discorre sobre a ‘percepção geral’ do grande número de homossexuais entre os membros do clero católico. Dados de pesquisas norte-americanas corroboram essa percepção:

As percepções gerais, por sua vez, são freqüentemente moldadas por vários estudos e levantamentos que procuram medir a porcentagem de sacerdotes homossexuais. Um relatório da NBC sobre o celibato e clero encontrou que de 23 a 58% do clero católico têm orientação homossexual. Outros estudos revelam que aproximadamente metade dos sacerdotes e seminaristas norte-americanos são homossexuais. O sociólogo James G. Wolf, em seu livro *Gay Priests*, concluiu que 48,5% dos sacerdotes e 55,1% dos seminaristas eram homossexuais. A porcentagem parece ser mais elevada entre sacerdotes com menos de 40 anos. Além disso, acredita-se que a porcentagem de homossexuais nas congregações religiosas de sacerdotes seja ainda maior. Fora dessas estimativas, claro, há ainda sacerdotes

que se sentem confusos quanto à sua preferência e homens que negaram essa orientação com tanto sucesso que, apesar das fantasias eróticas predominantemente com o mesmo sexo, insistem que são heterossexuais. (COZZENS, 2003, p.131).

Apesar de serem dados sobre a realidade norte-americana, as diferenças estatísticas tendem a não esboçar uma diferença tão acentuada. Cozzens (2003) afirma que apesar de parecer um aumento no número de vocações com orientação homossexual, pode ser que simplesmente haja hoje uma maior consciência do fato, devido ao aumento da autopercepção quanto à própria sexualidade.

Tal aumento tem provocado dois posicionamentos básicos entre bispos, dioceses e formadores. O primeiro é rejeitar a permanência no processo formativo de seminaristas que manifestem sua orientação homossexual. O segundo é a abertura à ordenação de seminaristas homossexuais, com a condição de que estes deixem evidente seu comprometimento com a vida celibatária.

Entretanto, há ainda realidades em que, apesar da rejeição manifesta, se mantém tal questão em suspenso, sem preocupar-se com ela ou simplesmente ignorando-a pela negação. Em outros ambientes ainda nem se fala a respeito. Estes últimos posicionamentos pode trazer conseqüências ambíguas. Por um lado, o assunto sai do centro das atenções e perde sua gravidade, possibilitando uma vivência menos tensa e problematizada àqueles que se experimentam na situação homoafetiva. Por outro, a negação pode gerar um clima falacioso de paz, mas carregado de desconfianças e medos que aumentam o escondimento de pessoas homossexuais e impossibilitam o diálogo franco sobre uma questão que ainda permanece como fonte de conflitos no seio da religião católica.

Outro fator é a possibilidade do surgimento de uma ‘subcultura gay’ nos ambientes formativos, gerada pela afinidade e pelo agrupamento de várias pessoas de orientação homossexual morando num mesmo ambiente. Cozzens (2003) afirma que, nesses ambientes, os seminaristas heterossexuais padecem de certa dúvida quanto à sua adequação ao local onde vivem, experimentando ‘desestabilização crônica’, ‘confusão psíquica’, ‘sensação de desconforto’, como se aquele não fosse o seu lugar. Alerta para a necessidade de os formadores estarem atentos a essas questões. Neste caso, a negação de tais desafios e sua conseqüente não abordagem ao longo do processo formativo podem trazer conseqüências danosas para os formandos.

Após citar autores que indicam o celibato como uma das condições propícias para o grande número de padres e seminaristas homossexuais, o autor faz uma importante exposição dos questionamentos dele derivados:

O que está em questão neste começo do século XXI é a crescente percepção – raramente contestada por aqueles que conhecem bem o sacerdócio – de que o sacerdócio é ou está se tornando uma profissão homossexual. E vem bem a propósito a pergunta: Isso importa? Essa questão não acaba por revelar mais uma forma de homofobia? Não é ela mais uma manifestação de discriminação e desconfiança? Alguns diriam que é melhor deixar essa questão de lado, que seria melhor para todos não notar o proverbial elefante dentro da sala. Ignorar o fenômeno certamente seria mais fácil do que o abordar; no entanto, fechar os olhos para a situação só servirá para retardar o momento em que as circunstâncias exigirão nossa atenção. [...] As perguntas a seguir, acredito, são fundamentais: quais são as implicações pastorais para a Igreja como um todo se ela deixar de abordar a questão da homossexualidade e do sacerdócio? (COZZENS, 2003, p.140).

A questão está colocada e deve ser considerada. A homossexualidade está presente nos processos formativos assim como está presente na sociedade. Os posicionamentos diferenciados assumidos pelos diversos agentes e as negações de tal fenômeno são suficientes para fazer com que a sexualidade seja um evidente analisador da formação. No Brasil, uma literatura específica a respeito vem crescendo a cada dia¹⁰. É preciso evitar mecanismos de negação, assumindo posturas de abertura e honestidade na consideração da temática.

3.3.4 Analisador dinheiro

Na formação presbiteral, outro importante elemento merece análise e compreensão. O fator dinheiro está estreitamente ligado ao poder de ação dos indivíduos e coletividades. Inserida na sociedade maior, a organização Igreja, em seus estabelecimentos, equipamentos e práticas, depende do dinheiro para sua manutenção no todo social. As práticas empenhadas no processo formativo são determinadas, em grande parte, pelas relações econômicas vividas pelas igrejas particulares, ou seja, pelas dioceses que sustentam financeiramente o processo formativo.

Assim, uma diocese que possua poucos recursos financeiros mantém um processo formativo diferenciado daquela que pode dispor de maiores investimentos nesta área.

¹⁰ Exemplos são livros que corajosamente abordam a temática da homossexualidade já em seu título: *Acompanhamento de vocações homossexuais* (OLIVEIRA, 2007); *Direção espiritual e homossexualidade* (EMPEREUR, 2006). Alguns abordam tais questões em seu conteúdo: *Silêncio Sagrado: negação e crise na Igreja* (COZZENS, 2004); *A face mutante do sacerdócio* (COZZENS, 2003); *Afetividade, espiritualidade e mística* (MORANO, 2007); entre outros.

As práticas formativas possuem um alto custo de implementação e manutenção, não trazendo, a priori, qualquer forma de retorno imediato na esfera econômica. Os futuros padres em formação darão um retorno porque, por exemplo, serão os administradores dos estabelecimentos e das estruturas agregadoras de fundos para a manutenção de outras estruturas como é o processo formativo. Entretanto, é incerto se um formando chegará ao fim do processo ou não.

Quando se aceita o ingresso de um vocacionado (candidato ao presbitério) no processo formativo, muito dinheiro é investido para a sua manutenção, para seus estudos formais e para gerir toda a estrutura delimitadora da formação. Além disso, os padres formadores destinados a gerir tal processo, também deixam de exercer outras atividades na estrutura da diocese (Exemplo: cargos diocesanos; administração paroquial etc.) para dedicarem-se, muitas vezes, exclusivamente ao processo formativo.

Como negar a influência do dinheiro neste processo? Outra variável considerável é o fato, já aludido anteriormente, de que quem destina e delibera a respeito das verbas necessárias para a manutenção do processo formativo, são os bispos e padres responsáveis pelos conselhos de formação. Tais padres não estão ausentes no nível de sua influência, mas não estão presentes no cotidiano e no território onde são implementadas as práticas formativas. Um dos problemas é que as mudanças, muitas vezes requeridas pelas demandas sociais do processo formativo, geralmente necessitam de um averbamento correspondente. Mas quem delibera sobre o aumento de verba, nem sempre compreende aquilo que o coletivo institucional diz necessitar. É uma situação que os formadores e formandos enfrentam mais diretamente.

Desse modo, assim como as relações e funcionamentos institucionais estão estreitamente relacionados aos saberes, ao poder e ao dinheiro, assim também os agentes envolvidos, inseridos na malha institucional maior, sofrem a influência dos tais fatores. Quanto ao dinheiro, o que geralmente ocorre é que, de maneira geral, é recomendado que um seminarista (candidato ao presbiterato – objeto do processo formativo) não esteja no mercado de trabalho, ou seja, não exerça uma função que lhe dê uma remuneração.

Assim sendo, até para as mínimas coisas (como por exemplo, produtos de higiene pessoal), estas pessoas são dependentes de alguma maneira e de alguém. Quando suas famílias de origem não podem ajudar, eles dependem das comunidades onde exercem trabalhos pastorais ou da boa vontade de alguém ou algum grupo que lhe garanta o essencial. Não é incomum que seminaristas nutram, por exemplo, uma relação imatura de dependência

com ‘madrinhas’ que lhes realiza as ‘necessidades’ pessoais. Mantém-se um quadro de imaturidade e de falsa ‘autonomia’.

Alguns autores Pereira (2005; 2004) e Cozzens (2003) consideraram os efeitos da dependência econômico-financeira dos padres que, privados das relações econômicas do mundo do trabalho, ficam ‘resguardados’ pela proteção da Igreja. Facilmente se relê tais efeitos na vida de um seminarista:

[...] as realidades moderadoras do casamento, da paternidade e das prestações da casa que com freqüência sacodem um homem emocionalmente adolescente e o acordam para a vida adulta permanecem, com crescentes exceções, fora da experiência do seminarista e do sacerdote. Além disso, os promotores sociais comuns da maturidade e do sucesso – um salário profissional, uma residência – simplesmente não fazem parte do mundo do sacerdote. Em lugar disso, ele desfruta de uma segurança sem igual no trabalho e de um salário menor que o de um zelador. Casa e comida, claro, são fornecidos pela paróquia. Embora a maioria dos sacerdotes atuais leve uma vida bastante confortável, com muitas das mesmas comodidades de seus paroquianos abastados, é a Igreja que “cuida” deles. Certa libertação da ansiedade financeira decorre dessa situação e a maioria dos sacerdotes, acredito, aprecia o fato de não ter de se preocupar com dinheiro. Mas as implicações psicológicas de “ser sustentado” depois dos 30 anos são muitas vezes negligenciadas. (COZZENS, 2003, p.101).

Outro fator relacionado diretamente ao dinheiro e à autonomia é a impossibilidade de um seminarista exercer alguma atividade remunerada, sob a justificativa da exigência imposta pelos estudos e atividades formativas em tempo integral. Entretanto, como bem lembrado por Cozzens (2003), faz parte do processo de ‘maturidade’ humana, do tornar-se homem adulto, o enfrentamento de tais vicissitudes humanas.

A grande maioria das pessoas na sociedade enfrenta uma extenuante jornada de trabalho associada a um período de estudos durante longos anos. Esse processo é gerador de autonomia à medida em que a pessoa deve saber administrar seu tempo, seu dinheiro, suas obrigações e responsabilidades. No entanto, um seminarista é geralmente impossibilitado de participar do mundo do trabalho, mergulhando num universo de dependência, regido por um discurso de ‘responsabilidade’, ‘autonomia’ e ‘auto-formação’. O discurso é o de gerir a própria formação, porém, ele é impossibilitado de outras vias que lhe dariam autonomia nas coisas mais básicas.

As estruturas existentes devem promover a autonomia e o desenvolvimento dos agentes institucionais. Entende-se que os fatores referentes ao dinheiro devem ser diretamente relacionados à autonomia humana dos seminaristas. Tais elementos devem ser analisados em conjunto nas falas dos padres formadores, e, se evidenciarem contradições e situações

questionadoras ou paradoxais, devem ser considerados como importantes *analísadores* do processo formativo.

3.3.5 Analisador identidade-diferença

O sacerdócio é um estado de vida marcado profundamente pelo paradigma identitário da modernidade. Ao longo da história construiu-se uma imagem da figura do sacerdote católico. Homem sério e misterioso por ser portador e o dispensador dos mistérios divinos; inteligente e sábio devido aos anos dedicados aos estudos; de espírito firme e de coração generoso como um verdadeiro ‘pai’. Várias características descreviam aquilo que se poderia chamar de identidade presbiteral.

A diferença e a multiplicidade tornaram-se regra e, diante da falência do paradigma identitário moderno, não há mais como se afirmar com tanta veemência que certas pessoas possam reunir em si todas e as mesmas qualidades subjetivas que as caracterizem como possuidoras de uma mesma identidade.

Mediante as drásticas e velozes transformações quanto aos costumes e à moral, não é possível a manutenção de uma imagem garantidora de uma identidade. A família passou por diversas transformações e não é mais a mesma. De uma geração à outra, percebem-se consideráveis mudanças no modo de se conceber o mundo e as relações. A própria maneira de se lidar com as questões relativas à ‘intimidade’, afetos e sexualidade transforma-se e cada vez mais se torna difícil ao ser humano lidar com tais mudanças. A capacidade de mudar (em todos os sentidos: de pensamento, de hábitos, de costumes, de condição física, de concepções morais etc), a fluidez de posicionamentos existenciais, a efemeridade dos vínculos relacionais e dos compromissos tornaram-se as características destes novos tempos. Aumenta-se a tolerância na mesma proporção que a indiferença. Antigos valores e características, como por exemplo, o caráter de definitividade, de duração no tempo e de perenidade no que tange a uma relação entre duas pessoas já não é a regra.

Nesse ínterim, encontramos a vocação presbiteral: compromisso para a vida toda; promessa que compromete a própria existência na obrigatoriedade voluntária dos votos. Tais são as ‘marcas’ que contribuem para a constituição de uma identidade comum. Entretanto, apesar de tal decisão não perder sua gravidade, ela não deixa de ser afetada pelo espírito do

tempo presente que lhe pressiona à transformação. Mesmo as características descritivas do que era considerado ‘identidade presbiteral’ transformaram-se.

Cozzens (2003) cita um autor que descreve a nova identidade presbiteral, produzida pelo novo modelo cultural de sacerdócio proposto no Concílio Vaticano II:

Resumindo a emergência de novas identidades e imagens do sacerdote, James Bacik identificou uma série de mudanças importantes que ocorreram depois do concílio: “do púlpito à participação; de pregador clássico a mistagogo contemporâneo; do estilo solitário ao ministério colaborativo; de uma espiritualidade monástica a uma espiritualidade secular; da salvação de almas à libertação de pessoas”. (COZZENS, 2003, p.23).

Mesmo aqueles que afirmam existir uma identidade, concordam que ela passa por transformações. O próprio livro paradigmático a respeito do sacerdócio, de Donald Cozzens (2003) intitula-se “A face mutante do sacerdócio”. Acreditamos que tal ‘identidade presbiteral’, afirmada em constante mutação, é um importante analisador do processo formativo. Este se dá num local marcado pela diferença: diferentes formandos e diferentes formadores. Não só pela diversidade humana, mas também pela diferença etária.

Por tudo isso, faz-se necessária a consideração das diferenças individuais em contraposição à imagem de uma ‘identidade presbiteral’, como importante analisador do processo formativo sacerdotal.

3.3.5.1 O presbítero e comunidade eclesial

O caminho de realização da vocação presbiteral se encontra na comunidade eclesial¹¹. Isso é um dilema quando se pensa na realidade da formação. Ao adentrar no processo formativo, o vocacionado não pode abandonar a comunidade eclesial onde nasceu e desenvolveu-se sua vocação. Ele deve levar consigo as marcas das experiências que fez em tal comunidade e não deve negá-la sob o risco de perder-se no processo. Abandonar ou negar as experiências fundantes de uma vocação pode significar a perda do sentido das buscas ou dos caminhos a serem traçados.

O processo formativo não pode ser ‘momento’ e/ou ‘lugar’ em que se interdição a expressão da realidade eclesial de cada formando. Deve, sim, ser lugar de ‘purificação’ de

¹¹ Esta é a principal conclusão do recente estudo intitulado “Padre, você é feliz? – Uma sondagem psicossocial sobre a realização pessoal dos presbíteros do Brasil” (VALLE, BENEDETTI e ANTONIAZZI, 2001).

tudo aquilo que não seja autenticamente cristão, porém sem tolher a expressão e a beleza da diversidade trazida pelos diversos agentes presentes no processo formativo. Cabe ao formador a sensibilidade e o tato para reconhecer tais expressões e para não violentar aquelas que pareçam mais inusitadas, mas não por isso, menos autênticas. Cabe ao formando a *obediência* e a *abertura* – ambas compreendidas como escuta atenta, como aceitação inteligente, como coragem transformadora e não como mera docilidade passiva – para não permanecer encerrado nos limites das próprias experiências e para crescer mediante a amplitude e a diversidade das expressões eclesiais católicas existentes e com as quais deverá conviver quando presbítero.

O presbítero deverá ser homem da diversidade e terá que conviver tanto com pessoas que expressam sua experiência de fé em moldes cristalizados e antigos/tradicionais, quanto com aquelas manifestações mais inusitadas ou vanguardistas, mas não menos autênticas no que tange à sua sinceridade e fidelidade à proposta do Evangelho de Jesus Cristo. O padre deve amar o ‘novo evangélico’ presente na tradição e emergente dos encontros da fé com as transformações impostas pelo desenvolvimento humano.

Tal abertura ao novo, tal tolerância às diferenças devem ser experimentadas no processo formativo. O formador deve ser este homem que reconhece o valor e que afirma com sua vida, a importância da diversidade de manifestações da experiência cristã católica. É chamado a compreender que a formação deve ser personalizada e que o futuro presbítero não pode desvincular-se totalmente da comunidade eclesial onde nasceu e cresceu sua vocação, sob o risco de perder as raízes e a sua história.

3.3.6 Analisador espiritualidade

Uma das dimensões da formação presbiteral, segundo documentos oficiais, é a espiritual. Tal dimensão poderia ser chamada de ‘alma’ ou núcleo do processo de formação de uma instituição ligada ao religioso, ao sagrado. Os futuros padres serão ‘profissionais do sagrado’ e, portanto, devem desenvolver conhecimentos, habilidades e comportamentos condizentes com a dimensão espiritual de seu futuro trabalho.

Na atualidade, mesmo nas relações mais secularizadas, fala-se sobre uma dimensão espiritual que deve ser cultivada para o desenvolvimento humano. Empresas e organizações comerciais investem na formação espiritual e no bem estar de seu contingente humano, como

elemento fundamental para o crescimento de sua organização e para o aumento do lucro. Nunca se produziu tanta literatura a respeito de mística e espiritualidade, que na maioria das vezes, são apresentadas de maneira a-religiosa, personalista e completamente subjetivista.

Entretanto, a mística católica está embasada essencialmente nos Evangelhos. São relatos que apresentam uma 'boa nova' que se pretende transformadora das estruturas concretas do mundo e da sociedade pelo comprometimento de toda a existência daqueles que aderirem a tal nova mentalidade. Para os que se propõem vivenciar esta novidade, são exigidas novas posturas. Para um seguidor dos conteúdos ensinados por Jesus Cristo, a vivência da fé não pode se separar de sua vida.

A formação presbiteral deve ser considerada com honestidade. Há elementos essenciais que pertencem à esfera da fé ou transcendência. Porém, algumas idéias e práticas devem ser questionadas quanto à sua finalidade e existência. Mesmo sob a áurea do religioso e da mística, se tais práticas estiverem sufocando, de maneira injustificada, os impulsos inovadores que buscam o aperfeiçoamento e desenvolvimento do ser humano; se estiverem sujeitando os agentes do processo, produzindo nestes subjetivações que apenas sirvam à manutenção da lógica petrificada do instituído, então é preciso dar vazão ao fluxo instituinte presente para que se viva melhor nos meandros formativos.

A instituição religiosa, materializada na organização Igreja Católica, é o fundamento da lógica geradora dos procedimentos e práticas formativas para o sacerdócio católico. Isso deve ser considerado sempre que se analisar as práticas relacionadas à espiritualidade. Quando se fala sobre práticas de mistificação, por exemplo, faz-se fundamental a identificação de possíveis deformações geradoras de submissão e de domínio. O Evangelho, fonte de toda espiritualidade cristã, possui uma orientação diametralmente oposta a essa, defendendo a liberdade humana. Se as práticas espirituais presentes nos ambientes formativos evidenciarem tais paradoxos, temos a espiritualidade como um analisador do processo de formação.

Outro fator são as diferenças quanto à espiritualidade presentes nos ambientes formativos, visto que os formandos são oriundos de diferentes contextos e distintas espiritualidades. Após o Concílio Vaticano II, surgiram novas correntes espirituais na religiosidade católica. Tais correntes são determinantes da espiritualidade vivida pelos candidatos ao presbiterato. A formação é o lócus onde se pretende equalizar as diferentes espiritualidades trazidas pelos formandos, para aproximá-las àquilo que é proposto nos Evangelhos.

A diversidade de espiritualidades e maneiras de vivenciar a fé deve ser encarada com sensibilidade e equilíbrio pelos padres formadores. Estes não podem simplesmente sufocar as diferenças, mas considerá-las e aproximá-las ao essencial. Se a dimensão espiritual apresentar questões importantes ou mesmo situações paradoxais, ela será um importante analisador a ser considerado neste trabalho.

3.3.7 Analisador ‘diferença etária’

Houve um tempo em que a grande maioria dos candidatos ao presbiterato adentrava no processo formativo no início da adolescência. Era o tempo dos grandes estabelecimentos chamados ‘seminários menores’, nos quais chegavam a conviver, em regime de internato acadêmico, centenas de formandos a partir dos 12 ou 13 anos de idade até o final do curso ‘ginasial’. Tais estabelecimentos eram regidos por práticas disciplinares, única forma de se controlar o número excessivo de formandos e gerir a diversidade aí presente.

Após o Concílio Vaticano II, o costume de formar os seminaristas a partir da adolescência foi diminuindo e hoje, se houver, são ocorrências extremamente isoladas e raras. Os tempos são outros assim como os desafios que se renovam. O advento da mentalidade propositora de uma formação mais dialogal em que o formando deve tomar, de certa maneira, as ‘rédeas’ de seu caminho formativo fez com que aparecessem novos conflitos, inclusive oriundos da necessária valorização da diversidade humana trazida pelos formandos.

Atualmente, cada vez mais, intensifica-se a convivência de pessoas de diversas faixas etárias nos estabelecimentos formativos. É comum a presença de pessoas adultas que, apesar da vivência e experiência profissional anteriores ao processo de formação, convivem com formandos mais jovens a partir dos 18 anos. Entretanto, nem sempre os formadores são capazes de lidar com tais diferenças. Quando se pensa na valorização da diversidade subjetiva de cada formando ou num processo de formação personalizada, a situação complica-se ainda mais.

O conflito entre ‘gerações’ pode ser vivenciado na relação entre os próprios formandos, mas também entre formandos e formadores. Esses últimos, muitas vezes têm idade equiparada a muitos dos seus formandos e nem sempre estão preparados para compreender e lidar com tal situação e diferenças.

Situações paradoxais e conflituosas podem surgir oriundas das diferenças etárias entre os formandos e entre formandos e formadores. Tornam evidentes a necessidade de adequação e de mudança em face dessas novas demandas. Nesse sentido, faz-se importante a consideração da diferença etária como um analisador do processo formativo presbiteral.

3.3.8 Analisador ‘novas tecnologias’

A sociedade está mergulhada na ‘era das revoluções tecnológicas’. As últimas décadas testemunharam a evolução e o aparecimento de novos instrumentos e artefatos que, aos poucos, passaram a fazer parte da vida e do cotidiano de parte da população mundial. Não se nega, no entanto, que grande parte dos habitantes do planeta vê-se privada dos ‘novos bens de consumo’, produzidos pelo desenvolvimento tecnológico e técnico.

Apesar de ser uma instância crítica das lógicas excludentes do mercado fomentador das novas técnicas, a própria Igreja, já no Concílio Vaticano II¹², afirmou a autonomia das ciências e o valor de tudo que, desenvolvido pelos seres humanos, venha de encontro às suas necessidades, melhorando a vida sobre a terra.

Os estabelecimentos formativos e seus agentes já não podem viver sem experimentar os efeitos de tais novas tecnologias. Veja-se, de modo particular, o mundo da informática e da telefonia móvel.

Os computadores pessoais e demais acessórios tornaram-se parte do cotidiano de praticamente qualquer pessoa que esteja fazendo uma experiência acadêmica de nível superior. É praticamente impensável a execução de um trabalho escolar mais elaborado sem o auxílio de um microcomputador.

O desenvolvimento desse instrumento, associado ao advento da Internet provocou uma mudança até mesmo na forma de os seres humanos lidarem com o tempo. A velocidade da comunicação chegou a um ponto inimaginável. Hoje, duas ou mais pessoas podem estabelecer um contato com imagem e som, independente do lugar em que estejam no mundo. É inegável que os padrões comunicacionais e relacionais foram afetados por tal evolução:

¹² O último documento elaborado durante o Concílio Vaticano II, a Constituição Pastoral *Gaudium et spes* versa de maneira brilhante sobre tal temática, abrindo definitivamente as portas da Igreja à aceitação e valorização do desenvolvimento humano trazido e possibilitado pela evolução da técnica.

A sociedade se redefiniu em torno desse fenômeno, e a “Rede das Redes” criou novas abordagens de experimentação do mundo; com isso, as pessoas podem conhecer-se, interagir e ter acesso a todo tipo de conhecimento num espaço virtual totalmente diferente do espaço físico: o *cyberespaço*. (GUERRESCHI, 2007, p.23).

Não se pode negar, também, que todo desenvolvimento e as novas possibilidades por ele proporcionadas trazem consigo as ambigüidades próprias de todo fenômeno humano. A técnica deve ser acompanhada do seu uso responsável:

É necessário, porém, que, ao lado dessas competências de tipo técnico, desenvolvam-se também competências ligadas ao uso responsável da Rede. Se é verdade que a internet trouxe muitas vantagens para a vida das pessoas, é útil ter claras as armadilhas que o uso desse instrumento pode conter. (GUERRESCHI, 2007, p.23).

Dentre tais armadilhas, cita-se a do *anonimato*. A internet possibilita a vivência de um mundo paralelo¹³, no qual a pessoa pode expressar-se como bem entende e deseja, sem os limites das regras da convivência social. A possibilidade de se omitir a identidade pessoal permite a livre expressão de desejos e fantasias. Tal universo virtual é um terreno propício para a manifestação de perversões ou estados patológicos que, no espaço físico do mundo social, seriam inibidos.

Outra destas ‘armadilhas’ é a dependência que a pessoa pode vir a desenvolver nessa relação com o mundo virtual da internet:

A *Internet addiction disorder (IAD)* é uma modalidade de expressão de mal-estar através de um novo produto tecnológico. A pessoa que adquiriu dependência da internet permanece ligada a ela por horas e horas, perdendo totalmente a noção de tempo. O importante é que a pessoa não consegue controlar a necessidade de ligar-se à Rede, a qual se torna o recipiente de todas as suas ansiedades e frustrações. (GUERRESCHI, 2007, p.23-24).

Anonimato e dependência do uso de internet são possibilidades também nos ambientes onde ocorre a formação presbiteral. Além disso, questões relacionadas ao controle do uso ou à sua própria restrição podem ocorrer. Um padre formador pode se deparar com situações inusitadas e conflituosas geradas pela nova tecnologia. Tais situações evidenciam sua ação como um possível analisador no processo de formação.

¹³ Existe hoje, inclusive um mundo virtual, chamado *Second Life*. Nele, os membros participantes criam personagens no anonimato e vivenciam experiências das mais diversas, como se tivessem uma vida paralela, moldada de acordo com os desejos e fantasias de realização da pessoa.

3.3.9 Analisador silêncio

Já se disse sobre os saberes que não devem ser expressos para se preservar a imagem de um formando quando o motivo de seu desligamento é de foro íntimo. No entanto, há uma outra face destes silêncios: a negação.

Após o emblemático livro “*A face mutante do sacerdócio*” (2003), o padre, reitor e escritor Donald Cozzens escreveu o livro intitulado “*Silêncio sagrado*” (2004), em que discorre sobre o fenômeno da negação na Igreja Católica, quando em seus momentos de crise.

Cozzens (2004) afirma que, mediante as situações conflituosas e problemáticas geradas no embate entre o pensamento eclesial e o mundo pós-moderno, as mudanças necessárias tornam-se ameaças às estruturas institucionais da Igreja. Esta pode responder com o retraimento do silêncio e da negação:

Uma Igreja ainda feudal luta para alcançar o mundo moderno enquanto o mundo moderno funde-se com correntes de pensamento pós-modernas que ameaçam a crença religiosa da forma como a conhecemos. [...] E, como a história deixa claro, onde existe ansiedade a imaginação se atrofia, a negação prospera e o controle torna-se obsessivo. A burocracia de uma Igreja ansiosa exhibe precisamente estas características – negação, legalismo, poder controlador, ocultação. (COZZENS, 2004, p.14).

É importante notar que a negação não é tomada em sua acepção psicanalítica. Nega-se o discurso franco mediante situações críticas que exijam mudanças:

[...] estamos no meio de uma profunda transição eclesial, que exige uma luta contra antigos hábitos mentais e inércia institucional para que possamos emergir como uma Igreja renovada e vital. [...] (COZZENS, 2004, p.15).

O discurso do padre Cozzens (2004) figura muito bem num trabalho embasado na teoria da Análise Institucional. Existe uma resistência à mudança que tende a se ocultar por meio do silenciamento, mecanismo de manutenção e resistência do instituído. A solução proposta é o rompimento do “muro de negação e silêncio que protege a ordem eclesiástica atual” (Cozzens, 2004, p.14) por meio de uma abertura honesta ao diálogo honesto e libertador.

A formação presbiteral não está isenta das interferências da instituição que a sustenta. Pelo contrário, como local onde se dá a ‘gestação’ dos futuros ministros da Igreja,

responsáveis pela sua continuidade no tempo, a formação tende a polarizar de maneira especial tanto os conflitos e crises, quanto as reações e soluções da instituição eclesial.

Justamente por isso, o silêncio e a negação são fenômenos que podem ocorrer durante o processo formativo. As crises podem manifestar-se nas diversas instâncias da formação, já citadas neste trabalho. No entanto, a atenção deverá ser voltada aos momentos em que algum problema ou desafio for expresso na fala dos formadores. Sempre que, diante de alguma dificuldade, crise ou situação conflitiva, perceberem-se sinais de silêncio, aí o teremos como analisador.

O silêncio pode estar presente como reação do formador, dos formandos, ou do conjunto de agentes presentes no ambiente formativo. O formador pode silenciar mediante suas próprias crises, ante os problemas enfrentados pelos formandos ou na ocorrência de um conflito entre ele e os formandos ou alguma das outras instâncias de poder, tal como o bispo ou membros dos conselhos. Na fala dos padres formadores, deve-se notar a ocorrência deste silêncio como expressão de um comportamento de negação até mesmo por parte dos próprios formandos.

Na ocorrência do silêncio ante uma situação que esteja clamando por uma resposta, uma solução, uma palavra, aí se pode considerar o silêncio como um analisador. No entanto, entende-se que ele ocorrerá quase sempre associado a algum dos outros possíveis analisadores aqui elencados e pesquisados (em especial o poder e a sexualidade). A ambigüidade da presença do silêncio quando na verdade se anseia pelas palavras capazes de gerar a solução demandada já será o suficiente.

3.3.10 Analisador sofrimento

O sofrimento é uma possibilidade inerente ao fato de o ser humano estar vivo. Existem fatores incontrolláveis e inevitáveis que levam ao sofrimento. Entretanto, algumas experiências e situações específicas podem ser geradoras de sofrimento.

Diante das dificuldades vivenciadas em algumas situações do processo formativo, seus agentes poderão experimentar algum tipo de sofrimento. A própria condição de sacerdote dos padres formadores já é um fator que pode guardar em si uma certa dose de dor:

A vida de um sacerdote, conforme proponho aqui, exige, depois apenas da fé e da caridade, integridade e altruísmo. É uma vida particularmente difícil e penosa quando os sacerdotes se sentem incomodados com as ideologias aprovadas que

fundamentam seu mundo eclesial e quando diferentes eclesiologias parecem fraturar o chão comum que unia os sacerdotes em épocas passadas. Dolorosamente divididos, eles acabaram por compreender que a Igreja a que servem está ela própria ferida, no entanto grávida de esperança e desejo de ver a face plena de Cristo que continua a lhes escapar. (COZZENS, 2003, p.17)

De maneira especial, entendemos que a situação de um padre formador pode ser eliciadora de sofrimento. Apesar da presença dos formandos, sua condição normal de sacerdote como homem solitário é incrementada pelo fato de ser geralmente o único formador morando em estabelecimentos formativos.

Mesmo estando na comunidade formada pelo conjunto dos agentes do processo formativo, vê-se sozinho quando é forçado a agir sob a decisão do bispo ou da equipe de formadores. Exemplo disso são casos em que é deliberado que um determinado formando deve ser desligado do processo formativo. Nesse caso, o formador deve fazer o comunicado. Entretanto, quando tal decisão visa preservar a imagem do formando com ocultação dos reais motivos que levaram ao desligamento, o sofrimento do formador tende a aumentar devido à ambigüidade gerada por tal situação (pelo conseqüente ‘mal estar’ geral). Além de não poder partilhar os motivos com os formandos, ainda pode ser alvo das críticas de quem, por ignorar importantes informações, considera o formando dispensado como vítima.

Em outras situações, o padre formador, considerado como o modelo de padre para os seus formandos, tende a manter tal imagem negando seu sofrimento ante os mesmos. Porém, como humano que é, não está privado das crises que tendem a crescer por sua condição de presbítero, homem solitário.

O sofrimento, entendido como manifestação humana diante de crises e situações desafiadoras, será encarado também como um importante analisador do processo formativo.

3.3.11 Analisador ‘*formação dos formadores*’

Por fim, será abordada a própria formação dos padres que são os responsáveis pelas práticas formativas, como um possível analisador do processo formativo.

No item sobre o analisador ‘saber’, alertou-se para o fato da existência de falsos saberes que tendem a se afirmarem como saberes, mesmo na ausência de substratos que lhes dêem sustentação. Refletir sobre o analisador poder diante do saber, leva a considerar que o

lugar de poder ocupado por alguns dos agentes institucionais carrega consigo o status de um saber que lhe é pressuposto. Entretanto, tal saber pode não passar de mera suposição.

Pode ser o caso de um formador que não possui os saberes necessários para sustentar suas práticas formativas. Um padre experiente e coerente pode muito bem exercer a função de formador. Entretanto, alguém despreparado pode provocar danos às realidades formativas e, ante sua inabilidade, impor-se pelo poder intrínseco à função de formador. Tal fato pode ser fonte de sofrimento para os formandos, agentes submetidos às práticas formativas, como também para o próprio formador que se utiliza delas à revelia de um conhecimento que lhes dê suporte.

Acredita-se que a exposição verbal, obtida por meio do discurso dos próprios formadores acerca de sua própria formação, evidencie se existem ou não problemas ou desafios oriundos de tal temática. Uma vez que se constate tais problemas ou paradoxos (ser formador sem uma formação para tal já é por si um paradoxo!) a formação ou a falta dela é um analisador dos processo formativo presbiteral.

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

4.1 Considerações iniciais da análise

Na pesquisa de campo, foram investigados alguns dos principais analisadores tomados de autores clássicos da Análise Institucional, e outros elencados em trabalhos sobre o universo da religiosidade católica, de modo especial da vida religiosa em pesquisas da Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil. (PEREIRA, 2004; 2005). Por nossa própria experiência e nas discussões encontradas na literatura, escolhemos outros possíveis analisadores do processo de formação: silêncio na formação, sofrimento do padre formador e sua própria formação.

Esses analisadores não são os únicos presentes no processo de formação presbiteral, mas não se pretende aqui abranger todo o universo do fenômeno estudado. Mesmo porque, é um enfoque restrito do processo de formação a partir do ângulo dos padres formadores. Não se negam as interferências do pesquisador que, como seminarista mergulhado no processo formativo presbiteral, considera sua própria implicação e experiência atravessando inevitavelmente este trabalho, suas escolhas e a análise das entrevistas.

Foram realizadas dez entrevistas com padres formadores de diversas regiões do Brasil. Todos eles são presbíteros católicos e trabalham diretamente com os seminaristas que estão no processo formativo presbiteral em seminários ou casas de formação. A diferenciação entre os estabelecimentos formativos tornou-se dispensável, pois os próprios formadores não diferenciaram o fato. Mesmo porque, o número médio de seminaristas por formador entrevistado foi relativamente baixo, ao redor de quinze.

As entrevistas foram semi-estruturadas, obedecendo a um roteiro prévio¹ com questões sobre o processo formativo. Primeiramente, os entrevistados eram convidados a descrever suas atividades e funções específicas como formadores. Deveriam também falar sobre os objetivos em geral da formação, a pessoa do formador e do formando (suas características e qualidades), os principais problemas encontrados no processo formativo e suas possíveis soluções. As demais perguntas investigaram a presença e atuação dos analisadores propostos.

¹ O roteiro da entrevista semi-estruturada encontra-se em anexo neste trabalho (ANEXO1).

Por fim, foram feitas perguntas sobre a formação da pessoa entrevistada. Ela deveria falar sobre sua passagem pelo processo formativo e a necessidade de ter ou não, alguma formação específica para atuar como padre formador. Também foi perguntada sua opinião quanto à necessidade de passar por um processo de acompanhamento psicoterapêutico.

4.2 Características gerais dos padres formadores entrevistados

São descritas aqui algumas características dos padres formadores entrevistados, colocados numa ordem numérica aleatória. Achou-se por bem não os categorizar por tipo de estabelecimentos formadores em que estão ou taxá-los, simplesmente, como membros de um grupo conservador ou progressista. Pelos jogos de força próprios de contextos institucionais, não se pode afirmar que um formador é conservador ou está a serviço do instituído. Pode-se afirmar que a maneira de pensar e as práticas de um formador tendem a uma abertura maior à ação dos movimentos instituintes inerentes aos processos institucionais.

As práticas de um formador só são instituintes num ambiente com a existência de práticas já instituídas. Portanto, elementos instituintes sempre estarão presentes, assim como os instituídos. Como se verá, existe uma predominância de elementos mais instituintes na prática de alguns formadores, o que permitiria classificar sua ação sob um paradigma mais progressista. Outros formadores, por sua postura de defesa do estabelecido e pelo fato de não questionarem as práticas que o mantêm e sustentam, podem ser classificados sob um paradigma mais reacionário e conservador. Entretanto, tais constructos teórico-definitórios encontram-se em estado puro tão somente na teoria. Ao se descrever as práticas dos formadores entrevistados, serão evidenciados traços que deixam claro para onde se direcionam seus pensamentos e suas ações.

4.2.1 Formador Diocesano 1 (FD-1)

O formador em questão tem entre 40 e 45 anos e trabalha há mais de cinco na formação. Demonstrou muita disponibilidade em participar desta pesquisa. Trabalha numa casa com cerca de 20 seminaristas que passam pela etapa do propedêutico e da filosofia. Além

de ser o professor de ‘espiritualidade’, disse que sua função específica como reitor é administrar a casa, celebrar e fazer o acompanhamento pessoal dos seminaristas por meio de conversas.

Para ele, cada seminarista deve ter a si mesmo como formador. Como reitor, diz que é um ‘suporte’ aos seminaristas, dando-lhes apoio, ajuda e orientação. Afirmou que a formação é um processo de reeducação que exige abertura dos formandos ao crescimento. Eles devem “reelaborar suas atitudes e comportamentos” de acordo com a escolha que fizeram pelo ministério presbiteral. Disse que, apesar de procurar dar abertura aos formandos para que falem de si, sente que o formador ainda é visto como uma ameaça.

O formador deve saber ouvir e ter a “virtude do equilíbrio: forte, mas ao mesmo tempo flexível”. Deixou evidente que seminário não é uma instituição na qual o objetivo seja formatar as pessoas. Considera importante a história de vida do formando. Este não existe sem sua história e esta interfere diretamente nos processos formativos. O formador deve estar atento a tal questão e o trabalho formativo deve ser personalizado. “O seminário não é uma fôrma”. Seu discurso evidencia desejo de gerar posturas ativas e participativas nos formandos. Demonstrou abertura à auto-avaliação falando sobre a necessidade de se gerar momentos nos quais os formandos possam falar sobre o seu trabalho enquanto formador. Apresentou certo equilíbrio e ponderação, sem rigidez dogmática, mas também sem posturas questionadoras do instituído. Pareceu preocupar-se com o bem estar dos formandos e assumiu suas fragilidades de maneira aparentemente honesta.

4.2.2 Formador Diocesano 2 (EFD-2)

Tem entre 30 e 35 anos e trabalha há dois anos como reitor. Antes de ser ordenado padre, trabalhou por cerca de cinco anos no acompanhamento vocacional dos candidatos à formação. É o formador de um seminário onde há o curso propedêutico e de filosofia. Estão sob sua responsabilidade cerca de 14 seminaristas propedeutas. Resume suas atividades como reitor dizendo que “gerencia a casa de formação”, participa das celebrações, das atividades do cotidiano da vida dos seminaristas e os acompanha com conversas individuais.

Os estudos ocorrem dentro do seminário e os seminaristas dividem as tarefas da casa de maneira espontânea, de acordo com a aptidão de cada formando. Um deles é eleito o coordenador e representante do grupo. O FD-2 mora no seminário com os formandos e mais

um padre formador. Outros padres participam dos trabalhos formativos sem morar no seminário: dois padres psicólogos fazem atendimento pessoal e em grupo; um orientador espiritual e um padre preparam os seminaristas para o estágio pastoral.

FD-2 pensa que a formação deve viabilizar para o formando uma consciência clara de sua opção, mas sem absolutizar o sacerdócio como meta: “[...] o presbiteral da formação eu penso que é uma consequência”. É otimista com a formação e pensa que ela está melhor do que na ‘sua época’. É evidente que todo formador traz consigo as marcas da sua própria história e do período em que foi formando. Comparando com ‘seu tempo’, o FD-2 falou que hoje a formação está mais ‘preocupada com o futuro’, que há ‘maior interesse’ e que as ‘discussões são mais francas’. Experiências negativas do passado podem levar a novos padrões e reconfigurações no tempo presente. Afirmou não acreditar que exista um ‘perfil’ ideal de formador, mas citou algumas qualidades e características: ser capaz de possibilitar um diálogo sem imposições, ter preparo intelectual, ser coerente com seu estado de presbítero e “estar resolvido afetivamente para não interferir com seus problemas na vida dos formandos”. Como FD-1, afirmou que o formador “não vai formar coisa alguma”. O formando é que se forma com os meios oferecidos pela vida no seminário. O papel do formador é orientar tal formação.

Muitos formadores dizem esperar dos formandos ‘abertura’ e acolhida ao que é proposto. FD-2 espera que o formando tenha “confiança para se expor”. Ao falar das características e qualidades de um formando, demonstrou esperar dele posturas mais ativas: “ser desafiador, empreendedor, arriscar-se [...] ter um amor muito grande pela causa do Evangelho e pela humanidade”.

FD-2 apontou a dificuldade que alguns padres têm em compreender que a formação não necessariamente levará ao ministério presbiteral. A pessoa que está no processo formativo está em vias de se decidir pela vida sacerdotal, mas sabe que a extensão do processo formativo deve ajudá-la a discernir melhor sua opção. Muitos padres, por esse motivo, questionam os gastos com a formação.

Disse que os maiores desafios na formação são a improvisação, a falta de investimentos e formação na dimensão humano-afetiva, a falta de psicólogos leigos, as intervenções pontuais do presbitério no processo formativo. Além disso, o FD-2 expressou sua “opinião e sonho pessoal” quanto à formação. Para ele, o modelo atual é inadequado e “não apresenta respostas para as necessidades da Igreja e do mundo”. Pensa que os seminaristas não deveriam ser retirados do mundo da família, do trabalho, de experiências de namoro, devendo permanecer nas suas comunidades de origem.

Como mudanças que já poderiam ser implementadas, disse que a faculdade deveria ser fora do seminário e que se deveria investir na formação em grupos menores, de no máximo quatorze seminaristas. Diz que o ambiente formativo deve ser de “co-participação, cooperativismo, co-responsabilidade e liberdade”. Os formandos devem sentir-se bem na formação e serem os grandes sujeitos do processo, não meros objetos em um enclausuramento. Demonstrou um discurso de abertura ao novo, questionando a instituição eclesial quanto à necessidade de se repensar certas posturas formativas.

4.2.3 Formador Diocesano 3 (FD-3)

Está na faixa dos 30 anos e trabalha há dois na formação. O FD-3 mora com outro formador que é o reitor e com os formandos que somam um total de quatro seminaristas propedeutas. Cuida da administração da casa, ministra aulas e é o responsável em aplicar dinâmicas de grupo aos candidatos ao processo formativo na pastoral vocacional.

Não cursou filosofia, pois já possuía um curso superior e mestrado. Além disso, durante a formação fez outras especializações na área de psicopedagogia e sexualidade humana. Considera que é muito importante que o formador continue a estudar. Está trabalhando na formação desde que era formando e cursava teologia. Disse existe uma necessidade de padres formadores e sente-se motivado a ser formador, pelo fato de ter sofrido muito durante seu próprio processo formativo.

FD-3 disse que a formação é um processo constante que deve capacitar o formando a assumir o ministério. O formador deve acompanhar os formandos, ser transparente, co-responsável, estar ‘inteiro’ no processo, buscar sua própria formação e ter ousadia. Afirmou num discurso instituinte, que o formador “*tem que ter ousadia para poder ajudar o novo a surgir*”. O formando deve ter “a coragem de ser protagonista do processo [...] ele tem que ter coragem de falar, de se expressar.”

Ele é formador porque desejou sê-lo, traçando um caminho na busca da formação necessária para tal. Sua forma de considerar a formação é predominantemente instituinte e inovadora. Afirmou que o ‘modelo’ formativo é antiquado e não responde aos problemas da atualidade. Chegou ao ponto de dizer que é contra a existência de seminários ou casas de formação, afirmando que os formandos não deveriam deixar suas famílias e o mundo do trabalho durante o tempo de preparação ao presbiterato.

É um discurso fortemente instituinte, mas mergulhado no jogo institucional que talvez FD-3 não consiga enxergar como necessário. Isso se mostrou, por exemplo, no fato de ele se esforçar na sua própria formação para poder trabalhar melhor no processo formativo por ele criticado. Os formandos devem estar num processo de autoformação. Sua experiência enquanto formando foi marcante para que desenvolvesse esta maneira de pensar. Já no início da conversa quis falar sobre sua formação, afirmando-se ‘protagonista’ da mesma e ressaltando as dificuldades provocadas pelo estilo de seus formadores:

FD-3: Minha formação foi toda buscada por mim, toda construída por mim. Então, ela foi boa. Naquilo que eu acreditei, que eu busquei, que eu construí, eu fui protagonista da minha formação. O reitor atrapalhou. Os meus formadores atrapalharam o tempo todo a minha formação. Eles impediam, queriam me infantilizar, queriam me sufocar, enjaular. Por mim, inúmeras vezes eu tive que enfrentar essas situações. E acho que isso foi um fator de dificuldades. Foi uma dificuldade grande.

4.2.4 Formador Diocesano 4 (FD-4)

Tem entre 40 e 45 anos e trabalha há seis na formação. É o reitor de um seminário de filosofia com uma média de doze seminaristas estudantes. Tem por função coordenar a casa de formação e promover a integração da equipe de formadores (cinco padres), sendo “ponte entre o bispo, os membros da equipe, os seminaristas e o próprio clero”. Disse que conversa com os seminaristas e é a “referência dentro da vida comunitária na casa de formação”.

Além de reitor, faz atendimentos em uma paróquia e é responsável por uma das pastorais de sua diocese. Participa de reuniões do conselho de presbíteros, colégio de consultores e de outras da pastoral que coordena.

FD-4 demonstrou preocupação com o fato de o seminarista deixar sua casa e atividades cotidianas para entrar no estilo de vida proposto pela formação. Ao falar sobre a distribuição das funções internas do seminário entre os seminaristas, afirmou fomentar neles co-responsabilidade e autonomia. Um dos formandos, eleito pelos demais, é o coordenador da casa e fica com uma quantia em dinheiro que é repassada aos demais seminaristas para suprir suas necessidades. Esta atitude de permitir que os próprios formandos administrem e usem o dinheiro disponibilizado pela casa é uma prática não usual, segundo os dados desta pesquisa. Pode ser um fator promotor de autonomia no processo formativo. Entretanto, um complicador

é o fato de muitos dos formadores entrevistados relatarem que suas dioceses não dispõem de dinheiro suficiente para a formação.

FD-4 disse que a formação é um processo que deve ajudar a pessoa com o objetivo de ser presbítero, a tornar-se mais humano e consciente de suas limitações e capacidades. O formador não pode esquecer que passou um dia pelo processo formativo assim como os formandos. Deve ser um mediador, ajudando-os com abertura e diálogo. Espera que o formando seja “aberto às propostas da formação”, mas não “cegamente”. Disse que ele deve ser protagonista do processo sabendo dialogar claramente. Para ele, o formando não deve criticar negativamente, distorcer as coisas ou “falar por trás”. Tal fala pode ser devida às suas experiências negativas como formador.

Finalmente, FD-4 demonstrou que se esforça por fazer um bom trabalho. Sabe de seus limites e não teve medo de falar a respeito do seu sofrimento e fragilidades. Tem boa noção do lugar de poder exercido pelo formador, mas não pensa que tal lugar deva ser questionado. Evidenciou uma postura passiva quando relatou o ‘desligamento’ de alguns seminaristas do processo, simplesmente por respeitar a decisão do conselho de formadores. Apesar de não concordar com tal decisão, não se opôs a ela.

4.2.5 Formador Diocesano 5 (FD-5)

O FD-5 está na faixa dos 40-45 anos e há dez trabalha na formação. Na casa moram cerca de onze seminaristas cursando filosofia.

O formador informou que é o reitor e que tem função administrativa e financeira da casa. Além disso, acompanha os seminaristas com conversas individuais a cada dois meses e em reuniões periódicas. Falou sinteticamente sobre algumas funções assumidas pelos seminaristas (jardineiro, sineteiro, etc) e disse que um deles é eleito coordenador da casa a cada semestre. Disse que o objetivo da formação é ajudar o formando a atingir sua meta: “formar padres para a Igreja”. O papel do formador é acompanhar e observar o caminhar do formando, acelerando ou diminuindo o seu ritmo; é oferecer “assistência quando ele precisa ou o formador acha que ele precisa”. Além disso, o formador deve ser equilibrado, preparado intelectualmente, sem conflitos emocionais ou dúvida vocacional.

FD-5 evidenciou, em seu discurso, pouca democracia para com os formandos e certa incoerência. Durante toda a entrevista, o FD-5 respondia às perguntas de forma muito

objetiva, às vezes sendo monossilábico. Poucas vezes percebeu-se algum tipo de auto-implicação nas suas respostas ou um desenvolvimento verbal mais longo sobre algum dos temas propostos pelo pesquisador. Seu discurso é fortemente conservador e disciplinar, demonstrando que o questionamento e a mudança não devem fazer parte do processo formativo.

4.2.6 Formador Diocesano 6 (FD-6)

Está na faixa dos 35-40 anos e trabalha há três na formação. Fez cursos rápidos pela OSIB² e um pequeno curso de parapsicologia. É o único formador morando na casa com uma média de dez formandos por ano. Sua função resume-se à administração, organização das atividades acadêmicas (contratação de professores, etc) e ao acompanhamento dos formandos.

Após descrever as atividades da casa, disse valorizar o protagonismo dos formandos, citando como exemplo o fato de eles elegerem seus representantes nas funções da casa. Afirmou que a formação é um processo de “amadurecimento” no qual o formando deve, como protagonista, passar por um “trabalho de humanização” para alcançar seu objetivo de ser padre.

FD-6 assumiu que ele mesmo está num processo de aprendizagem como formador. É preciso “conquistar a confiança do formando” num processo formativo democrático que leve em conta sua voz para que ele se sinta acolhido. O formando não está no processo somente para receber informações ou ser avaliado, mas para contribuir também. Afirmou que procura ouvir o grupo de formandos e intervir com muito respeito, avaliando-se, assumindo os próprios erros e desculpando-se quando necessário. Deve ter paciência, capacidade de diálogo, convicção e, em alguns momentos, firmeza. O formador deve ser duro com os formandos quando, por exemplo, “eles optam pela mentira”. FD-6 espera que o formando seja aberto ao processo formativo, que goste de estudar, “tenha gosto pela dimensão espiritual”, seja transparente, sincero, saiba dialogar e escutar. Disse que se preocupa com a felicidade do formando e acentuou a importância de seu protagonismo. Este não representa uma ameaça para o formador. Exaltou as qualidades e capacidades dos formandos, desejando que eles sejam melhores do que ele.

² Organização de Seminários e Institutos do Brasil.

Ao pensar a formação, FD-6 relatou com poucas palavras as dificuldades que passou em seu período formativo. Falou que o despreparo e a ausência do formador foram-lhe prejudiciais. Demonstrou muita tranquilidade e ponderação ao falar sobre o processo de formação presbiteral, defendendo as práticas instituídas como necessárias, mas demonstrando atitudes de índole instituinte. Compreende os meandros de um processo que envolve um grupo de pessoas em ‘caminho de formação’, inclusive colocando-se como membro do processo. Chama os formandos de ‘meninos’ e não parece considerar ou refletir sobre tal fato.

4.2.7 Formador diocesano 7 (FD-7)

O FD-7 tem entre 40 e 45 anos e está há dois na formação. É o único formador que mora na formação onde vive uma média anual de catorze seminaristas. Diz que os trabalhos de manutenção e funcionamento da casa são distribuídos entre os formandos que assumem as funções em equipes fazendo rodízio. Cada seminarista fica um mês como coordenador, uma espécie de auxiliar do reitor nos serviços gerais da casa.

Quando se pediu que o padre FD-7 descrevesse suas funções como reitor, ele logo se referiu à determinação do bispo, dizendo estar ligado diretamente a ele. Entretanto, isso não quer dizer que o reitor não possa coordenar as atividades do seminário tomando suas próprias decisões. Ao falar de sua função, associou diretamente a ela o fato de ‘avaliar’ os seminaristas.

Para ele, formação é o processo de aquisição de conhecimentos para que a pessoa ‘se molde’, ‘se engaje’ para atingir o objetivo de ser padre. Afirmou que procura ser um mediador e não quer que os formandos tenham medo dele. Sente-se ‘um inútil’ quando o formando não dá a ‘resposta positiva’ por ele esperada. Disse que quando isso acontece tem vontade de “ir embora” porque acha que não está fazendo seu trabalho direito.

Relatou fatos que evidenciaram seu medo de ser criticado como formador por outros padres devido às atitudes ‘erradas’ dos formandos. Mediante situações assim, preocupa-se com a opinião do bispo e do vigário geral de sua diocese, procurando-os para esclarecer a situação.

FD-7 disse que não fala “certas coisas” diretamente aos formandos, mas “passa o recado a todos” e afirmou que “não há por quê a pessoa estar contestando”. Afirmou que o formando deve empenhar-se em ver que aquilo que a instituição lhe propõe é bom para sua

vida. Entretanto, lembra que os formandos não acolhem tudo o que ele propõe, mesmo que expressem concordância “na frente dele”. Disse que falta sinceridade da parte dos formandos, mas afirmou que ele faz sua parte.

O discurso do FD-7, durante toda a entrevista foi uma espécie de auto-explicação, de justificativa e de defesa. Sempre que descrevia uma prática, buscava meios de autopreservação, como se estivesse o tempo todo sob ameaça. Ficou notório o medo de ser julgado. Não há reflexões sobre o bem-estar dos formandos e as práticas formativas não podem ser questionadas. Qualquer questionamento parece uma ameaça ao próprio formador e suas práticas pareceram seguir, deliberadamente, as das lógicas instituídas. Na verdade, assumindo-se auto-implicado neste trabalho, o pesquisador sentiu o FD-7 como um ‘formando’ assustado e preocupado em tão somente agradar e obedecer seus ‘formadores’ (bispo e membros do conselho). A formação para ele parece uma tarefa ou prova passada pelos seus ‘formadores’ e não sua missão e função.

4.2.8 Formador Diocesano 8 (FD-8)

Está na faixa dos 40-45 anos e trabalha há um ano na formação. É o único formador morando no seminário propedêutico que acolhe uma média de treze seminaristas por ano.

FD-8 diz sentir-se bastante apoiado pelo bispo e pela sua diocese e afirmou que nunca teve problemas com os padres. Distribui funções simples entre os seminaristas, como limpeza geral, compra de mantimentos, secretariado da casa, ‘de acordo com a aptidão de cada um’, mas também há uma eleição entre eles para se escolher dois representantes da casa.

Para ele, formação é um processo de aprendizagem em que o formando deve desenvolver suas aptidões e habilidades. O formador é um ‘apoio’, um ‘suporte’ para que os formandos cresçam. Ele tentou demonstrar que não está fiscalizando os formandos, mas disse que observa, por exemplo, se os trabalhos de responsabilidade deles estão sendo realizados. O formador não pode escandalizar-se com nada que os formandos façam e deve estar aberto ao diálogo e à escuta.

O FD-8 pareceu muito disponível à entrevista. Entretanto, várias vezes pedia para parar a gravação, questionando o pesquisador sobre o fato de as suas respostas estarem corretas ou não. Foi defensor do modelo formativo presbiteral por ele implementado, e não deixou interferir o fato de ele mesmo nunca ter vivido em seminário antes.

Afirmou, ao final da entrevista, que morava com seus pais e que cursou filosofia e teologia por conta própria, ao mesmo tempo em que trabalhava. Segundo ele, tal experiência foi muito boa. Entretanto, ela pareceu ser desconsiderada ao pensar no processo formativo, quando se questionou sobre a possibilidade de seminaristas trabalharem e obterem rendimentos ao longo do seu período de preparação ao sacerdócio.

Sua prática como formador e o caminho exigido dos formandos não pareceram ser afetados pela formação diferenciada que o próprio formador teve. O formato de seu processo, trilhado no cotidiano de sua vida, entre o trabalho civil e a convivência familiar, é completamente inovador. Sua formação foi toda ela buscada por ele mesmo e não foi preciso deixar sua vida e autonomia. Entretanto, o notável valor instituinte do seu próprio processo não questiona em nada suas práticas formativas atuais. Defendeu a importância do seminário para que a pessoa seja um padre equilibrado e integrado.

4.2.9 Formador Diocesano 9 (FD-9)

Tem entre 30 e 35 anos e é o único formador morando na casa de formação que acolhe uma média de vinte seminaristas por ano. Está há um ano como reitor, responsável pela formação, mas já foi professor do seminário durante alguns anos. É o responsável pela casa e pelo acompanhamento dos formandos. Descreveu uma prática que pareceu inovadora e geradora de autonomia: eles são divididos em grupos que ficam responsáveis por propor as atividades que irão acontecer nas quatro dimensões do processo formativo (acadêmica, comunitária, pastoral e espiritual). Esta metodologia mais democrática de gerenciar o processo formativo demonstra uma postura de abertura do formador, mesmo sentindo a necessidade de algum responsável externo para assessorar as equipes.

Entende que a formação é um trabalho de acompanhamento em que se deve acentuar a liberdade e a responsabilidade do formando. O formando deve ter facilidade de relacionamento com as pessoas, fé, capacidade de diálogo, de escuta e a busca por certo equilíbrio em sua vida. Para ele, o formando deve compreender-se como ‘sujeito responsável de sua formação’, preparando-se para assumir as responsabilidades do futuro ministério. Disse que não é policial e que não entende a formação como um ‘regime de vigilância’. O formando deve assumir a si próprio, deliberando suas escolhas e pensando nas suas implicações. Entretanto, assumiu que o fato de outras pessoas decidirem, por exemplo, sobre a ordenação

de um formando, limita tal compreensão de autonomia. O bispo e o conselho de presbíteros podem ‘ser um interdito à autonomia’.

Afirmou que, por ser novo no processo formativo, está inicialmente tomando contato e adaptando-se aos poucos. Por ser muito jovem, diz que o pouco tempo de ministério é uma situação limite e por isso não se entende como modelo ou paradigma de padre para os seminaristas, mas como alguém que também se encontra em processo de formação. A maneira de pensar do FD-9 é muito reflexiva. Ao longo da entrevista, demonstrou interesse e abertura para questionar suas próprias práticas e fragilidades, numa postura tendente ao instituinte.

4.2.10 Formador Diocesano 10 (FD-10)

FD-10 tem entre 25 e 30 anos e trabalha há dois na formação. É o responsável por uma casa onde vive uma média de dez seminaristas por ano. Como reitor, sua principal função é “tomar conta da casa e tentar conviver com os seminaristas”. Quanto às funções da casa, os seminaristas se dividem e fazem um rodízio, mudando de função a cada semestre. Sente-se apoiado pelo seu bispo e diz não ter medo de dialogar com ele.

Para FD-10, formação é ‘não estragar, não deformar, não destruir a pessoa’. Disse que o importante não é ser padre, mas direcionar a pessoa para o bem, para a caridade, para a fraternidade. É tornar o formando um ‘homem de Deus’, do serviço e da comunidade.

O formador é aquele que caminha com o formando: não é autoritário, controlador ou dono da verdade, sabe partilhar as coisas e ter espírito comunitário, sem fazer escolhas particulares entre os formandos. O formando deve ter consciência de sua liberdade ao ponto de saber o que precisa ser feito, assumindo os próprios erros sem a necessidade de que um formador lhe diga. Deve ser aberto ao crescimento e ter clareza de que não é um ser humano pronto. Afirmou também que o formando deve ter espírito de oração e de comunidade.

Apesar da pouca idade, demonstrou engajamento em desenvolver um bom trabalho no processo formativo. Em alguns momentos refletiu sobre sua própria prática e assumiu que o modo como foi seu próprio processo formativo influenciou na sua maneira de lidar com a formação. Não quer repetir os erros cometidos por seus formadores.

Algo inovador nas práticas formativas de sua diocese é o fato de ela proporcionar aos seminaristas a possibilidade de fazerem um curso superior paralelamente à filosofia. O curso de filosofia não é reconhecido e acontece na própria casa de formação durante o período da

manhã. Durante o período noturno, os seminaristas cursam alguma outra graduação, escolhida entre os cursos oferecidos por uma faculdade na cidade onde está localizada a casa de formação. Esta prática, já instituída, não é usual nos contextos formativos.

4.3 Analisadores no processo de formação

4.3.1 Formação e saber

A formação é atravessada por diversos saberes oriundos de áreas específicas do conhecimento. A filosofia e a teologia são cursos sistemáticos pelos quais os seminaristas devem passar. Tais cursos podem ser realizados em institutos com reconhecimento civil ou somente ‘eclesiástico’. Entretanto, outros ‘saberes’ estão presentes no processo de formação ao presbiterato.

4.3.1.1 Psicologia

Um dos saberes presentes nas relações formativas é o da psicologia. Em geral, psicólogos fazem acompanhamento do grupo de seminaristas com dinâmicas ou atendimento individual. Assessoram também alguns dos formadores. O FD-2 disse que preferiria que fossem profissionais de psicologia leigos e não padres, afirmando que o trabalho seria “muito melhor” e isento de comprometimentos .

A psicologia torna-se um saber de forte influência em alguns casos. Os formadores FD-5 e FD-8 recebem um relatório feito pelos psicólogos a respeito dos seminaristas e pensam ser natural terem posse de tais ‘pareceres’ para tomar suas decisões. O saber psicológico acaba sustentando práticas e instrumentos que fortalecem o poder³. O formador fala sobre o “segredo de profissão”, mas é inegável que o parecer de um psicólogo pode ser

³ FD-5: “Eles fazem o acompanhamento e depois passam o relatório. É feito na maioria das vezes oral, com reserva de segredo da profissão. É mais no sentido de dizer: ‘está progredindo’; ‘tem abertura para amadurecimento, está caminhando’; ‘o caminhar está difícil’; ‘caminhar está lento demais’, coisas desse tipo.”

decisivo para a consideração do processo de um formando. Há o caso de uma psicóloga que acompanha o processo de admissão dos seminaristas e praticamente decide quem pode ou não ingressar no seminário⁴.

O FD-8 disse que as psicólogas “são ouvidas o tempo todo” pela equipe de formadores e os resultados dos “testes psicodiagnósticos” por elas aplicados, que são mostrados aos formadores, são critério de seleção e admissão no seminário.

Outros formadores não vêem os saberes psicológicos de modo tão absoluto. FD-10 disse que recebe os relatórios e, apesar de considerá-los dados importantes, não os utiliza como critério para uma decisão como a dispensa de um seminarista. Afirmou, porém, a importância de dialogar a psicóloga.

FD-6 falou da importância das psicólogas acompanharem a família dos formandos, considerando a história de cada um. Afirmou que elas participam da seleção dos candidatos, mas não da equipe de formadores, o que facilita o vínculo de confiança entre elas e os formandos. Psicólogas que claramente estão a serviço dos formadores alimentarão a desconfiança e medo, prejudicando o trabalho.

O FD-9 também demonstrou muita clareza quanto ao papel da psicóloga e a coerência no fato de ela não fazer parte do conselho de formação para poder cumprir melhor sua função. Entretanto, sente falta de um psicólogo para ajudar a equipe de formadores no seminário.

O trabalho de acompanhamento psicológico é visto como necessário mesmo por aqueles que não o possuem, como é o caso de FD-7. Entretanto, disse que seu bispo não é favorável à presença deste profissional. Nesse caso, o saber inquestionável do bispo prevaleceu sobre a opinião do Conselho de Formação. FD-7 evidenciou uma postura de passividade e aceitação sem maiores questionamentos.

⁴ FD-5: “[...] uma psicóloga, durante todo o ano acompanha o grupo. No final do ano ela faz os testes, ela faz a entrevista, e, praticamente ela é quem dá o aval, juntamente com o padre, daqueles que podem ou não entrar no propedêutico.”

4.3.1.2 Auto-avaliação

Procedimentos de avaliação e auto-avaliação no processo formativo geram também saberes. Para alguns formadores, o processo formativo é um constante processo de avaliação dos formandos. Entretanto, há um outro tipo de avaliação possível, a dos padres formadores. Somente dois dos padres entrevistados relataram procedimentos de auto-avaliação no qual os formandos os avaliam periodicamente como formadores. Para o FD-1, é normal um processo de avaliação de si próprio. Para ele não há problemas ou dificuldades. Já para FD-8, apesar de fazer uma avaliação democrática, os formandos o fazem sem identificação. O formador é a expressão do poder e por isso a opinião é expressa de forma anônima:

FD-8: Eu sou muito preocupado em avaliar o meu trabalho como formador. Quero saber se meu trabalho está bom, saber se estou indo bem. Eu quero estar sempre sendo avaliado. Peço que eles avaliem a minha pessoa enquanto formador através de um uma ficha onde eles vão assinalando uma pontuação para cada item, sem identificar. Eles só fazem X, para não identificar a letra. Eles são muito livres para fazer isso.

É uma liberdade que deve permanecer anônima. O FD-8 falou sobre a média que lhe é dada pelos formandos, mas afirmou não conversar com eles sobre os resultados. A auto-avaliação resume-se numa nota recebida dos formandos. Esse saber fica com o próprio padre formador, que não soube dizer o que faz com ele.

4.3.1.3 Funcionários como agentes da formação

Além dos saberes de profissionais qualificados, existe a presença de saberes oriundos de outros funcionários da instituição formativa. Apenas dois formadores falaram sobre o assunto. FD-3 considera que também a cozinheira é uma ‘formadora’ e precisa ser ouvida. Disse que quando formando, tinha muita confiança numa pessoa que trabalhava na lavanderia do seminário e que ela foi muito importante para ele. Essas pessoas também estão envolvidas na formação, mas não são ouvidas:

FD-3: Todos os outros personagens são protagonistas da mesma ‘cena’, do ‘mesmo cenário’ ali. São pessoas que precisariam ser ouvidas. Muitas coisas eu partilhava

com a lavadeira que eu não partilhei com o formador. E eu tenho certeza que muitas coisas eles partilham com a cozinheira que não partilham comigo como formador. Talvez porque são pessoas mais próximas de uma vida simples e menos racionalizada. A gente racionaliza as coisas que o formando fala. Ele de fato é avaliado. E eu acho que a lavadeira não vai avaliá-lo, ela vai escutar. O papel do formador precisa ser revisto.

O lugar avaliativo do formador não permite a expressão e a confiança do formando. O fato de ele procurar o auxílio de outras pessoas pode realmente estar revelando uma contradição: não se pode confiar no formador. Ele deve estar consciente disso e considerar que outros agentes, como uma cozinheira, têm importante papel no processo formativo.

Já o FD-8 afirmou que o fato de uma ‘funcionária da cozinha’ escutar e conversar com os formandos representa um problema grave⁵. Ele não aceita ‘intervenção das funcionárias no processo formativo’ e propôs que elas também fossem acompanhadas pela psicóloga do seminário. Diferentemente do FD-3, que considera os funcionários da casa de formação como agentes importantes da formação (e que precisam inclusive ser ouvidos!), o FD-8 afirmou que as funcionárias não devem interferir na formação, utilizando argumentos duvidosos e até pré-conceituosos:

FD-8: O problema é estar escutando os desabafos dos seminaristas, dando opiniões. O interlocutor mais direto do seminarista é o formador ou os membros da equipe ampliada. Na medida que procura uma pessoa de uma formação cultural menor, como é o caso de uma funcionária, a medida em que essa funcionária não sabe o que é a formação dentro de uma casa de formação ou às vezes até elas vêm com déficit de capacidade de educar os próprios filhos. Não tem um referencial para poder ajudar nesse processo de formação.

Questionado sobre a motivação que leva os formandos a procurarem ‘desabafar’ com as funcionárias, o FD-8 diz:

R: Talvez porque não têm em tempo integral a presença da equipe de formação no seminário. A pessoa mais imediata que ele encontra para desabafar é uma funcionária. Num caso ou outro, me parece que eles identificam essa funcionária como sendo aquela que tem papel de mãe, que escuta, que dá atenção, então eles se sentem bem com isso.

O FD-8 não foi capaz de refletir sobre o lugar de poder ocupado por ele e a equipe de formação. Não considerou a possibilidade de que sua postura pode estar afastando os formandos que se sentem ameaçados e inseguros para falar deles mesmos. A interferência das funcionárias torna-se um analisador à medida que os seus saberes e papéis ou não são considerados, ou são considerados uma ameaça pelos formadores. Não deixa de ser uma

⁵ FD-8: “Uma funcionária da cozinha acaba interferindo no processo formativo porque escuta o seminarista, dá palpite, comenta. O seminarista vai até essa pessoa para contar as coisas. Essas pessoas não estão preparadas para escutar e para orientar, acaba virando fofoca. Isso é um problema grave.”

contradição o fato dos formandos não procurarem aqueles nos quais teoricamente deveriam confiar.

4.3.1.4 Saberes duvidosos

Alguns formadores falaram sobre certas decisões e práticas embasadas somente em suas opiniões. Entretanto, a ‘opinião’ de um formador pode não ser o melhor caminho em algumas situações. Exemplo disso é FD-5 quando afirmou que os formandos têm “atividades em excesso”. Como solução a este problema que ele disse ‘ter percebido’, propôs outro excesso de atividades na tentativa de ‘frear’ o ritmo dos seminaristas⁶.

Afirmou que as atividades dos formandos são excessivas e individualistas. Parece querer mudar a qualidade das atividades, mas não pensa na possibilidade de os próprios formandos dividirem seu tempo. Parte do pressuposto de que, controlando o tempo e a qualidade das atividades (menos estressantes), melhorará a situação. Entretanto, o excesso de atividades é um problema somente para o formador. Os formandos não foram questionados e terão somente que se adaptar. FD-5 deixou claro que os formandos não sabem administrar seu tempo e por isso tomará essas atitudes. Seu saber, motivador de tal prática, parece inquestionável, mas evidencia a contradição em propor um excesso de atividades para ‘desacelerar’ os formandos. Para ele, os formandos ‘estudam demais’. Disse ficar preocupado quando eles tiram “nota máxima na maioria das matérias”. Pensa que usam tempo demais para isso e estão desprezando outras dimensões da vida formativa. Reclamou também que os formandos não sabem administrar seu tempo, dizendo que eles o desperdiçam com ‘conversas em excesso’. FD-5 não consegue perceber que eles precisam conversar. Afirmou que não quer reprimir ninguém ou ser um ‘general’ na casa e que é um desafio para ele conquistar a confiança dos formandos. Em seguida reclamou que vai aos quartos dos formandos e admira-se com a bagunça. Não pareceu consciente da contradição de seu discurso ou de sua postura de vigilância e acusação.

⁶ FD-5: “Eu acho que aí tem um problema que a gente já está começando a tomar providência para corrigir. Vamos inserir atividades físicas mais do que uma vez por semana, vamos aumentar o tempo de oração comunitária, vamos inserir tempo para conversas comunitárias, discutir sobre filme, estudar dogmas da Igreja, discutir dogmas da Igreja, vamos conversar a respeito da vida comunitária, vamos inserir horário para trabalho manual. Eles têm muito a parte intelectual, passa muito tempo na frente do computador, muito tempo estudando, uma parte da noite toda na universidade. Vamos inserir trabalhos manuais, creche, asilo, uma pequena oficina de marcenaria, para desacelerar e diversificar as atividades dos seminaristas.”

4.3.2 Formação e poder

O poder penetra todos os âmbitos do processo formativo e exerce influência juntamente com os outros elementos elencados por este estudo como analisadores. Os saberes, por exemplo, expressam poderes, mas também podem ser expressão deles. Conforme já alertado, os saberes podem ser simplesmente ‘supostos’ dependendo da posição ocupada por determinado agente do processo formativo e do poder agregado a essa função.

O padre formador que convive com os seminaristas possui o poder de deliberar e implementar certas práticas, como é o exemplo das chamadas ‘conversas pessoais’. Quase todos os formadores entrevistados afirmaram que acompanham os formandos nestas conversas. Contudo, a qualidade e a forma dos tais diálogos não são mensurados e tudo é feito de acordo com o bom senso e os critérios do próprio formador.

O FD-10 afirmou que raramente chama o formando para conversar e que, quando o faz é porque realmente refletiu a respeito e achou necessário falar com ele. Fez questão de dizer que deixa claro ao formando que não é perseguição, mas desejo de que ele cresça. Ele entende que a conversa pode ser compreendida pelo formando como um instrumento de ‘poder’ para adverti-lo, ameaçá-lo ou chamar sua atenção. Os possíveis efeitos de uma simples conversa mostram a influência do poder do formador. Também fica evidente a contradição: uma prática que pretende ajudar o seminarista pode ser geradora de medo.

4.3.2.1 Padre – lugar de poder

O FD-3 considera um problema o fato de não se falar, durante o período formativo, sobre temáticas específicas como o poder inerente ao ‘ser padre’, presente no imaginário dos formandos. Afirmou que o padre ocupa uma ‘posição’ de poder e que isso deveria ser tratado ao longo do período formativo. No entanto, segundo FD-3, o padre formador reforça esse imaginário porque não há uma relação de igualdade entre ele e os formandos na casa de formação:

FD-3: Eles vêem que o quarto do reitor é melhor que o quarto deles. De fato é. Não há uma relação de igualdade. Há uma relação de poder. E eles também têm

consciência que as decisões de um formador, o relatório de um formador pode ser fundamental.

Se tal questão não é discutida na formação, permanece como um ‘não-dito’, fonte não localizada de mal-estar que atravança e impede as mudanças necessárias na maneira de os agentes se relacionarem.

FD-3: O lugar do formador como alguém que tem um poder sobre a vida do formando é muito forte. Acho que esse é um dos maiores problemas nessa relação. E de fato tem sido assim. O formador tem poder sobre a sua vida. Você fez uma escolha, você quer aquilo para a sua vida, mas a grande decisão está na mão dele. A vocação é da Igreja e não sua. É ela quem escolhe quem ela quer pra ela. A Igreja deveria ser todos nós. É a instituição, é o institucional, é a hierarquia. É o bispo, o reitor e o seu conselho que define a vida do sujeito. Isso é uma tragédia da relação porque isso não constrói autonomia. Acho que essa é a maior dificuldade.

O poder do formador soma-se ao de outros agentes institucionais. Isso pode ser encarado como ‘uma tragédia’, porque as definições da vida dos formandos tornam-se alheias às suas vontades. O poder é fonte de preocupação:

FD-9: Aquele que está na responsabilidade de uma casa, infelizmente tem um certo poder, sobretudo por decidir sobre a vida de pessoas. Acho isso muito complicado. Tenho muito medo que a minha pessoa possa intimidar os formandos pelo cargo que de fato eu exerço.

Fica evidente a contradição entre o desejo de formar para a responsabilidade, para a autonomia, e o clima velado de possível negação desta autonomia com o poder acumulado nas mãos de formadores e bispos. O analisador ‘poder’ aponta essa contradição, que pode prejudicar a relação formativa. Formandos podem sentir-se intimidados pelo formador pelo fato de ele agregar em si tais poderes.

FD-4 concorda que o cargo de formador é uma função estreitamente ligada ao poder, principalmente pela proximidade com as instâncias deliberativas máximas, representadas pelo bispo e seus conselhos. Entretanto, tal poder pode ser exercido em favor do coletivo:

FD-4: Eu encaro o poder, estando nesta função, como uma oportunidade de contribuir, tanto na diocese, na formação, contribuir com as pessoas.

Mesmo diante de questões tão delicadas, o formador pode escolher trabalhar em função das forças instituintes. O poder não é um mal em si.

4.3.2.2 Enfrentamentos

Mesmo sabendo que o poder exercido por eles é um tema delicado, os formadores podem deliberadamente impor-se pela força. Quando, por exemplo, um seminarista se opõe a uma decisão do formador, este pode reagir recorrendo ao seu poder:

FD-6: A princípio o recurso é: “você é autoridade”. Mas depois você acaba percebendo que esse não é o melhor caminho, que você vai piorar a situação. Já houve um caso que, a princípio, disse: “o responsável da casa sou eu, vocês não vão ficar mais, eu vou dizer para o bispo”. Depois de uns 290 minutos, aí mais calmo, eu conversei, pedi desculpas e busquei o diálogo. Então eu acredito que você perde a autoridade quando você age com autoritarismo.

FD-6 disse assumir seus erros diante dos formandos e que busca o diálogo. Fez a interessante relação entre ‘autoritarismo’ e ‘perda de autoridade’, dizendo que ‘pediu desculpas’ aos seminaristas quando usou de uma postura autoritária. Mediante esta situação de conflito, o formador colocou-se como integrante do processo, como aprendiz. Assumiu que aprende com os formandos e que as mudanças necessárias devem acontecer em ambas as partes.

FD-6 demonstrou uma postura facilitadora da transformação e da mudança. Assumiu o instituído como necessário, dizendo da importância da autoridade do bispo e do padre formador. Entretanto, diferencia tal autoridade do autoritarismo, com uma postura de abertura à transformação da realidade formativa. Não demonizou a formação, mas compreende os meandros de um processo que envolve um grupo de pessoas em ‘caminho de formação’.

4.3.2.3 Formador: uma ameaça

A posição e a função do formador são expressão de seu poder. Por mais democrático, aberto e transparente que tente ser, possui em si a concentração do poder que diretamente pode interferir na vida e na caminhada formativa do seminarista. Vários dos formadores entrevistados reconhecem que sua presença é percebida pelos formandos como uma ameaça. Alguns formadores demonstraram maior consciência disso e da interferência negativa no processo:

FD-1: [O formador] é uma ameaça para muitos formandos. Para muitos formandos é aquele que determina, aquele que manda. Quer dizer, eu não vejo por aí, mas muitos formandos, quer dizer, têm essa concepção.

FD-3: Ele é uma ameaça para ‘a vida’ do formando. Ele pode castrar o sonho do formando. Engraçado que às vezes o formador, até eu já cheguei a usar essa expressão, nós estamos ‘gerando um novo sacerdote’, e a gente pode ‘abortar’, e a Igreja é contra o aborto. Nós somos capazes de ‘abortar’ o sonho de um jovem formando. É doentio, isso não é saudável. Você percebe que é um ambiente patológico.

Mesmo que se tente estabelecer uma relação, esta será marcada pela desconfiança porque o formador sempre carregará consigo o poder de desligar o formando do processo. Os formandos evitam expor aos formadores certas situações vivenciadas por medo de sofrer as consequências:

FD-4: [...] o formador, sobretudo o reitor, a palavra dele tem um peso muito grande na decisão da equipe e junto ao bispo. Então, às vezes ele aparece como uma ameaça. Por mais que você tente se aproximar, tente criar essa confiança, eles vão estar com o pé atrás. Eles vão dizer “olha, mas ele está sendo bonzinho aqui, ele está fazendo assim, mas lá na frente ele vai me ferrar”.

FD-6: Eles estão ali sempre preocupados porque serão avaliados. A preocupação do formando é sempre aquela: “ele vai dar o aval, vamos continuar ou não”. Então é sempre aquela preocupação com o final do semestre. Eles estão sendo avaliados, é lógico. Eu acredito que é um processo de avaliação.

Entretanto, alguns formadores parecem não se dar conta da problemática e pioram a situação. Exemplo disso é FD-7⁷ que diz aos seus formandos que informa suas atitudes ao bispo e ao conselho de formação:

FD-7: Eu falo para eles: “o que acontece aqui eu falo no conselho, eu não vou manter o bispo enganado”. De certa forma ficam assustados porque realmente assusta. Eu não procuro ameaçar. Agora, se ele se sente ameaçado, para mim nunca nenhum falou. Eu procuro falar o que realmente acontece.

Apesar de saber que sua postura ‘realmente assusta’ os formandos, FD-7 disse que não procura ameaçá-los. Tal posicionamento contraditório é afirmado pelo FD-8 que não ‘fiscaliza’, mas somente os ‘observa’:

FD-8: Alguns podem ver a gente como alguém que está fiscalizando o que eles fazem. Alguns já trazem esse preconceito. Não procuro fazer isso. Agora, como

⁷ FD-7 deixou evidente em seu discurso que parece estar em um jogo com os formandos, se sentindo ameaçado por eles. Ao ser questionado quanto ao apoio oferecido por seu bispo, respondeu: “Sim, apesar das visitas que ele faz para os seminaristas, ele conversa comigo. De certa forma me apóia, me ajuda”. Diz que o bispo o apóia ‘de certa forma’ ‘apesar’ de fazer visitas aos seminaristas. Realmente parece estar acontecendo uma disputa entre ele e formandos.

formador, a gente tem que estar observando aquilo que eles estão fazendo, se estão condizendo com aquilo que é proposto e na medida do possível, eu pontuo para eles aquilo que não está indo bem.

4.3.2.4 Falta de interesse da instituição

FD-1 afirmou que falta interesse na instituição Igreja em formar bem os formandos. Fica claro o poder como um analisador quando um dos pólos do poder é capaz de expressar seu descontentamento em relação ao pólo maior. Apesar de ainda responsabilizar somente a instituição, o bispo e o clero, o discurso crítico emanado de um foco de força como o caso do formador evidencia sua gravidade instituinte:

FD-1: Eu acho que o maior desafio para o formador é a falta de interesse da própria instituição em oferecer uma boa formação para os candidatos. A instituição Igreja. No meu caso, eu fui para o seminário sem nenhuma formação, sem nenhuma formação anterior para assumir esta função. Então, eu aprendi na raça. Falta de interesse. Uma das grandes dificuldades. Talvez falta por parte das autoridades responsáveis, no caso são os bispos, para com este aspecto. Não podemos generalizar também, mas em boa parte sim. O clero é uma outra dificuldade que a gente encontra. Porque na diocese, o clero acha que o responsável pelo seminário sou eu que estou ali à frente no dia-a-dia, da formação. Enquanto que os responsáveis pela formação na diocese é o clero.

FD-2 afirmou que seu bispo lhe dá muito apoio, mas que muitos padres são indiferentes, “como se o seminário não fosse algo tão importante dentro da própria diocese”. Já FD-3, que durante toda a entrevista demonstrou uma postura muito crítica quanto à instituição formativa, também disse que não sente “interesse por parte do bispo” quanto à formação. Fica evidente o jogo de forças presente mesmo entre as ‘autoridades’ do processo formativo.

O poder evidencia-se como um analisador sempre que é sentido como fonte de desequilíbrios e contradição. FD-3 ilustrou o jogo de forças entre instituído e instituinte que lhe ameaça o lugar:

FD-3: Uma situação interessante quando um formando se apresentou para a ordenação e o conselho presbiteral embargou o processo dele: “não, esse aí vai ficar por um tempo”. Aí [...] o conselho [de formadores] se reúne e escreve uma carta para o conselho presbiteral, para o bispo dizendo: “nós não fomos ouvidos; nem nós nem o candidato; isso é um processo sumário”. É preciso ter coragem de fazer isso. Os formadores são aqueles que estão presentes na vida do seminário junto do candidato. Eu acho que o formador tem que ser ousado a ponto de escrever isso.

Algumas pessoas ainda falavam: “Será que nós não vamos todos ser jogados na fogueira por causa disso? Porque é um documento. Falar é uma coisa, escrever é outra”. Não, corajosamente ousar. Pela primeira vez na história dizer: “Nós estamos contra a decisão de vocês e está aqui o documento que registra isso”. Não surgiu nenhuma rivalidade por causa disso. São posturas que a gente precisa tomar para poder definir os papéis, ter claras as funções, ou então até pra repensar o processo. Quem é que define? É quem está fora? Que nunca está no seminário? Tem gente no conselho presbiteral que não conhece o candidato que está se apresentando no ministério. Ele morou 10 anos no seminário e o conselho presbiteral não conhece.

A posição de poder ocupada pelos formadores pode ser uma força instituinte ante o poder institucional maior, expresso pelo Conselho de Presbíteros e pelo Bispo.

Alguns formadores, como FD-4, falam em ‘focofas’ e intrigas feitas por padres da diocese quando não concordam com suas posturas na formação. Como outros formadores, FD-5 disse ter dificuldade em “conciliar o processo formativo com as expectativas do clero”. Afirma que muitos padres dão “palpites” que não condizem com a realidade porque não a conhecem.

FD-6 sente-se apoiado pelo bispo, mas afirmou sentir falta do apoio dos padres de sua diocese. Falou da existência de pequenos grupos. Não conseguiu esconder sua ‘tristeza’ com as divisões do clero e com a falta de apoio para com o processo formativo. Logo depois, afirmou que a falta de entrosamento na equipe de formação é algo ‘velado’:

FD-6: A má vontade, a falta de entrosamento, de comunhão entre a equipe de formação. Percebo que fica um pouco velado. Nós deveríamos ser mais transparentes com o bispo e com a própria equipe.

Esta é uma problemática diretamente associada ao poder. Mesmo que um padre formador seja orientado a seguir um estilo formativo de acordo com normas diocesanas, seu ‘poder’ lhe dá autonomia para gerir o processo como bem entende. A autonomia do formador pode atravessar e dificultar os trabalhos e a vida dos formandos, mas também pode gerar transversalidades numa realidade muito conservadora, por exemplo, fazendo com que os agentes possam desenvolver mais livremente suas potencialidades.

O próprio descontentamento do formador citado quanto à maneira como a diocese e os conselhos lidam com as questões formativas é sinal da ação de forças instituintes capazes de fazer o tal formador buscar caminhos de transformação.

FD-9 falou da ausência efetiva do seu bispo e conselho presbiteral, que participam somente com seu poder em ‘aprovar ou desaprovar’ ordenações:

FD-9: Eu me sinto apoiado pela equipe de formadores. Pelo conselho presbiteral não. Não existe uma presença do conselho presbiteral, da diocese nos seminários.

Infelizmente, a participação do conselho presbiteral da diocese se restringe a aprovar e a desaprovar ordenação. E a presença do bispo no seminário, ocorre muito esporadicamente, mas sem um contato com os seminaristas diretamente. A equipe é ausente do seminário.

O poder de decidir ou não pela ordenação dos formandos está nas mãos daqueles que não conhecem os formandos.⁸ Os próprios seminaristas entendem que a decisão está nas mãos de pessoas que não possuem o saber necessário para tal decisão. Aqui nota-se o atravessamento visceral do poder que age, mas de maneira cega. É gerador de mal-estar e insegurança entre os formandos, como outros formadores alertaram. Trata-se de uma situação contraditória na qual o poder aparece como um importante analisador. Porém, a postura questionadora do formador demonstra-se instituinte.

4.3.2.5 Dispensa de seminaristas sem um processo prévio

Um outro ponto delicado, diretamente ligado ao analisador ‘poder’ é o da dispensa de um formando do processo formativo. É uma prática comum em seminários e casas de formação, como relatou o FD-1, comunicar que o formando será desligado do processo somente no final do ano ou no final do curso de filosofia, por exemplo. Poucos formadores disseram se propor a empenhar-se num ‘processo de desligamento’ daqueles que vão sendo considerados inaptos para permanecer. De maneira geral, a forma como é feito o desligamento de um formando é quase sempre carregada de uma conotação negativa. A não ser quando o seminarista decide desligar-se do processo, geralmente quem toma tal iniciativa é o formador, o bispo ou a equipe de formação. Mas, na maioria dos casos, quem deve comunicar tal desligamento é o formador direto do tal seminarista.

Por meio das entrevistas, tal prática demonstrou ser fonte de sofrimento para formandos e formadores. FD-3, por exemplo, ao falar sobre a dispensa de seminaristas, disse sobre um ‘clima’ negativo, um ‘fantasma’ que ronda a formação. A própria maneira como o fato é encarado e expresso pela comunidade formativa carrega em si já um teor pejorativo: ‘o candidato tal foi mandado embora’. Esta é a expressão mais utilizada e denota, até mesmo

⁸ FD-9: Os seminaristas entendem que aqueles que decidem as ordenações não os conhecem. E de fato não os conhecem. Na maioria das vezes, os seminaristas, inclusive os teólogos, são desconhecidos pelos membros do conselho presbiteral. E é um grupo que tem uma influência direta no seminário, mas, não visita, não participa.

semanticamente, a unilateralidade da ação sofrida pela pessoa que deve deixar o processo formativo. Não é ele quem decide sair, mas ele ‘é saído’.

FD-3 falou sobre o medo gerado nos formandos pelos poderes regentes das lógicas formativas:

FD-3: Outro problema sério é o medo que paira, que transita entre os formadores e os formandos. Medo de ser mandado embora e nem sabe porquê. Um negócio meio doentio mesmo. Acho que há uma doença, uma síndrome do medo que paira no interior dos seminários entre os seminaristas. Estão sempre achando que estão sendo avaliados o tempo todo. É porque de fato são essas as posturas de avaliação, de castração.

Sentimentos de estar ‘sendo avaliados o tempo todo’, medo de ser ‘mandado embora’ são sintomas gerados pelos atravessamentos do poder no processo formativo. Geram posturas de retraimento e de falta de autenticidade ante a ‘ameaça velada’ dos formadores. Tais contradições devem ser consideradas abertamente por formadores e formandos. Novas posturas devem ser assumidas pelos formadores para que o todo formativo tome consciência de tudo que esteja agindo de maneira velada e impedindo a liberdade e a autonomia.

Caso contrário, mesmo que o formador afirme abertura e processualidade ao “orientar o seminarista a deixar o seminário” (ao “desligar um candidato”), a culpa acabará caindo unicamente sobre o formando:

FD-4: Então, em alguns casos, o seminarista está totalmente fechado, ele já não ouve mais. Ele criou uma barreira pessoal, seja com o reitor, seja com os formadores e não está mais aberto ao crescimento. Então, chega o momento em que a gente tem que dizer para ele: “não tem mais condições, não tem mais como continuar trabalhando esse processo com você”.

Não há um questionamento sobre os motivos do fechamento do formando e da barreira pessoal ‘criada’ por ele. Porém, FD-4 assumiu que sua posição é conflitiva e dificulta uma relação de confiança:

FD-4: É difícil criar uma relação, criar relações de transparência, de abertura com o formando e o formador, de confiança no sentido de que, o formador tem também um papel. Tem que ser companheiro, ajudar, ser amigo, compreensivo, mas por outro lado, também tem que responder junto à instituição que o colocou ali naquela função, pelo trabalho que ele tem que realizar. Acho que o mais difícil é construir essa relação de confiança por parte do formando e do formador.

O formador assume que sua função é paradoxal porque ele tem de responder às expectativas dos formandos e ao mesmo tempo da instituição. Apesar de não prolongar seu

discurso, ficou tácito o fato de que formandos e instituição podem estar representando lados opostos. Ele não se questionou quanto a isso, mas se demonstrou incomodado.

A instituição, representada pelo bispo e pelos conselhos, é sentida pelo formador como geradora de forças que se opõem aos formandos. Ela é o pólo instituído que retesa a mudança e busca impor-se contra qualquer impulso que lhe pareça ameaçador. Quanto aos formandos, representam a ameaçadora dimensão instituinte capaz de produzir mudanças nas estruturas institucionais. Estas lógicas deveriam ser refletidas com honestidade pelos agentes formadores. O jogo de forças e os ‘mal-estares’ produzidos pelo poder são analisadores que possibilitam tal reflexão.

Sem uma reflexão de tal tipo, práticas como o desligamento de um seminarista sem uma preparação prévia podem trazer conseqüências desastrosas para o bom andamento do processo de formação. Há relatos de ‘fechamento’ de seminaristas e de reações dos mesmos contra o formador que simplesmente foi incumbido pelo conselho formativo de comunicar o desligamento. FD-4 disse que se sentiu coagido pelas estruturas deliberativas que foram superiores à sua vontade. Despediu candidatos mesmo não concordando e depois percebeu que “esfacelou o grupo” de seminaristas que não conseguiram superar sua frustração frente ao ato do formador. Ante o desligamento dos seminaristas, desencadeou-se um processo de desconfiança entre muitos dos formandos. O formador sentiu que a possibilidade de confiança fora quebrada e falou sobre sua tristeza em não conseguir ‘reabilitar’ mais as relações. Há a compreensão de que o processo desencadeou as reações dos formandos. FD-4 sabe que a frustração do projeto de ser padre tende a ser “projetada numa pessoa, na pessoa do formador”. Entretanto, a tendência do seu discurso é a de que os formandos devem esforçar-se por compreender a situação. Apesar de afirmar que o processo de desligamento deveria dar-se de outra forma, o formador não pensa que o conselho de formação ou o bispo devam reconsiderar tal prática. Sabe do ‘mal-estar’ geral e dos prejuízos ao processo formativo, mas não demonstra questionamento das estruturas. O instituído não deve ser questionado.

No entanto, o poder foi gerador de frustração e de conflitos que deterioraram o ambiente formativo. É um analisador do processo, mas é preciso que o formador se entenda como sujeito ativo, capaz de uma reflexão que promova mudanças por meio do questionamento das estruturas institucionais que promovem práticas unilaterais.

4.3.2.6 Poder-autoridade: formadores a serviço do instituído

Formadores assumidamente mais conservadores, como FD-5 e FD-7, em vários momentos evidenciaram desconforto frente a posturas mais instituintes dos formandos. FD-5, por exemplo, proibiu um formando que gostaria de fazer um curso diferenciado do restante do grupo. Ao justificar tal postura, utilizou critérios extremamente subjetivos e demonstrou não procurar compreender o desejo do tal formando.

FD-7 assume que seus formandos lhe devem obediência e que eles devem “acolher de forma positiva” o que ele diz. É contraditório:

FD-7: Eu não me sinto um general. Talvez eu seja um general quando eu estou ali apresentando para eles o que devem estar fazendo. Essa cobrança é muito chata. Talvez nesses momentos eu me sinta um general. Eu acredito que o seminarista tem em mãos a formação adequada. Agora, só compete ao formando aceitar essa formação porque eu não vejo uma outra melhor. Eu acredito que a que nós temos é boa, agora ela passa a ser ruim quando o outro, o formando, critica.

O único problema da formação parece ser o formando. FD-7 foi incapaz de pensar o processo, ou os efeitos do poder sobre o processo, como problemáticos. Associa ‘não ter problemas’ com ‘obediência e respeito dos formandos’. Esquece-se de que a formação presbiteral deve existir em função dos seminaristas. Deixa evidente seu medo de ser criticado, mesmo transparecendo que uma avaliação seria boa. A postura de fechamento impede a ação dos analisadores que poderiam ajudá-lo a melhorar o contexto formativo. Outro complicador é o fato de ele afirmar sua insatisfação e desejo de sair da formação.

4.3.2.7 Vigilância

Vários formadores entrevistados, mesmo os que mais se apresentaram como democráticos, demonstraram que uma conduta de vigilância faz parte do ofício de formador. Ao falar, por exemplo, que a divisão de funções na casa fomenta a responsabilidade dos formandos, FD-1 insiste em afirmar que tudo é feito ‘sob seu acompanhamento e supervisão’. FD-7 demonstrou claras posturas de vigilância em seu discurso.

Entretanto, outros formadores demonstraram discordância de certas práticas de vigilância, demonstrando descontentamento com o fato de receberem relatórios com o rendimento acadêmico dos formandos:

FD-9: O instituto de teologia tem uma prática que eu mesmo não concordo. Cada final de semestre ele manda para mim, registrado, fechado o rendimento de todos os alunos: presenças, ausências e o como você foi em cada disciplina. Eu tenho acesso a essas informações de cada um deles.

FD-9, apesar de ter relatório do rendimento acadêmico dos seminaristas, afirma não concordar com isso e nada faz com o material. Alguns ‘saberes’ existem simplesmente para reforçar o poder e o controle institucional. Um relatório sobre as notas e o desempenho dos seminaristas é um poderoso instrumento de controle nas mãos do formador. Esse ‘saber’ pode ser um instrumento de vigilância que é gerador de mal-estar nos formandos.

Apesar de não utilizar tal instrumento, FD-9 parece negar-se a pensar na abrangência e nos efeitos de tal prática formativa. Demonstrou seu descontentamento com a posse de tais saberes, mas não propôs mudanças. Durante a entrevista, não estendeu o assunto, afirmando ‘achar’ que os formandos não sabem que ele possui as notas. Tal conhecimento poderia comprometer significativamente a ‘relação de confiança’ tão defendida pelo discurso do formador envolvido. O formador não aventa a possibilidade de negar-se em receber tais informações e isso parece ser sintomático. Se não é possível acabar com tal prática, por que não informar os formandos a respeito dela? Uma boa saída seria o diálogo e a reflexão sobre este instrumento de controle, na tentativa de tranquilizar os formandos e fomentar a confiança tão almejada.

Não se nega, no entanto, que o que pode realmente manter a relação entre formador e formandos num clima de paz e transparência são as posturas e a honestidade cotidianas de ambos os envolvidos. Um ‘saber’ específico ou um ‘instrumento’ de controle são nocivos ao processo se forem utilizados sem transparência. Geram inevitavelmente certa insegurança nos potencialmente ‘prejudicáveis’, isto é, nos formandos. Porém, a intenção, as posturas e a habilidade do formador, quando sustentadas pelo respeito aos formandos, podem amenizar tais prejuízos. No caso de FD-9, sua autocrítica e sua maneira de agir, não considerando o conhecimento que tem do rendimento acadêmico dos seminaristas, são fortemente instituintes.

4.3.3 Formação e afetividade/sexualidade

Ao longo das entrevistas, a sexualidade mostrou-se um poderoso analisador do processo de formação. Posturas de fechamento e de inabilidade foram assumidas por muitos formadores que se assumiram incapazes de abordar tal temática nas vias formativas.

FD-1 lembrou sua própria formação, dizendo que nenhum formador falava-lhes sobre a temática. Afirmou que a ‘instituição igreja’ sabe das dificuldades existentes nessa área, mas não ‘quer’ tocar no assunto. Mesmo um tema como o celibato não é abordado adequadamente:

FD-1: É um aspecto que eu acho muito delicado, do qual, a instituição Igreja, quer dizer, sabe dos seus problemas e sabe das suas dificuldades, mas não quer tocar no assunto, ela não quer conversar sobre isso. Nós recebemos o candidato para o seminário, que faz o propedêutico, filosofia, teologia, 8 anos de formação, mas quanto tempo foi gasto falando-se sobre o celibato? É o mínimo do mínimo ou nada. Quer dizer, eu fui formando e passei por esse processo e ninguém falou. Nunca tivemos um encontro de formação, de orientação para nos dizer como lidar com esse tema.

Afirmou que ele mesmo, como formador, tem dificuldade de tratar o assunto da sexualidade. Disse que os maiores problemas enfrentados são relacionados ao homossexualismo. Segundo ele, tal questão aparece no seminário “como em qualquer lugar”. Ele afirmou que existem casos de seminaristas que mantêm relações homossexuais, mas não se sente capaz de perceber ou lidar com tais situações.

Como a descoberta de problemas com relação à sexualidade pode provocar a ‘dispensa’ de algum seminarista, FD-1 prefere não conversar com os seminaristas a respeito. Entretanto, disse que há necessidade de que alguém “fale sobre isso” e recorre à ajuda de uma psicóloga. Reconheceu que também ele como formador tem a necessidade de auxílio de um profissional para refletir sobre essa temática.

FD-1: Eu mesmo tenho dificuldade de falar pra eles. Vou falar o quê? Quer dizer, eu vou falar da minha experiência, das minhas dificuldades. Acho que precisaria de algo mais elaborado, de alguém que fosse mais especializado nesta questão, nesta área. Talvez um sexólogo que pudesse estar ali e trabalhar este aspecto, esta questão. Mas também tem que ser um especialista que tem esta vivência cristã, porque se você pega qualquer um, ao invés de ajudar, vai atrapalhar mais ainda.

O trabalho de um ‘especialista’ no assunto da sexualidade foi demandado pelo formador. Ele reconheceu que a dispensa de um seminarista homossexual pode denotar

preconceito. Entretanto, esse fato já aconteceu por deliberação da equipe de formadores e o formador aceitou tal decisão sem questionamentos.

Outros formadores assumiram uma postura de maior abertura e tolerância. FD-2 afirmou que há possibilidade de uma pessoa com orientação homossexual permanecer no processo formativo. Para ele, o problema não é o da orientação sexual do formando:

FD-2: Existe muitas vezes uma qualificação dentro do presbitério e isso atinge o seminário. Falar ‘os padres homossexuais e os padres heterossexuais’ como se não existisse mais um ideal de celibato, um ideal de castidade prejudica muito, porque reflete no seminário. Essas conversas chegam ao seminário e, de repente, se um seminarista está fazendo estágio com o padre, ele já é colocado naquele grupo. Se você for perceber é uma grande doença.

Com isso, FD-2 expressou a existência de grupos que são classificados como ‘homossexuais’ ou ‘heterossexuais’ em meio ao clero. Chega a chamar tal divisão de ‘grande doença’ e diz que ela tem ressonância no ambiente formativo. Fatores referentes à sexualidade claramente atravessam a formação e devem ser encarados como importantes analisadores no processo de formação. O modo tolerante de FD-2 encarar a questão da homossexualidade revela também a postura de sua diocese:

FD-2: A orientação da minha diocese é da seguinte maneira: Nós sabemos muito bem que existem seminaristas homossexuais, mas que se estiverem dispostos, como os heterossexuais, a assumir o celibato, não são impedidos de serem ordenados padres. Esta é a postura da diocese.

Fica evidente o jogo de forças presente nos meandros deliberativos. Entretanto, como o bispo pensa dessa maneira, o formador parece não se importar com posicionamentos contrários. FD-2 disse que ante um seminarista que confessou estar apaixonado e se relacionando com uma garota, não tomou nenhuma decisão imediata, nem exigiu que o seminarista terminasse seu relacionamento. Demonstrou apoio e abertura para o diálogo, assumindo a responsabilidade como formador.

FD-3 disse que os formandos sentem-se avaliados o tempo todo. Tal processo avaliativo passa pela sexualidade que deve ser vivida de acordo com as exigências do celibato. Entretanto, este formador afirmou que trata com naturalidade certas questões que lhe são trazidas, como o caso de um formando que lhe disse ter “ficado com uma garota” na pastoral. Conversar com naturalidade a respeito tende a eliminar o medo que os formandos têm de revelar acontecimentos dessa natureza.

A postura de FD-3 revela-se instituinte à medida que busca solucionar as questões concernentes à sexualidade com o diálogo franco, sem recorrer a outras instâncias de poder, como o conselho formativo:

FD-3: Eu tenho optado, de preferência por nunca levar um caso ao conselho de formadores porque eles sempre decidem por aquilo que já está dado e decidido que é ‘cortar a pessoa’. Manda embora para casa. Eu tenho optado pelo diálogo. Ai a pessoa se posiciona, ela quer continuar, ela quer ser um ministro ordenado. Sabe que a Igreja não permite. Se ela não quer, o procedimento é infelizmente o mais radical. Mas vamos encaminhar, não vamos tomar a decisão de uma hora para a outra.

Entretanto, o mesmo formador afirma que o silêncio e a negação atravessam a formação no que concerne à sexualidade:

FD-3: Não temos muitos momentos. Afetividade e sexualidade é um assunto abafado dentro da casa de formação. Não se fala.

Permanece a situação contraditória da necessidade do diálogo e da presença de um silenciamento quanto ao tema. A sexualidade apresenta-se assim como analisador e é preciso que os agentes tomem consciência disso.

A diocese de FD-4 tem uma orientação específica para casos de homossexualismo, “ajudando-os humanamente”, mas orientando quanto à incompatibilidade com o projeto de vida presbiteral. No entanto, o mesmo formador disse que, por determinação do conselho formativo, dispensou alguns seminaristas sem efetuar um processo de desligamento, pelo fato de eles apresentarem ‘trejeitos femininos’. Mostrou-se contraditório, pois afirmou que é preciso um acompanhamento dos seminaristas em situações assim.

Alguns formadores disseram que “a questão deve ser trabalhada”, mas não souberam dizer como o trabalho poderia ser feito. Muitas vezes, ante o envolvimento afetivo de um formando, o trabalho feito é simplesmente uma conversa – em tom de ameaça! – na qual se expõe o conseqüente desligamento do candidato caso ele não mude de atitudes. Outro encaminhamento é orientar o seminarista a tratar o assunto em atendimento psicológico. FD-4 afirmou que é um “assunto delicado e difícil de se tratar” na formação.

Existem casos de formandos que se depararam na faculdade com outros seminaristas que assumiram abertamente sua homossexualidade. FD-4 afirmou que alguns entraram em crise e ficaram revoltados. O formador afirmou que conversou aberta e tranqüilamente sobre o assunto com os formandos, que haviam ficado escandalizados, orientando-os a terem uma

postura de respeito. Porém, assumiu as dificuldades de se resolver assuntos ‘difíceis’ como esse, apenas numa conversa:

FD-4: É difícil a gente ver surtir efeito de uma conversa apenas, é muito pouco. No primeiro momento, pelo menos o que transparecia, ajudou bastante, amenizou.

De maneira contrária, FD-5, claramente de tendência mais conservadora, disse somente que espera que o formando esteja ‘resolvido’ no âmbito da sexualidade e da afetividade. Afirmou que, se o formando lhe dissesse que tem uma orientação homossexual, lhe diria que isso “é incompatível com o sacerdócio”. Se estivesse disposto a viver o celibato, teria de passar por avaliação psicológica, pois FD-5 pensa que “identidade homossexual é incompatível com o sacerdócio, praticando ou não”. Assim como este formador, FD-7 também não conversa sobre sexualidade com os formandos. Ao ser questionado sobre problemas com homossexualidade na formação, demonstrou preocupação consigo mesmo, dizendo que um formando homossexual poderia prejudicá-lo caso alguém do conselho de formadores soubesse. Disse que “quem não consegue se controlar deve ser mandado embora do seminário. Quem consegue, independente da orientação de sua sexualidade, pode ficar”.

FD-6 disse que prefere tratar todos os assuntos, inclusive o da homossexualidade, com muita franqueza pelo diálogo. Afirmou que alguns seminaristas sinalizaram estar ‘perturbados’ ante o ‘assédio’ de seminaristas homossexuais de outras casas de formação. Sinalizou a existência de um grupo de padres com tendência homossexual que geram ‘mal-estar entre os seminaristas’. Caso algum dos formandos dissesse sentir tendências homossexuais, FD-6 afirmou que não o dispensaria.

FD-9 disse que não deveria dispensar um seminarista que se declarasse de orientação homossexual, mas que seu bispo é ‘sumário’ em orientar a dispensa em tais casos. O formador nem cogitou a idéia de contestar ou questionar o posicionamento do bispo. FD-9 não se reconhece como também participante da esfera de poder pelo fato de ser formador e se resigna à decisão instituída. Ele não se questiona a respeito da incongruência entre sua própria opinião e as atitudes que, por dever, sente-se ‘obrigado’ a tomar. Confessou que, se dependesse dele, não dispensaria um candidato homossexual, mas o encaminharia para atendimento psicológico.

Apesar de ‘ter vontade’ de mudar tal situação, afirmou que isso acontecerá somente quando mudar o bispo. Mesmo assumindo que a equipe ‘pode’ questionar o modo de encaminhar tais processos, não prolonga a discussão a respeito e volta a afirmar a autoridade a que está submisso como formador, o bispo. A força do poder e saber instituídos atravessa o

processo e o impede de enxergar a transversalidade possível na mudança de sua postura ou por meio do questionamento.

O FD-9 afirmou que existe um exagero de preocupação quanto ao aspecto da sexualidade na formação, que ocorre em detrimento de outros importantes aspectos também problemáticos no exercício do futuro ministério presbiteral como o autoritarismo, dificuldades em lidar com questões financeiras, responsabilidades pastorais, etc.

FD-10, como outros formadores, evita falar sobre o tema e não se sente preparado para lidar com questões concernentes à sexualidade porque ela é “muito reprimida, muito abafada” no processo formativo. Disse que seu bispo trata a questão da homossexualidade “com serenidade”. Afirmou que uma pessoa que assume tal condição quer ser acolhida e não será dispensada, mas apoiada e acompanhada.

De maneira geral, apesar das negações e sombras, a sexualidade apareceu como fonte de sérios questionamentos para os formadores entrevistados. Principalmente entre os mais jovens, algumas atitudes, como se negarem em mandar embora seminaristas homossexuais ou simplesmente se assumirem incapacitados para trabalhar tal temática, evidenciam a ação de forças instituintes.

4.3.4 Formação e dinheiro

De início, o que se pôde aferir por meio das entrevistas foi a grande diferença no tocante ao aspecto financeiro entre as realidades formativas representadas pelos formadores entrevistados. Há dioceses que oferecem muitos recursos, carros, casa própria e dinheiro para investir na formação, enquanto outras não possuem recursos próprios e as casas sobrevivem por meio de doações. Há dioceses que pagam plano de saúde para os formandos enquanto em outras não se consegue pagar a conta de luz da casa.⁹

A manutenção de uma casa de formação com seu contingente humano e atividades escolares demanda muito dinheiro. Para aqueles formadores cujas dioceses não

⁹ FD-3 disse que se gasta aproximadamente R\$ 75,00 por mês com cada seminarista, enquanto outras como FD-6, cerca de R\$ 1300,00. (Média gasta por seminarista, segundo declaração dos formadores entrevistados: FD-1: R\$ 500,00; FD-2: R\$ 700,00; FD-4: R\$ 1.000,00; FD-5: R\$ 800,00; FD-7: R\$ 700,00; FD-8: R\$ 1.000,00; FD-9: R\$ 500,00; FD-10: R\$ 250,00.).

disponibilizam fundos suficientes para destinar ao processo formativo, vive-se um grande problema:

FD-3: Um problema é a falta de investimento sério de qualidade na formação. Hoje, o nível parece estar cada vez mais baixo porque de fato a formação tem baixado muito o nível. Como é que se vive numa casa de formação sem investimento? Você não pode comprar um livro para a biblioteca porque não tem dinheiro.

A casa de FD-3 é mantida por meio de doações e a cúria diocesana paga somente as contas de água, luz e telefone. Os formadores têm que se preocupar e “se desdobrar” para que haja o necessário. Para isso, os padres formadores precisam realizar outros trabalhos para manter-se e ainda buscar meios para manter a formação. Vê-se a diferença de outros seminários como o do FD-4 que paga aulas particulares específicas de acordo com as necessidades dos formandos.

4.3.4.1 Trabalho e autonomia

Um tema recorrente nas entrevistas foi a questão de os seminaristas terem ou não dinheiro para seu uso pessoal. Somente em uma das casas existe uma quantia em dinheiro à disposição dos formandos. Por serem privados da possibilidade de trabalhar, os seminaristas tornam-se dependentes em todas as suas necessidades do que é oferecido pela casa de formação.

Alguns formadores relataram que os seminaristas expressam sentimentos de privação de certos bens que gostariam de possuir, principalmente quando oriundos de famílias que não têm condição de auxiliá-los financeiramente, ao longo do processo de formação.

FD-1 disse que alguns são mais ‘espertos’ e procuram por madrinhas que os ajudem quanto à necessidade de se comprar roupas e livros, por exemplo. Ele pensa que isso é um problema porque eles vivem uma condição de dependência que lhes impede a autonomia. Tal situação poderia ser resolvida por meio do trabalho, que, segundo FD-1, “enriqueceria a formação”, mas tal temática nem é tratada porque o bispo não concorda. Quando ele era formando, pôde exercer atividade remunerada. Segundo afirma, tal experiência fora muito positiva. Entretanto, com a mudança de bispo, tal prática foi eliminada. Os seminaristas não falam sobre dificuldades financeiras, mas ele sabe que eles as experimentam:

FD-1: Não falam, mas você sabe que vivem esta necessidade. Agora assim, no momento atual, falar pra quê? Não adianta. Hoje mesmo eu e o padre X (outro formador) conversamos sobre isso, a respeito dessa questão do seminarista poder trabalhar meio horário, tantas horas por dia. Mas, na realidade que temos no momento não adianta. Falar pra quê? Não vai adiantar. Meu bispo não vai permitir, não vai acolher. Espero que venha outro bispo que possa abrir essa possibilidade. São muitas privações, muitas castrações, acho que até daquilo que é básico para o ser humano que é o trabalho.

Certas questões parecem depender unicamente da decisão e do pensar do bispo local. Mesmo que os principais agentes no processo formativo pensem que a possibilidade de trabalhar seja uma prática boa por experiência, curvam-se ante a decisão e o poder do bispo. Tal submissão chega a ponto de não conversarem a respeito. Nem formadores nem formandos tocam no assunto. Fica evidente a negação, por parte dos agentes institucionais, de uma prática instituinte já comprovadamente eficaz para um melhor prosseguimento do processo formativo. O instituído é assimilado com tamanha força que os agentes não acreditam mais no potencial transformador de seus próprios saberes e experiências.

4.3.4.2 Falta de dinheiro e sofrimento

FD-2 disse que os formandos reclamam da falta de dinheiro vivenciando assim grande angústia. Pensa que deveriam trabalhar meio período, mas não demonstrou empenho no sentido de mudar a situação.

FD-3, cuja diocese passa por sérias dificuldades financeiras, confirmou que conversa com os formandos sobre tais dificuldades, mas sente que a formação não é a prioridade da diocese. Ele acredita que o trabalho remunerado dos formandos seria uma boa saída e que, através do diálogo, isso seria possível. Para ele, o trabalho “produz autonomia”. Seu discurso apresenta forte tom instituinte:

FD-3: Acho que tem que trabalhar. É possível criar um sistema. Exige ousadia e criatividade. Ousadia porque vai ter que enfrentar de novo o bispo e seu conselho. Mas num bom diálogo e também criativamente essas coisas funcionam bem. Essa experiência do trabalho é uma experiência que produz autonomia. Eu gostaria que todos tivessem trabalhado.

FD-5 disse que a falta de dinheiro e a necessidade de pedir recursos a outras pessoas para as mínimas coisas é humilhante. Acredita que quem dá autonomia ao formando é ele mesmo, mas concorda que o dinheiro facilitaria tal autonomia.

FD-9 concorda que o fato de os seminaristas não terem dinheiro é um problema e faz com que experimentem o que ele chama de “regime de subserviência”:

FD-9: A limitação financeira dos seminaristas tende a cultivar esse espírito de subserviência. É a diocese que investe dinheiro para garantir todas as condições, mas não permite que o sujeito possa de fato administrar suas próprias vidas. Influencia na dificuldade da responsabilidade dos seminaristas. Tempos atrás, a diocese teve coragem de autorizar os seminaristas a executar trabalhos remunerados. Porém, isso foi vetado e desde então não se falou mais na questão. Eu penso que, se os que se encontram hoje no processo formativo pudessem exercer uma espécie de trabalho remunerado, inclusive, essa remuneração fosse aplicada um pouco na formação, eu penso que a administração financeira, ela ajudaria na administração da própria vida. O recurso que é aplicado no seminário é para a manutenção da casa e somente isso. Então, as pessoas se tornam muito dependentes, sabendo que, depois de ordenadas, elas vão ter que lidar com isso. Muitos dos nossos seminaristas não tiveram a experiência de emprego e não tiveram a experiência de remuneração. A gente conversa sobre isso e muitos desejariam. Não trabalham porque é um impedimento.

Ele disse que conversa sobre o assunto do trabalho com os formandos e muitos expressam o desejo de trabalhar. FD-9 tentou fazer a proposta de trabalho remunerado no conselho de formadores, mas ela foi rejeitada. Disse que se sente de mãos atadas. Os saberes instituídos prevalecem sobre a iniciativa de índole instituinte do formador. Na miopia do instituído, o formador é incapaz de enxergar a existência deste problema que gera sofrimento nos formandos. Não se fala mais sobre o assunto que cai no esquecimento.

4.3.5 Formação e identidade-diferença

De maneira geral, os formadores entrevistados disseram haver uma identidade presbiteral comum. O FD-1 afirmou que ela está ‘ofuscada’ devido ao momento de crise enfrentado pelo clero católico. Afirmou que os padres estão confusos quanto à sua identidade e que isso se reflete na formação.

FD-2 afirmou que há uma identidade a ser construída e FD-3 disse que, nessa construção, apesar de haver ‘um projeto universal comum de padre’, o formando sempre traz

consigo suas particularidades. FD-6 entende tal identidade como algo a se conquistar e que as pessoas deverão reconhecer que o padre representa o Cristo:

FD-8: A identidade do presbítero deve ser com o Cristo, Bom Pastor, aquele que cuida, que ama, que está interessado com o outro, que quer colaborar, que é solidário. Essa deve ser a identidade.

O padre é aquele que possui uma vida na dinâmica da fé, mergulhada na mística, mas voltada para o cuidado do outro:

FD-9: Acho que existe um estereótipo comum de padre, um jeitão de padre que está na cabeça do catolicismo, da pessoa distanciada das pessoas, que celebra os sacramentos, que atende, que gasta a sua vida pela paróquia na qual se dedica. Eu penso que a pessoa não pode perder de vista algo que é mais próprio do ministério presbiteral, por ex, a dinâmica da fé que às vezes tem sido esquecida. A questão da responsabilidade para com o outro, sobretudo aqueles que mais precisam dessa atenção. Nunca esquecer dessa mística que envolve a missão presbiteral e a dimensão do cuidado.

FD-10 afirmou que, mesmo na diversidade do grupo de seminaristas, com suas particularidades, há condições de se buscar uma identidade comum.

4.3.5.1 Diferenças individuais

Com relação às diferenças individuais, os formadores entrevistados apresentaram uma gama variada de percepções e experiências. A seguinte afirmação do FD-2 expressa o panorama geral, inclusive com o caso de um seminarista que entrou utilizando *peircing*:

FD-2: A diversidade é um desafio porque nós ainda temos dificuldade para lidar com o diferente, porque a própria palavra formação dá a impressão que vai formatar alguém. As diferenças individuais não se apagam, são desafiadoras porque você lida hoje com jovens que são fruto do modismo e do consumismo. Muitas vezes você fica assim escandalizado pelos padrões que trazem. Por exemplo, foi a primeira vez que chegou um vocacionado com um *peircing*. Não é comum. Então, os colegas olharam de uma certa maneira. Você tem que saber lidar com isso daí.

O formador não se posicionou contrário ao uso, mas acredita que, se o formando não retirasse o apetrecho, encontraria problemas, pois sentiria pressões do próprio grupo de formandos e de padres. Tanto FD-2 quanto FD-3 encaram as diferenças individuais como uma

riqueza para a identidade que estará sendo construída. FD-3 disse que não há problema algum em um candidato entrar e permanecer no processo formativo usando brinco ou *peircing*. Insistiu que tal diferença será uma riqueza.

Outros formadores têm posição diferenciada quanto às diferenças. FD-4 disse que dependeria da equipe de formação. FD-5 encara as diferenças como um desafio e afirmou que o seminarista deve adaptar-se a certas situações. Disse que “não gosta” de brinco ou *peircing*, afirmando que o formando deveria retirá-lo.

FD-6 afirmou que as diferenças individuais não são um problema, desde que sejam bem trabalhadas. Porém, quando questionado sobre a possibilidade de entrar algum seminarista de brinco ou *peircing*, pondera dizendo que causaria desconforto e perturbação e por isso precisaria retirar. Relatou que um formando teve de cortar os cabelos porque a convivência com os outros formandos estava ficando difícil. Tal perturbação e ‘situação desagradável’, de acordo com o discurso do FD-6, fora gerada pelos próprios formandos que não souberam aceitar a diferença do outro. Quem gerou perturbação foram os outros. O FD-6 não acentua o aspecto da dificuldade dos outros formandos com o diferente, mas fala sobre a ‘identidade presbiteral’:

FD-6: Na identidade presbiteral, você não pode ser mais um. Tem que ter uma identidade de alguém que vai questionar os valores que estão aí no dia-a-dia. Se você começa a usar brinco, *peircing*, fazer o que os outros estão fazendo, você não vai ter uma identidade presbiteral, não vai fazer a diferença.

Fala em ‘fazer a diferença’, mas não percebe que é um discurso de exclusão do ‘diferente’. Além do que, ao falar da ‘identidade presbiteral’, utiliza expressões que marcam o espaço identitário diferenciado ocupado por aquele que, não somente exerce a função de presbítero, mas ‘é um presbítero’: “Você tem que ter uma identidade de presbítero, você não é uma pessoa qualquer”; ou, “na identidade presbiteral, você não pode ser mais um”.

FD-7 não concorda com o uso de *peircing*. Apesar de argumentar que o formando seria alvo de críticas, demonstra sua contrariedade afirmando que o uso do acessório fere a “identidade do padre”:

FD-7: Não concordo. Certa vez vi um padre celebrando e usando um brinco. Eu fiquei chocado com aquilo. Eu não sei do superior dele. Eu não permitiria que ele usasse. Eu acho que agride muito a identidade do padre. Eu vejo dessa forma.

Confirmando a tendência em psicologizar as situações, FD-8 disse que um formando com *peircing* deveria fazer “uma caminhada com a psicóloga”. Insistiu que se deve buscar as reais motivações, isto é, o que aquela pessoa “está querendo com o uso do acessório”.

Para FD-9, a pessoa poderia ficar no processo formativo, mesmo usando apetrechos como *peircing* ou brinco. FD-10 afirmou que o problema é que, segundo sua percepção, isso atrapalharia o grupo, que não veria tal prática com “bons olhos”. Logo depois de dizer isso, FD-10 assumiu que na verdade é uma insegurança sua, visto que ele busca a harmonia grupal e uma situação como esta poderia desestabilizar o grupo. Comentou sobre as mudanças no mundo e sobre o seu próprio processo:

FD-10: Eu ainda estou nesse processo, apesar de eu tentar acompanhar toda a evolução da sociedade, da juventude, eu não consigo, eu não consigo articular isso ainda. Isso é dentro de mim, eu não consigo articular isso. Eu sei que tenho que articular, preciso articular isso, preciso trabalhar isso melhor. Mas eu não estou percebendo isso: não dou conta de visualizar isso, entendeu? Tenho uma certa dificuldade.

O formador demonstrou honestidade em assumir para si a dificuldade. A entrevista pareceu questionadora de suas práticas e maneira de pensar. A postura deste jovem formador em assumir suas limitações é um sinal da ação do instituinte presente que pressiona as estruturas rumo à mudança.

4.3.6 Formação e espiritualidade

O analisador espiritualidade e mística apareceu também quando os formadores falavam sobre a dimensão pastoral, visto que é momento-lugar de expressão da espiritualidade dos formandos. Algumas práticas foram citadas pela maioria dos formadores entrevistados como as relacionadas à espiritualidade: liturgia das horas, orações comunitárias, adoração ao santíssimo, celebração eucarística, reza do terço, aulas de espiritualidade, acompanhamento com o diretor espiritual e retiros.

A maioria dos formadores entrevistados afirmou que os formandos eram participantes da Renovação Carismática. Alguns relataram a dificuldade de seminaristas carismáticos conciliarem outras espiritualidades. Também pelo fato de muitos serem oriundos de movimentos, apresentam certa dificuldade de adaptação ao ambiente de pastoral. FD-1 disse

conversar pacientemente para que os formandos compreendam que a escolha pelo ministério presbiteral diocesano envolve necessariamente o trabalho com diversas pastorais. No entanto, é necessário respeito para com as diferenças trazidas pelos formandos.

FD-3 afirmou que é preciso haver cursos para ‘diretores e orientadores espirituais’. Ele disse que a recitação da Liturgia das Horas é uma “utopia” e que somente permanecer na celebração da missa não responde às necessidades atuais. Ele compreende os formandos quando questionam tais práticas e afirma que é preciso “pensar alternativas novas” e “rever modelos” de vivência da espiritualidade nos ambientes formativos. Comentou que os ambientes pastorais têm sido a “tábua de salvação” da espiritualidade, ou seja, quando os formandos estão fora da casa de formação. Disse que por mais que se critique a Renovação Carismática, ela tem sido uma resposta aos anseios das pessoas. Entretanto, o fato de muitos seminaristas serem oriundos de movimentos carismáticos é apontado como uma dificuldade encontrada por alguns dos formadores:

FD-6: A espiritualidade hoje é um grande desafio por causa dos movimentos que nós temos na Igreja, por causa da pluralidade. Eu vejo que a maioria dos formandos chega no seminário oriundos desses movimentos: Renovação Carismática, a Toca de Assis, Canção Nova. A gente percebe que cada um ou cada grupo quer imprimir um ritmo no que diz respeito à espiritualidade e a espiritualidade do padre diocesano precisa ser muito bem definida. Nós temos uma espiritualidade, com certeza, de Jesus Cristo, Bom Pastor. Percebo que há uma confusão muito grande: alguns pensam que estão num mosteiro, distantes da realidade. A espiritualidade precisa (ser) definida com mais clareza. Dois formandos chegaram e não concordavam com a maneira como a nossa diocese, sobretudo a casa, estava trabalhando a dimensão espiritual. Mas eu, com paciência, com formação, com orientação, isso foi superado. Eles têm oito anos pela frente, então, é um processo lento. Vai trabalhando aos poucos. É difícil. Eu senti dificuldades porque estava iniciando o trabalho na casa do propedêutico e você não pode agir com arrogância, com autoritarismo. Eu acredito que você precisa aproveitar esses valores que ele traz, mas mostrando que ele precisa crescer, precisa melhorar.

FD-6 narrou que há também um descompasso entre as experiências pastorais e a espiritualidade vivida pelos formandos. Alguns eram de movimentos ou participaram efetivamente de uma comunidade como ministros da eucaristia, por exemplo, e devem conviver com aqueles formandos que entraram no seminário sem uma experiência de trabalho pastoral ou sem noções de espiritualidade. O FD-6 relatou sua dificuldade em equalizar todas essas diferenças para que caminhem juntas.

FD-2 afirmou a importância do acompanhamento espiritual dos formandos por meio de um orientador para que a questão da espiritualidade não fique ligada somente “às fórmulas”, mas seja aberta ao mundo e ao outro. Porém, alguns formadores como FD-1 e FD-

9 disseram que um problema enfrentado nessa dimensão é justamente a dificuldade de encontrar uma pessoa preparada para tal:

FD-9: O bispo, como também é o responsável, já sugeriu nomes de muitas pessoas que pudessem realizar o acompanhamento espiritual no seminário. Não conseguiu ninguém. É algo que é deficiente. A espiritualidade tem se restringido à celebração dos sacramentos, à realização da liturgia das horas e também ao acompanhamento espiritual. Uma boa parte critica a liturgia das horas que é algo mecanicista, que não funciona.

Afirmou que vários, por indicação do bispo, tentaram implementar um trabalho, mas não conseguiram. Questionado a respeito, o FD-9 disse desconhecer as causas do insucesso. No entanto, transpareceu não pensar a respeito e não buscar compreender os fatores de impedimento de tal trabalho. É de se estranhar que, mediante uma dimensão tão importante como a ‘espiritual’, não se busque uma solução viável, principalmente por tratar-se de uma casa que se propõe a formar padres católicos.

FD-9 além de ter sido um dos únicos formadores a problematizar a dimensão espiritual, também foi o único que disse que o formador precisa ter aquilo que ele chamou de “uma experiência marcante da fé em sua vida”. Descreveu o que vem a ser a mística do formador:

FD-9: O cara deve acreditar em Deus. A gente lida num espaço que é muito especial na vida da Igreja. A gente está preparando pessoas para lidar com uma dimensão do ser humano que é justamente a dimensão espiritual, o específico da fé. Outros trabalhos são realizados por outras pessoas, mas o específico da fé é justamente lidar com essa dimensão humana. Essa pessoa deve ter a experiência de Deus, ela deve cultivar a sua espiritualidade, deve ser alguém que reza, deve ser alguém que acredita profundamente.

Sua experiência negativa com um formador seu que não demonstrava sinais de fé foi marcante:

FD-9: Eu acho que tive uma experiência de uma pessoa que lidou comigo diretamente na formação e não demonstrava sinais de que acreditava em Deus. Estava ali e ritualizava simplesmente os sacramentos quando celebrava. Para ela, a dimensão espiritual não era algo importante. Acho que esse aspecto precisa ser considerado com muita propriedade no espaço formativo, que é espaço da espiritualidade. Nós vamos lidar com a dimensão espiritual das pessoas onde quer que estejamos. Muitas pessoas têm procurado isso e não têm encontrado. Acho que o espaço da formação deve também ser um espaço de identificação e de realização espiritual, a celebração da fé. Muitos seminaristas buscam no seminário justamente esses espaços e não encontram. Encontram um espaço árido, não celebrativo, não vivencial, deixam inclusive muitas práticas que vinham construindo sua própria vida. A teologia passa a ser algo meramente racional e não celebrativo, não

vivencial. Tudo isso depois repercute na vida. Então eu acho que a dimensão da fé, a dimensão da espiritualidade deve ser valorizada no espaço da formação.

O FD-9 faz afirmações contundentes. O espaço formativo deve ser um lugar onde se pode fazer a experiência de Deus, de celebrar a fé. Isso revela, pela sua experiência, que muitos estabelecimentos formativos são lugares áridos e sem uma dinâmica que nutra a espiritualidade. Isso é confirmado pelas falas de vários formadores entrevistados, que relataram o fato de ser problemático quando a celebração da Eucaristia e a da Liturgia das Horas tornam-se algo mecânico na rotina do seminário.

Outro formador que falou a respeito da própria espiritualidade foi o FD-10, que foi o formador mais jovem dentre os entrevistados. Afirmou haver uma mística própria do formador e que ele precisa recorrer a ela sempre que se sente ‘sem norte’, sem parâmetros para alguma situação específica da formação:

FD-10: Eu já fiquei muito sem norte. Mas aí eu tento buscar uma mística, uma espiritualidade minha própria do formador pedindo a graça de Deus, já que eu estou nesse caminho é para acreditar nessa graça de Deus, de me iluminar para me mostrar qual é o caminho mais certo.

A espiritualidade é um analisador do processo formativo à medida que questiona seus meios e finalidades. Por excelência, a casa de formação deveria ser um ambiente espiritual. Entretanto, notou-se de certo modo, um silêncio da parte de vários formadores que somente falaram sobre algumas práticas quando questionados. Outros souberam dar a devida importância simplesmente pela preocupação demonstrada e pela auto-implicação como formadores.

4.3.7 Formação e diferença etária

Todos os formadores entrevistados trabalham em casas de formação que acolhem seminaristas a partir dos 18 anos e com o segundo grau completo. No entanto, como alguns dos formadores são muito jovens, estando na faixa dos 30 anos, deparam-se com formandos com idade superior ou equiparada à sua. Além disso, há uma diferença etária considerável entre os formandos que convivem muitas vezes no mesmo período formativo.

Alguns formadores, como FD-1, dizem não ter vivenciado nenhuma dificuldade concernente à diferença etária entre ele e algum dos formandos, nem no tocante ao fato de a maioria dos formandos ser mais jovem que ele. FD-2, que lida com formandos que são mais velhos do que ele, afirmou que isso não é fonte de dificuldades. Entre os formandos, o fato de haver hoje as chamadas “vocações adultas”, pessoas com experiências diferenciadas devido à idade, convivendo com jovens de 18 anos, é apontado como uma dificuldade, porém enriquecedora:

FD-2: É difícil porque nós temos hoje vocações adultas. Tem um caso de 30 anos que entrou com a turma de 18 anos. É óbvio que ele vai ter uma dificuldade, mas depois deu certo. Dificuldade porque ele já estava noutra na linguagem, no pensamento, até na descoberta da vida, de opção. Acho isso muito positivo. Acho que a Igreja tem que investir mais e mais nas vocações adultas. Ele assumiu dentro do grupo uma liderança muito positiva, como um irmão mais velho mesmo, de maturidade. Achei isso fantástico.

Outros formadores como FD-4 e FD-7 consideraram que a experiência com um grupo de formandos heterogêneo quanto à faixa etária é muito positiva.

No entanto, alguns formadores relataram que tal situação é problemática. FD-3, que chamou os formandos numa faixa etária mais elevada de pessoas ‘idosas’, disse que o problema enfrentado foram as dificuldades intelectuais, visto que uma pessoa na faixa dos 40 anos, que não estuda há mais de 20 anos, deve acompanhar um curso superior. Relatou que teve de dispensar um destes formandos porque ele não conseguiu acompanhar o ritmo de estudos. Esse formador, que se demonstrou muito liberal e com propostas de cunho revolucionário durante a entrevista, não se questionou quanto à possibilidade de se repensar, por exemplo, a efetiva necessidade de exigências formativas intelectuais para formandos em faixa etária diferenciada. Na verdade, não há uma legislação eclesial que obrigue um formando a realizar um curso superior, mas sim a passar por uma formação que lhe dê conhecimentos filosóficos e teológicos. Há outras saídas.

FD-5, de perfil mais conservador ao longo da entrevista, afirmou que, se a diferença etária entre os seminaristas for muito grande, isso pode “favorecer o domínio e a manipulação”. Sem dar muitas explicações, afirmou que o formando mais velho deve ter ‘equilíbrio’.

De tendência mais conservadora, FD-8 disse que um formando mais adulto “muitas vezes se fecha para o processo de crescimento”. Afirmou que a dificuldade é que os formandos mais novos seguem e repetem os passos dos mais velhos e podem fechar-se ao crescimento também. A postura do formador é a de que os formandos devem estar “abertos ao

crescimento”, mas sequer falou em tratamento diferenciado para aqueles que tenham uma idade e experiências diferenciadas.

FD-10 relatou conflitos entre formandos porque alguns de maior idade sentiam-se incomodados com comportamentos ‘infantis’ dos mais jovens. O formador, por meio da reflexão e do diálogo, foi fundamental para que eles superassem tal situação e a convivência melhorasse.

4.3.7.1 Formador - formando

As experiências relatadas pelos formadores entrevistados quanto à diferença etária entre eles e os formandos foram diferenciadas. FD-3 relatou que um mais ‘idoso’ que ele, com quase doze anos de diferença, questionava abertamente as posturas do formador argumentando que ele não havia “vivido nada”. Para o formador, foi algo grave, visto que se sentiu agredido com a violência verbal do formando. Posteriormente dialogaram e o formando concordou que fora agressivo. No entanto, tal formando não “conseguiu superar a situação” e foi dispensado do processo. Tal fato evidencia como a diferença etária pode ser um poderoso analisador do processo formativo. Resta saber se a postura instituinte deste formador lhe possibilitará perceber que esse fato deve questionar o processo de formação.

Apesar de ter uma postura aparentemente oposta à do FD-2, FD-5 relatou algo parecido. Diz que um formando, com idade mais adulta, representa um “problema no sentido de que questiona a assessoria que o formador oferece”. Qualquer formando, independentemente de sua idade, pode questionar as atitudes de um formador. Os questionamentos de uma pessoa de mais idade têm o peso e a autoridade da experiência de vida. O FD-5 demonstra certo incômodo com isso.

O FD-6 expressa a dificuldade encontrada em se dar tratamento diferenciado num ambiente que segue certa padronização, como é uma casa de formação. No entanto, defende tal diferenciação dizendo ser impossível tratar do mesmo modo um formando de 52 anos e um de 19 anos. Pensa que novas práticas deveriam ser pensadas e questionou a necessidade de um formando adulto tão experiente ter que passar pelo processo formativo vivendo num seminário. Melhor seria que ele fosse formado numa paróquia.

FD-8 diz que, como os mais velhos “não se abrem ao processo de crescimento”, influenciam negativamente os mais novos. Entretanto, não questiona suas próprias

concepções e suas imposições de ‘crescimento’. Não pensa, como o FD-6, que o processo formativo deveria ser diferenciado para os formandos que já trazem uma bagagem de vida pela idade.

Como analisador do processo formativo, a diferença etária evidencia contradições presentes na maneira de pensar de muitos dos formadores que vêem tal situação de maneira problemática. É também um analisador do modelo formativo atual, centrado em estabelecimentos formativos e suas práticas. Esses parecem não se mostrar adequados para situações onde há predominância de vocações adultas. A diferença etária evidencia tendências instituintes de transformação da maneira de conceber a própria formação.

4.3.8 Formação e novas tecnologias

Quanto às novas tecnologias, o discurso da maioria dos padres formadores centrou-se no uso da internet. Um grupo de formadores encontra dificuldades em lidar com tal questão, enquanto outro não problematizou tais práticas. FD-1 relatou sua dificuldade em lidar com os novos costumes de muitos dos jovens que passam hoje pelo processo formativo:

FD1: [...] uma grande dificuldade é como educar pedagogicamente o jovem nesse aspecto, em relação à internet. É uma situação complicada que a gente está vivendo. Como pedir para que a pessoa use esse meio de forma responsável, que não se gaste muito tempo com isto? Às vezes o pessoal fica muito tempo na internet e reclama que não tem tempo para estudar. É um problema. Quer dizer, fica no MSN, Orkut. Até o tal do Orkut, no seminário nosso, mandamos bloquear. Eu sei que não foi uma atitude correta, e nem pedagógica, mas....

Neste ponto, ficou evidente a proximidade entre o uso do poder e o medo ou inabilidade do formador ante o desconhecido. Situações novas e inusitadas como o uso exagerado da internet pelos formandos, provocam reações deliberadas como a restrição ou proibição do uso, mesmo em formadores que pensam de maneira democrática o processo formativo. Posturas restritivas e autoritárias são utilizadas de modo punitivo para a eliminação de hábitos considerados inadequados.

O formador em questão disse que houve “complicações” e, por isso, “acharam por bem mandar bloquear” o acesso a algumas páginas da internet. FD-1 afirmou ser a favor do diálogo, mas confessou não compreender a necessidade de um formando ficar tanto tempo na internet. Ele entende este comportamento como um ‘vício’.

FD-2 considera a internet algo positivo “porque é um diálogo que precisamos ter com o mundo”. Não impôs limites, mas disse falar sobre tais limites no uso com os formandos porque alguns passam a madrugada toda na internet. Nessa vertente positiva, inscreve-se também FD-3. Para ele, se um jovem é considerado maduro para entrar no processo formativo, também deve ser considerado ‘maduro’ para escolher o que fará ou não no uso da internet.

Apesar de afirmar não haver problemas com a internet, FD-4 declarou que impôs normas para seu uso:

FD-4: Não houve nenhum problema detectado porque eu procuro sempre estabelecer algumas normas. Depois das Completas, só utiliza o computador para fazer os trabalhos. Não se acessa a Internet. Não tem uma vigilância ostensiva, mas todas as vezes, se é preciso descer e ir até a sala de computação, a gente dá uma olhada, se a norma está sendo cumprida ou não. Nunca tive um problema maior com relação a isso.

Ficou implícito o temor do formador quanto à tecnologia. Apesar de não ter problemas, este formador, que demonstrou um discurso de tendência progressista e democrática, assumiu uma postura de vigilância não “ostensiva”.

FD-5 pensa que as novas tecnologias são boas para a formação e não encontra dificuldades com relação ao seu uso. Porém, pelo fato de alguns seminaristas passarem a noite na internet, decidiu sumariamente controlar seu uso desligando-a às 22h. Repetiu a tendência presente ao longo de seu discurso, em tomar decisões sem um processo dialogal.

O formador FD-6 considera um grande desafio a internet e o *Orkut* visto que para ele, tornam-se um vício para os formandos. Pelo fato de os formandos diminuírem o tempo de estudo, afirmou que colocou limite no uso da internet. Tal medida provocou uma discussão “exaltada” com um formando que não aceitava tal limitação. Afirmou ter decidido os horários de maneira democrática, com os próprios formandos, mas não se questionou sobre o fato de que foi ele como formador quem decidiu que o uso seria limitado.

FD-6 disse a internet é algo próprio do momento em que vivemos e que os formandos, como tantos outros jovens, usam-na para “extravasar um pouco as angústias que eles sentem”. Demonstrou a percepção da existência de uma ‘angústia’. Apesar de não saber defini-la, ela se tornou evidente por meio do analisador *novas tecnologias*.

Assim como FD-5, DF-7 usa do controle sem se questionar quanto à prática. Apesar de confirmar que a internet é um bom instrumento, disse que ela pode ser prejudicial porque diminui o período de sono dos formandos, que conseqüentemente diminuem o tempo

dedicado a outras atividades. A cúria diocesana lhe entregou um relatório sobre o uso abusivo da internet pelos seminaristas. Como ‘punição’, impôs um limite ao uso. Além disso, pediu que todos os seminaristas saíssem do *Orkut*. Chamou os seminaristas para conversar, mas a conversa limitou-se em mostrar o relatório e comunicar o horário limitado de uso. Não houve diálogo.

Alguns contextos, como o do FD-8, não possuem acesso à internet, por determinação de formadores anteriores sob a justificativa de que seu uso tomava tempo dos formandos. Apesar de não mudar essa situação, ele pensa que deveriam ter acesso ‘livre’, mas ‘controlado’:

FD-8: Acesso livre com certa orientação para que eles não fiquem o tempo todo ligados ao computador. Por exemplo, o computador deve estar num lugar de fácil acesso, de fácil visibilidade do formador para que se possa fazer o controle daqueles que estão extrapolando o tempo de uso.

Fica claro o paradoxo entre liberdade e controle no discurso do FD-8. A internet é um evidente analisador do processo formativo, mas é preciso que o formador se dê conta disso.

Outra situação evidenciadora de paradoxos na formação é a situação relatada pelo FD-9. Apesar de dizer que o uso da internet é bom e que “não polícia nem vigia os formandos”, afirmou que descobriu, por engano, que os seminaristas estavam acessando sites de conteúdo pornográfico e tomou uma atitude controversa:

FD-9: Eu acho que são recursos que nós não temos condição de abrir mão hoje. Agora, vai adiantar bloquear site, conteúdo, colocar limite? Não vai. Esse povo vai ter computador no quarto. Eu acesso do meu quarto. O bispo não está lá me policiando. Quando eu tive acesso, foi porque eu abri a internet e apareceram os chamados *popops*. Abri a página e li o registro do computador com um punhado de páginas que estavam sendo acessadas. Foi o meu primeiro engasgo no relacionamento com eles porque eu falei que tinha uma coisa muito complicada para tratar. Imprimi as páginas, os dias de acesso e falei assim: “ó pessoal, o que eu tenho foi acessado no dia tal, se eu quiser investigar quem são as pessoas eu posso investigar, eu descubro quem é. Não vou fazer isso, se alguém quiser depois me procurar para falar, pode me procurar. Vocês sabem muito bem que se eu levar isso para o bispo o que vai acontecer. Mas eu não vou levar não. Peço que isso não aconteça novamente”.

FD-9 só não percebeu que sua postura foi também uma expressão do seu poder. Ele ‘tinha posse’ dos conteúdos (saberes) e ‘tinha os meios’ para descobrir os ‘transgressores’. Pensa que sua atitude gerou um clima de confiança e honestidade, porque dois formandos depois o procuraram para confessar o ‘delito’. Porém não pareceu dar-se conta de que tal clima de confiança ou mesmo a atitude dos formandos podem ser simplesmente reações de

medo diante de suas palavras. Mesmo comprometendo-se em não ‘denunciar’ os culpados, sua atitude pode ter sido compreendida como ameaçadora pelo simples fato de ele ter a posse das informações e o poder de utilizá-las.

FD-10 disse que não há internet porque há poucos computadores e havia brigas entre os seminaristas que não se entenderam quanto a uma divisão de horários. Diz que a internet é algo bom, mas seu discurso demonstrou desconfiança quanto à nova tecnologia, que “é uma porta aberta para o mundo”. Seu discurso é paradoxal: ao mesmo tempo em que deve haver internet porque é preciso confiar no formando e defender sua liberdade, diz que deve haver também algum tipo de punição caso incorram no seu ‘mau uso’.

Fica evidente o papel analisador desta nova tecnologia. Apesar do controle e da imposição de limites, a maioria dos formadores mostrou-se aberta ao uso, defendendo a liberdade do uso.

4.3.9 Silêncio na formação presbiteral

O silêncio quanto a algumas situações e temas nos ambientes formativos pode ser interpretado como uma forma de negação. Por mais que o padre formador cultive uma postura de abertura ao diálogo para que os formandos tenham confiança e falem sobre si e suas angústias, isso não acontece tão facilmente. Para muitos formandos, nas palavras do FD-1, a própria “presença do formador é vista como uma ameaça”. São as interferências do poder que atravessa a formação gerando silêncios.

O silêncio apareceu nas falas de muitos formadores ao abordarem o tema do desligamento de um formando. FD-2 relatou que quando acontece um processo dialogado, a situação é ‘tranqüila’. Entretanto, quando não há um processo prévio e o motivo do desligamento de um seminarista é silenciado, gera-se um ‘mal-estar’ geral entre os formandos. Afirmou que pode ser uma experiência traumática para o grupo. Devido a isso é fundamental falar sobre o que ocorre no ambiente formativo.

Outra temática cercada de silêncio na formação é a da sexualidade:

FD-3: Um tema pouquíssimo falado quando não abafados os problemas. Na verdade eu acho que não há quase que nada sendo dito nesse sentido. É um assunto quase que abafado.

FD-3 disse que os problemas concernentes à sexualidade são ‘abafados e silenciados, mas deveriam ter mais espaço nas conversas com formandos. Outros formadores, como FD-9 afirmaram nunca ter tratado a temática da sexualidade com seus formandos e disseram, como foi o caso de FD-10, sentirem-se incapacitados para tratar tal temática.

Entretanto, não se trata de sentir-se capacitado ou não, mas de buscar identificar a presença do silêncio ao redor de certos temas. Muitas vezes acontecem fatos na casa de formação que não são tratados da maneira devida. Ou não se diz nada, ou, depois de uma primeira abordagem, o assunto cai num estranho ‘esquecimento’. Quando, por exemplo, uma situação problemática é exposta, como FD-9 fez com relação ao mau uso da internet, depois não se fala mais no assunto. O próprio formador parece não buscar outros meios para tratar do tema. Outros formadores, como FD-8, reclamaram da falta de confiança dos formandos que não os procuram para conversar e não se abrem. Entretanto, tais formadores não foram capazes de pensar que suas posturas podem ser um fator inibidor do diálogo. Várias vezes em seu discurso, por exemplo, FD-8 revelou posturas de vigilância que são percebidas pelos formandos e provavelmente inibem sua manifestação e sua confiança.

FD-9 disse que o ambiente formativo não favorece posturas francas e dialogais devido à falta de transparência:

FD-9: Eu acho que precisaria mudar os relacionamentos, poderiam ser um pouco mais transparentes para ambos, equipe de formação para com formandos, reitor para com os formandos, formandos para com o reitor, formandos entre si. Acho que o ambiente formativo muitas vezes não favorece a manifestação pessoal, a transparência, o companheirismo, a manifestação de sentimentos e de afetos. Ai é que está um grande drama: infelizmente acontece que os seminaristas se sentem vigiados. Eu não sei como superar esse tipo de coisa. A todo momento são avaliados, a figura do reitor está ali justamente para emitir parecer. Isso precisava ser mudado.

Este formador pediu que escrevessem uma avaliação do processo formativo e vários seminaristas relataram não se sentirem à vontade para conversar com o formador. Ele pensa que os formandos têm medo ou dificuldades em lidar com autoridade. Ao ser questionado sobre o fato de os formandos sentirem-se vigiados por ele, FD-9 defendeu-se dizendo que não tem postura de “policial” na casa de formação. No entanto concorda que o fato de ele ser o responsável por “emitir parecer” sobre a vida dos candidatos ao presbiterato é um complicador.

Tal situação, segundo FD-10, deve ser superada para que haja confiança da parte do formando. Entretanto, assumiu que na formação se vive “um regime autoritário e de subserviência que não constrói a liberdade e quebra a relação formador-formando”. Disse que

há, entre os formandos, a mentalidade de que se deve fazer tudo o que é pedido pelo formador, correspondendo a todas as suas expectativas para se chegar a ser padre. Vê isso como um problema que é negado e silenciado. Afirmou que se deve “ousar” em novas metodologias formativas, mas não foi capaz de explicar categoricamente em que consistiria tal ousadia. Entretanto, mesmo assumindo que não se sente capaz de ‘falar’ sobre certos temas, diz que é preciso falar:

FD-10: Dialogando, é a palavra que eu sempre tenho comigo. Conversar sobre todas as coisas. Agora claro que vai ter limite, como eu falei sobre do limite da questão sexual. Eu não tinha condições de falar, foi uma dificuldade. Eu tenho que falar de sexualidade, afetividade no seminário. Falar de dinheiro, da questão financeira que não falava, tenho de falar. Eu acho que conversar sobre essas coisas pode ajudar.

Pôde-se verificar que o silêncio quanto a certas questões desafiadoras foi percebido por alguns dos formadores como um problema. É próprio das lógicas institucionais manterem-se por meio do silêncio, expressão (pela falta dela!) da negação frente a questões que exponham os desequilíbrios e as tendências às transformações. Tais questões são aquelas que evidenciam os paradoxos institucionais, deixando patentes os analisadores presentes no processo.

Esses analisadores, como é o caso da sexualidade, evidenciam que se faz necessárias mudanças na maneira de condução dos processos institucionais. A maneira de se tratar a temática da sexualidade na formação presbiteral deve ser reconsiderada visto que existem demandas da ordem do diálogo, por exemplo. O silêncio ao redor do tema é evidência da força do instituído, que reluta ante a eminente necessidade de transformação.

É preciso que os formadores se tornem atentos quanto aos silêncios e àquilo que estão negando nas relações formativas. Ao longo da entrevista, por exemplo, o FD-10 pareceu ter tomado consciência da necessidade do diálogo e da “conversa franca e honesta” com os formandos sobre todos os assuntos. Assumiu que não falava com eles sobre problemas relacionados à sexualidade ou ao dinheiro, mas ao final da entrevista afirmou ser imperativo um diálogo neste sentido.

4.3.10 Sofrimento na formação presbiteral

Muito ligado à questão do silêncio está o sofrimento experimentado por muitos formadores e formandos. Alguns dos entrevistados relataram que sofreram mediante certas situações e fatos e não tiveram com quem partilhar tal sofrimento.

Além da solidão, FD-1 relatou insônia e choro. Como não tem com quem conversar, disse que recorre à psicóloga da casa de formação e que fuma para diminuir a angústia. FD-3 relatou que chegou a desenvolver sintomas físicos depois que iniciou o trabalho como formador. Falou sobre sentimentos de impotência ante problemas familiares e financeiros dos formandos:

FD-3: Eu acho que um dos maiores sofrimentos é a impotência, o sentimento de impotência de todos, dos formandos e dos formadores. Mas acho que na função do formador isso é trágico. Como formador é horrível isso, é angustiante. Eu me sinto muito mal.

Outros formadores, como FD-5, relataram o mesmo sentimento de impotência, angústia e tristeza ante as dificuldades vividas pelos formandos por problemas de relacionamento familiar.

4.3.10.1 Dispensa de seminarista

Vários dos formadores entrevistados disseram que a situação que mais lhes gerou sofrimento e angústia foram os momentos em que tiveram de dispensar seminaristas. Misturam-se sentimentos de impotência e fracasso, crises de choro, solidão e sintomas físicos. Suas palavras evidenciam o fato:

FD-1: Algumas noites andei perdendo o sono. Teve um dia em que fui conversar com um, aí eu desabei a chorar porque eu já não estava mais suportando a carga. Foi muito doloroso para mim. Eu senti fracasso e impotência.

FD-4: Foi o momento mais difícil que eu me recordo depois de padre. Me recordo que nos dias em que essa decisão foi tomada, até o momento em que eu teria que comunicar para eles, foram dias muito difíceis para dormir, para conciliar o sono e me angustiava muito. Nesse momento de angústia, a gente se sente incapacitado, sozinho, triste. Ainda hoje, quando a gente vê um outro seminarista que a gente precisaria conversar, orientar ou desligar, volta à mente essa experiência primeira.

O corpo fica tenso, os músculos ficam tensos, a gente fica como que trancado, os músculos ficam presos, rígidos, a gente fica nesse pensamento. O pensamento parece que fica patinando, não sai do lugar.

FD-9: Mandar gente embora foi a situação mais difícil. É um parto muito ruim. Aliás, não sei se é um parto, se é um óbito. Eu não consigo descrever muito bem a experiência. Eu senti muito isso porque eu participei da decisão da dispensa de 10 pessoas no ano em que eu comecei em atividade diretamente no seminário e não compreendo que o que essas pessoas apresentaram sejam unicamente limites para a formação. Existem outros aspectos que precisavam também ser enfocados.

Na época do desligamento, FD-4 disse não ter sido capaz de questionar a decisão do conselho (saberes inquestionáveis) e sentiu-se coagido a fazê-lo pelo fato de ser ele o reitor. Afirmou que hoje agiria diferente, propondo um acompanhamento aos seminaristas e não o desligamento.

FD-9 disse que se sentiu “péssimo, com uma sensação de mal-estar e com dificuldade de conversar com as pessoas olhando nos olhos” quando participou do processo em que se decidiu que seminaristas seriam mandados embora. Relatou que foi uma “experiência muito negativa”, principalmente por ele ser o responsável por comunicar aos formandos a dispensa. Para preservar a imagem e a intimidade dos formandos dispensados, comunicou aos outros seminaristas que não diria nada sobre o fato. Talvez não tenha se dado conta do mal-estar que tal atitude pode ter gerado. Afirmou que se sentiu frágil e incompetente porque a decisão do conselho foi sumária. Apesar de ter concordado no momento, depois refletiu melhor e achou que deveria ter sido feito um acompanhamento com os formandos. Mesmo sofrendo, o formador não foi capaz de voltar atrás e propor ao conselho e ao bispo o caminho que pensou ser o melhor: dar aos seminaristas que seriam dispensados o direito de se expressarem e se defenderem. FD-9 formador não se reconheceu como agente de transformação na realidade onde está, mesmo percebendo que são necessárias reflexões que levem a novas posturas e a transformações estruturais. O sofrimento experimentado é um analisador que aponta para tais necessidades.

Entretanto, todo sofrimento relatado ante a dispensa de um seminarista é sinal de que as forças instituintes estão presentes pressionando o instituído, aparentemente, inquestionável. Mesmo que os formadores não assumam posicionamentos contrários ao instituído, este é percebido como causa de incômodo e sofrimento.

4.3.10.2 Excesso de trabalho

Fonte de sofrimento também, segundo relatos de vários dos formadores entrevistados, é o excesso de trabalho. Disseram que são obrigados a assumir, além da casa de formação, o trabalho em paróquias, a assessoria de movimentos e outras pastorais de suas dioceses. Isso representa uma dificuldade visto que as exigências do trabalho paroquial “são enormes e desgastantes”, como afirmou o FD-3. Segundo ele, como a casa de formação não dispõe de dinheiro para manter os formadores, ele tem de assumir outras atividades para poder se manter. FD-6 afirmou que trabalha numa paróquia na periferia da cidade onde está sua casa de formação e que se desgasta muito porque tem de atender várias comunidades pertencentes a tal paróquia. A situação é pior quando a paróquia é muito grande:

FD-10: Sou pároco numa paróquia que tem lá seus 9 mil habitantes, que está crescendo, começando toda a estrutura. É terrível. Cansaço, falta de tempo (de) se dedicar mais no seminário. A angústia que isso provoca de querer fazer as duas coisas bem feito: a formação e o trabalho pastoral. Angustia, cansa. Às vezes você já está fora do seu limite, não consegue oferecer mais nada, nem para um nem para o outro. Frustração. Já foi conversado. Não sei porque não foi resolvido.

O excesso de trabalho e o sofrimento dele advindo é um analisador do processo de formação. Fonte de cansaço, angústia e frustração, o assunto deveria ser considerado pelos formadores e ter mais espaço de discussão entre os conselhos presbiterais, formativos e os próprios bispos. Caso contrário, o sofrimento do formador perdura, é silenciado e negado.

4.3.10.3 Depressão na formação

Alguns formadores relataram sua dificuldade em lidar com problemas relacionados à depressão na casa de formação. FD-10 disse que acompanhou casos de seminaristas depressivos, mas disse ter ficado evidente que era devido a questões familiares e não conseguiram prosseguir no caminho formativo. Disse que percebe, principalmente nos finais de semestre, haver um ‘clima’ de tristeza na casa formativa, que ele diz ser devido ao estresse e ao cansaço provocados pelas exigências acadêmicas.

Há necessidade de se questionar a maneira como os formadores estão preparados para lidar com situações delicadas, como o acompanhamento de formandos com depressão. Apesar de tratar-se de uma temática referente ao analisador a que deu o nome de ‘formação do formador’, o fato de precisar lidar diretamente com situações delicadas pode ser fonte de sofrimento ao formador. Basta citar a angústia relatada por um dos formadores aqui entrevistados, quando teve de lidar com o suicídio de um de seus formandos que tinha depressão. Relatou sentimentos como medo, impotência e tristeza, assumindo que não sabia como reagir a tal acontecimento e que ficara ‘perdido’ nos encaminhamentos que se seguiram. O que o ajudou foi o fato de ele já estar num processo psicoterápico.

Todos os formadores entrevistados disseram que um formador deveria passar por um processo psicoterápico antes ou ao longo de sua atuação como formador. A sobrecarga de atividades, a solidão experimentada no cotidiano, a responsabilidade ante os formandos, outros padres e o bispo, e, principalmente o ‘peso’ de suas decisões no prosseguimento da vida e vocação dos formandos são suficientes para que o formador seja alguém necessitado de um acompanhamento e de ajuda.

4.3.11 A formação dos padres formadores

Iniciaremos a reflexão sobre este possível analisador do processo formativo com uma fala do FD-10 ao dizer que a falta de uma preparação prévia e de experiência são fontes de angústia:

FD-10: Acho que o maior obstáculo daquele que está na formação é o medo de errar na missão, de não completar a missão. Foi o meu maior desafio, meu maior medo foi esse: estar na formação e querer, desejar que aquele grupo crescesse, caminhasse. Outro desafio é vencer as expectativas, vencer os medos do próprio grupo. Eles espelham muito no formador que tem que dar uma resposta àqueles questionamentos que o grupo está tendo. Às vezes não me sinto tão preparado, nem sei como fazer. Acho que essa angústia de querer dar o melhor para aquele grupo e às vezes estar lá sem norte, sem saber como fazer.

A não ser por um dos formadores que fizera um curso preparatório de um mês, os outros nove entrevistados disseram não ter passado por uma preparação prévia para atuar como formadores. Alguns fizeram um curso para formadores de no máximo uma semana, mas nenhum passou por um período de formação específica ou relatou ter se preparado pessoalmente através de leituras e estudos. A grande maioria dos formadores afirmou ter

lido, tão somente alguns documentos eclesiais que tratam de questões concernentes ao processo formativo. Tal literatura versa sobre a formação presbiteral em grandes linhas no sentido de propor dimensões de trabalho, mas não apresentando estratégias ou modelos sistemáticos aplicáveis ao universo formativo e à casa de formação.

Tais orientações mais específicas dependem de cada realidade regional e poderiam ser encontradas naquilo que é chamado de plano ou projeto formativo diocesano. No entanto, a maioria dos formadores entrevistados declarou que suas dioceses não possuem um projeto de formação ou que ele está em construção. Alguns dos formadores entrevistados disseram que a solução para muitos dos problemas enfrentados na formação seria esta preparação anterior. FD-1 disse que tal preparo prévio, associado a um processo contínuo de estudos, é necessário para que não se “queime” ou “estrague” a vida dos formandos. Fala que, por não haver tal preparo, há uma rotatividade muito grande de padres formadores:

FD-1: Há muita rotatividade nos responsáveis pela a formação: vai um que não recebeu nenhuma formação, não agüenta, pede logo pra sair, entra outro, é o mesmo esquema. Acho que precisa ter esse processo de formação anterior do formador. O formador tem que se formar. Se você não se forma, como é que você vai formar os outros?

Este formador disse que, por não estar preparado para assumir tal função, sofreu muito e fez os formandos sofrerem por atitudes muito radicais e extremas das quais hoje se envergonha.

Apesar de não ter feito uma preparação específica, FD-2 sentiu-se mais preparado porque durante todo o seu tempo de formando interessou-se pelas questões formativas e envolveu-se no acompanhamento vocacional dos candidatos ao seminário. Pensa que a improvisação é um problema no processo formativo e afirmou a importância de um preparo prévio:

FD-2: Fundamental. Porque senão trabalhamos muito pela intuição, o que aconteceu comigo e que me considero feliz porque encontrei um bom caminho. Eu acho que deveria passar por um curso e acredito muito que nós podemos usar mais um instrumental psicológico.

FD-3 demonstrou não acreditar que o modelo formativo atual seja o mais adequado. Entenda-se por modelo o esquema de seminários ou casas de formação. Como não é possível este tipo de mudança mais radical, ele afirmou que a formação para tal trabalho é importante não somente para os padres formadores, mas para bispos e membros de conselhos:

FD-3: Eu não vejo muita possibilidade ainda de mudar essa estrutura do seminário. Mas eu penso que algumas coisas devem ser tratadas com profundo amadurecimento. Nós precisamos formar bem os formadores para assumir a casa de formação. Isso não só aqueles que já estão aí, mas também o clero e os bispos. Eu não consigo visualizar muitas soluções. Penso que é preciso ousar com criatividade. Acho fundamental porque assim o formador vai com mais elementos, mais preparado. Tira um pouco os mitos da sua experiência, para não ficar reproduzindo na formação.

Ao refletir sobre possíveis soluções para as dificuldades encontradas no processo formativo, FD-6 lembrou-se de um curso que fez sobre a formação – depois de já ser formador – e do quanto o ajudou. Afirmou que o padre formador deve buscar uma formação permanente através de tais cursos e de leituras. Entretanto, ao ser questionado sobre leituras que fizera, deu o nome de dois conhecidos livros de auto-ajuda.

FD-9 disse que existe um “amadorismo” muito grande na formação. O processo de escolha do formador não é refletido por um conselho, mas fruto da decisão do bispo. Segundo ele, isso leva a uma alternância muito grande de formadores e, conseqüentemente, de maneiras de lidar com a formação. O formador despreparado não consegue suportar as demandas e dificuldades encontradas no processo formativo. Faltam investimentos e preocupação em formar os formadores:

FD-9: A diocese nunca investiu na preparação de formadores. Que vai ser exigido desse formador? Essa pessoa nunca foi preparada para assumir essa função. Falta de um projeto formativo da formação. Amadorismo. Na falta de critério de admissão e dispensa de seminaristas fica muito patente esse amadorismo; na rigidez de um reitor e na flexibilidade de outro; falta de continuidade do trabalho realizado nas casas de formação. Os formadores precisam ser formados. Isso é urgente para que não se perpetue um certo amadorismo na formação.

FD-10 considera que sua experiência como formando foi importante para poder atuar como formador. Seus formadores foram modelos daquilo que se deve ou não fazer. Disse que a experiência com um formador que dialogava e que lhe dava liberdade, confiando em sua capacidade de ser responsável, foi muito importante. Entretanto, não foi suficiente e acha que uma formação anterior, específica para formadores, seria fundamental:

FD-10: Porque daria base, daria chão para poder pisar no terreno. Daria o sapato adequado para entrar lá e pisar. A gente vai por dedicação, mas é muito complicado não ter nada que, a não ser a experiência de formando para atuar. Eu acho que deveria investir muito no formador, não só no formador, mas em todos os padres, na parte acadêmica, não importa se fosse fazer mestrado, em filosofia, em psicologia ou pastoral. Deveria investir mesmo para que depois ele pudesse voltar para dentro do seminário e ajudar. Eu acho que precisa de uma terapia que o auxilie também e essa formação continuada

Além de FD-10, vários outros formadores afirmaram a necessidade tanto de uma formação continuada quanto de terapia psicológica para os padres formadores. Dentre outras necessidades formativas, os formadores falaram ter conhecimentos da pedagogia e da psicologia. Como temas específicos, foram mais citados: afetividade e sexualidade (homossexualidade e celibato), pós-modernidade, família, espiritualidade, documentos da Igreja, relações interpessoais (em especial, formador-formando), psicologia de grupos, pedagogia de projetos.

4.3.11.1 Ninguém quer trabalhar na formação

Vários dos padres entrevistados afirmaram que poucos padres se dispõem a assumir a função de formador. Por isso mesmo, os bispos não têm muita possibilidade de escolha e colocam à frente das casas de formação aqueles padres que aceitam tal ofício:

FD-3: Eu vejo um problema na formação (é o de) alguém que deseje de fato trabalhar na formação. Durante meu período de seminário eu tive 4 formadores diferentes porque ninguém quis sê-lo. O bispo fica catando quem é que pode assumir e que quer. Às vezes faz até uma propostazinha, muda o cara de paróquia, dá um título pra ele poder ser reitor do seminário. Ninguém quer mesmo. E vem com má vontade. Formar o conselho (de formadores) foi uma dificuldade enorme. O povo também não tem muito interesse, ri, debocha dos casos, das situações. Então, nota-se que não é algo que seja uma prioridade mesmo para a diocese.

Tal fato não deixa de ser um analisador para a compreensão da noção de formação da própria Igreja e seus padres, co-responsáveis. Ligado a isso, está a preocupação com a idade e inexperiência de muitos dos padres que têm assumido o processo formativo presbiteral. Ela é expressa por um dos padres formadores entrevistados, que tem entre 30 e 35 anos:

FD-9: Agora, tenho uma preocupação pessoal. Eu me pergunto isso constantemente: o cenário das pessoas que lidam hoje na formação, pelo menos que eu tenho conhecimento nos seminários diocesanos, são jovens, são pessoas muito jovens, de 3, 4 anos de ministério. Acho isso sintomático. As pessoas que estão lidando com a formação hoje têm pouco tempo ministerial, pouca experiência pastoral. Quais são as consequências para daqui algum tempo? Quais são os aspectos positivos e negativos disso? Eu não consigo elaborar muito bem essa questão, mas é algo que me preocupa. É um público muito jovem que está lidando com a formação. E entre esse público eu me incluo.

Uma preocupação de FD-9 é fato de que a maioria dos formadores na realidade brasileira é muito jovem. Relatou que, certa vez, num encontro com outros 40 padres

formadores, a maioria maciça trabalhava há poucos anos com a formação. Apenas um deles era formador há mais de 10 anos. Disse que isso é sintomático:

FD-9: Eu não sei se é por falta de opção, se porque os mais velhos não querem. Não sei se porque a opção dos mais velhos foi desconsiderada. Não sei se é porque somente os novos que aceitam tal função. Notadamente, os que lidam na formação hoje são pessoas recém chegadas no ministério presbiteral.

Demonstrou muita insegurança no que tange à juventude dos formadores. Insegurança por seu próprio estado de formador jovem? Fato é que o tempo e as experiências proporcionadas pela vida podem realmente trazer contribuições fundamentais para aqueles que estão sendo formados. A tradição do pensamento oriental sempre valorizou muito a presença dos anciãos para formarem as gerações mais jovens. Símbolos da sabedoria, conhecem os caminhos da realização humana pelas vivências experimentadas, sendo consultados nos momentos de grandes decisões. A experiência bíblica está repleta de exemplos assim. A presença de padres experimentados no processo formativo pode realmente ser considerada fundamental para o aprendizado dos futuros sacerdotes.

Mas, a idade e as experiências de presbíteros mais velhos seriam realmente garantia de uma boa condução do processo formativo? O fato de padres muito jovens estarem trabalhando na formação não é garantia, mas pode ser um sinal de que as portas estão se abrindo para as forças instituintes. Fato é que os mais jovens que participaram desta pesquisa demonstraram-se abertos e ávidos por mudanças. Apesar de certa passividade e falta de consciência de seu potencial, evidenciaram posturas democráticas e participativas, propícias para que processos de abertura e transformação aconteçam nos ambientes formativos.

Ao falar sobre a formação pela qual deveria passar um padre para ser formador, FD-9 disse que ele deveria ser capaz de “lidar consigo mesmo e com suas próprias questões”. FD-10 concorda dizendo que um formador, dependendo de sua maneira de lidar com as questões formativas, pode “adoecer” toda uma comunidade. Afirmou que, por este fato, o formador deve fazer terapia, conversar sobre os eventos ocorrentes na formação com um profissional qualificado e trabalhar suas próprias questões para que elas não afetem os formandos.

Dadas as questões aqui apresentadas, a formação do padre formador apresenta-se como um analisador. Não somente na realidade específica de uma casa de formação, onde o padre formador sente os efeitos de seu despreparo para tal função, mas como analisador da própria Igreja. Isso se mostra na falta de interesse institucional em pensar a formação dos padres formadores, em investir efetivamente neles, em interessar-se por uma reflexão honesta e lúcida quanto aos problemas e questões presentes no universo formativo presbiteral.

5 CONCLUSÃO

O estado atual do sacerdócio, claro, reflete todas as ambigüidades, todo heroísmo e toda a fidelidade, toda a covardia e a fraqueza presentes ao longo da história da Igreja. (COZZENS, 2003, p.17)

Este trabalho se propôs investigar aspectos do processo formativo através da identificação e da ação dos analisadores institucionais presentes por meio das falas de padres formadores. Corre-se o risco de que as impressões descritas cometam alguma injustiça pois facilmente certas reflexões parecerão julgar a maneira de pensar e as práticas dos formadores em questão. Entretanto, não foi intenção questionar a ação específica de um grupo de formadores, mas problematizar a formação presbiteral através da exposição dos evidentes paradoxos e incoerências que as falas dos tais padres demonstraram no tocante a temas específicos do universo formativo.

Fique expressa a gratidão aos entrevistados que demonstraram coragem suficiente para se exporem através do discurso e que evidenciaram desejo e esforços inegáveis de contribuir com a formação presbiteral, mesmo enfrentando incompreensões e diversas dificuldades. Alguns chegaram a admitir honestamente suas limitações e o sofrimento enfrentado, muitas vezes de forma solitária, para fazer o que julgam ser o melhor e mais correto. Fato é que a proposta de se formar alguém é em si mesma desafiadora e estes homens, em sua maioria, aceitaram tal empreendimento conscientes das dificuldades a ele inerentes. Lembre-se, também, que a participação foi livre e espontânea. Sendo assim, vale ressaltar que, de um universo de mais de 40 padres formadores convidados, poucos foram os que atenderam ao apelo desta pesquisa.

Assim como os formadores estão imersos na trama da realidade formativa, também está o pesquisador. Apesar das considerações quanto à ‘análise da implicação’, deve ser ressaltado ao leitor que o pesquisador não está próximo, mas dentro do processo formativo presbiteral, como formando. Um seminarista pesquisando a formação sacerdotal, mas completamente inserido nas relações formativas, conhecendo algumas de suas práticas, estabelecimentos e vicissitudes. Sua perspectiva determinou a condução desta investigação e a aplicação das entrevistas; sua subjetivação está expressa na descrição dos dados e nas análises realizadas. Entretanto, afirma-se que o fato de o processo formativo ser estudado

unicamente por meio da fala de padres formadores, segundo o referencial teórico da Análise Institucional, diminui a probabilidade de uma análise tão tendenciosa. No entanto, não diminuiu a implicação de quem investigou. O leitor leve em consideração que são reflexões de um seminarista que traz consigo as marcas do processo formativo no qual está inserido.

A análise atenta dos dados das entrevistas evidencia as diferenças entre os formadores em questão. Apesar de se dizer da ‘formação presbiteral’, pôde-se perceber que há tantas ‘formações’ quantos são os formadores. Foi dito, ao descrever algumas características de cada um dos formadores, que há uma tendência presente no discurso de cada um deles, pelas concepções expressas e pelas posturas assumidas, por estarem sob dois diferentes paradigmas, um mais conservador e um mais libertário. O primeiro mais relacionado a posturas tendentes à conservação e por isso mais relacionado ao pólo instituído. O segundo, pela abertura à crítica e pela consciência das mudanças demandadas, mais relacionado ao instituinte.

Entretanto, não se pode correlacionar direta e absolutamente os formadores de tendência mais libertária como pólo instituinte, nem afirmar que os outros formadores representem a dimensão instituída da formação. Uma associação tão simplista negaria a própria maneira dialética da Análise Institucional compreender os fenômenos humanos. Os discursos deixaram evidente o jogo de forças entre o instituído e o instituinte, inerente a todo ambiente social regido por instituições. Os ambientes formativos abordados por meio do discurso dos padres formadores por eles responsáveis são perpassados por atravessamentos a serviço do instituído, mas também demonstraram serem lugares onde a transversalidade instituinte é possível.

Por meio dos relatos daqueles padres considerados mais conservadores, práticas e lógicas instituídas mostraram-se predominantemente inquestionáveis, rígidas e imóveis. Percebeu-se que, em tais discursos, os agentes formandos eram culpados dos possíveis problemas e deveriam sempre se adequar aos esquemas pré-concebidos, geralmente disciplinares e sob vigilância. Já na fala de formadores expressamente libertários, há uma predominância de culpabilização institucional pelos problemas enfrentados. As soluções por eles apresentadas exigem ousadia e coragem, beirando a revolução.

Entretanto, percebeu-se, em maior ou menor grau, que mesmo em formadores tendendo a um discurso mais libertário, há elementos fortemente reforçadores do instituído e a serviço da manutenção. Exemplo disso é a aparente incapacidade que demonstraram em questionar a opinião e as decisões de bispos e conselhos presbiterais. Vários dos formadores com discurso crítico e transformador não evidenciaram disposição para o enfrentamento de instâncias representativas da manutenção institucional. Alguns, mesmo ante ‘mal-estares’ e problemas gerados por decisões unilaterais e arbitrárias, não refletiram sua própria postura de passividade, sendo incapazes de se posicionarem, até mesmo no nível das idéias, frente a tais instâncias de poder.

O poder e os saberes foram questionados, mas apresentados como quase intocáveis. Em alguns momentos, o discurso crítico de alguns dos formadores demonstrou uma passividade quase inconsciente visto que não se posicionaram como capazes de implementar mudanças nas realidades analisadas. Os problemas formativos e o incômodo deles surgidos pareciam alheios à sua capacidade de intervenção, permanecendo nas raias da insolubilidade – como se a solução fosse completamente independente de possíveis posicionamentos seus. Ante poderes e saberes duvidosos, faltaram posturas auto-analíticas que levassem os formadores a utilizarem as contradições evidenciadas pelos analisadores como motor para as necessárias mudanças.

Alguns dos formadores que demonstraram um discurso de abertura ao novo e às práticas renovadoras, evidenciam claros elementos instituídos. Há, inclusive, elementos que permanecem numa esfera quase que ‘inconsciente’. Exemplo disso é que, em vários momentos das entrevistas, formadores com evidente postura mais libertária referiram-se aos formandos como ‘meninos’ ou “meus meninos”. Apesar de demonstrarem, por meio do discurso, uma procura por fomentar a autonomia e o protagonismo dos formandos, sua maneira ‘afetuosa’ de chamá-los de ‘meninos’ pode estar evidenciando que o formador não os considera ‘adultos’. ‘Meninos’ não protagonizam a própria formação; não têm capacidade de tomarem as próprias decisões ou de definirem os próprios rumos; ‘meninos’ não têm autonomia ou capacidade de gerir as próprias vidas. Mesmo que o formador os considere como sujeitos autônomos e responsáveis pela condução de seu processo e mesmo que a expressão ‘meninos’ seja tão somente uma forma de tratamento que aumente a

proximidade, permanece, ainda que tacitamente, o peso semântico do termo. O formador é o homem adulto. Os formandos são os meninos que precisam de orientação.

Alguns dos que chamaram os formandos de ‘meninos’, complementaram sua maneira de pensar dizendo que o processo formativo é como uma ‘família’. Numa ‘família’, os ‘meninos’ têm seu papel demarcado e precisam de ‘adultos’ que lhes guiem o desenvolvimento. Todo relacionamento humano demanda afeto, mas a família o faz por sua natureza. O formador deveria refletir sobre tal questão. Estar consciente disso para conhecer os determinantes de seus atos e pensamentos e, assim, não agir simplesmente em função deles. Os formandos não deveriam receber tal tratamento se é que devam ser considerados agentes ativos no processo formativo em questão. É inegável e clássica a afirmação de que a maneira de pensar orienta o agir. Saberes e poderes servirão como analisadores do processo quando formadores tomarem consciência dos paradoxos e incoerências apresentados. Sem ousar aventuras de cunho psicanalítico, poder-se-ia dizer que demandas transferenciais de afeto da relação formador-formandos deveriam ser trabalhadas, refletidas, tematizadas, e não simplesmente satisfeitas ou frustradas.

Este foi somente um dos exemplos da presença de elementos instituídos atravessando o discurso dos padres formadores o tempo todo. Não é para menos, visto que tais padres representam a instituição religiosa que sustenta o processo de formação. Entretanto, as contradições evidenciadas, por meio dos analisadores expostos neste trabalho, são fontes de fecundidade instituinte e deixaram evidente, tanto as necessidades, quanto as possibilidades de transformação. Não se pode negar que práticas e discursos mais democráticos, mesmo que hesitantes e pressionados pelas forças instituídas, são sinal de que o instituinte tem encontrado lugar por entre as fissuras e brechas presentes em toda realidade institucional.

A lentidão histórica da instituição religiosa, tão resistente à mudança sob a égide da sabedoria que lhe orienta o agir, defronta-se com os acelerados processos mutacionais da sociedade atual. Há um embate, e a tendência do instituído é reagir e afirmar-se. Entretanto, os ímpetus instituintes devem ser seriamente considerados. A própria religião católica sempre foi centro de contradições e paradoxos. Ao longo do tempo, sua dureza pétrea e conservadora foi marcada por uma história de mudanças alavancadas por iniciativas instituintes que, sob a forma de ventos renovadores, penetravam nas fissuras da rocha

gerando as transformações demandadas. Personalidades como Francisco de Assis, Catarina de Sena e João XXIII protagonizaram reformas e eventos promotores das mudanças estruturais requeridas pelos devires sociais. O próprio Evangelho, pela ação de seu personagem principal, foi motor gerador e combustível inesgotável de renovação. A realidade formativa e seus agentes devem assumir as marcas deste potencial irruptor do novo, abrindo-se para que novas práticas surjam em prol da liberdade e da autonomia de formandos e formadores.

Para isso, a presença de mecanismos que possibilitem e acelerem as mudanças se faz necessária. O clarear dos analisadores presentes é um instrumento eficaz para gerar transformações, mas somente por meio de uma postura de crítica honesta, a respeito de si e dos próprios determinantes, os padres formadores cumprirão seu papel de auxiliar os formandos em seu processo de escolha e desenvolvimento rumo ao presbiterato.

Nestas considerações finais, alguns dados devem ser colocados em evidência:

Constatou-se que o saber psicológico atravessa as relações formativas. Por um lado, ele é solicitado sempre que alguma dificuldade maior é colocada, principalmente em nível de seleção dos candidatos e no encaminhamento de questões relacionadas à sexualidade. No jogo institucional, tal saber ora está a serviço do instituído, reforçando práticas de controle e resguardo da própria instituição, ora é um saber que possibilita a ação do instituinte, questionando práticas e construindo espaços fora do campo de ação do poder instituído.

Ainda no campo do analisador saber, constatou-se que os formandos procuram funcionárias dos estabelecimentos formativos para confidências porque não confiam nos formadores. Os saberes emanados de tais fontes agem como analisadores do processo mostrando que o lugar de poder do formador deve ser revisto para que seja possível uma relação mais democrática e fomentadora da autonomia no coletivo.

Em geral, os padres formadores têm pouca oportunidade e ocasião de conversar com outras pessoas sobre o processo formativo. As angústias, sofrimentos e os desafios por eles enfrentados são muitas vezes vivenciados na solidão. Praticamente todos os formadores afirmaram a necessidade de o formador passar por um processo psicoterapêutico. Não se nega o seu valor como um instrumento auxiliador do processo, mas a psicologia não trará respostas para todas as questões. Importa notar que os formadores assumiram a necessidade

de conversar, de serem orientados, de receberem alguma ajuda na missão, quase irrealizável, de dar formação a outro ser humano.

Constatou-se que a maioria dos formadores espera que todas as soluções partam do bispo diocesano. Seu poder é contestado, mas, paradoxalmente, reforçado por meio de posturas passivas, resignadas e inertes. Os formadores ficam imóveis, absorvidos pelo instituído, sem se perceberem como agentes capazes de contribuir na transformação das realidades formativas.

A sexualidade na formação é uma dimensão carregada de silenciamentos e negações. No entanto, a própria presença de formadores jovens deixou evidente posicionamentos altamente instituintes. O simples fato de vários desses padres demonstrarem posturas de tolerância e aceitação, diante de formandos com orientação homoafetiva, é evidente sinal de abertura. O fato de não os desligarem do processo ou experimentarem sofrimento ao terem de fazê-lo evidenciou uma sensibilidade diferenciada e de cunho instituinte. As preocupações, desses jovens formadores com seu despreparo no campo da sexualidade, sinalizam o novo que pressiona as estruturas e move os agentes na direção das mudanças demandadas.

Os formadores mais jovens assumiram estar também em processo de formação. Demonstraram preocupações pelo fato de a formação não estar respondendo às necessidades atuais. A consciência das próprias limitações, assumida ao longo da entrevista, longe de parecer algo negativo, é um sinal de que os ares renovadores do instituinte cada vez mais ganham espaço na realidade da formação. O honesto reconhecimento das próprias limitações é o primeiro passo em direção à transformação necessária.

Frente à diversidade trazida pelos seminaristas, a maioria dos formadores demonstrou posturas de abertura e aceitação. Vários deles consideram que existe uma identidade comum quanto ao 'ser padre', mas que esta não deve anular aquilo que cada formando traz. Do mesmo modo, a diferença etária foi considerada um desafio, mas também um elemento enriquecedor do processo formativo, principalmente pelos formadores mais jovens.

A maioria dos formadores relatou que é preciso haver mudanças na espiritualidade oferecida na formação. Faltam padres capacitados para lidar com a dimensão espiritual.

Chamou atenção o fato de que apenas dois dos entrevistados (jovens e muito abertos mudanças) terem falado a respeito da importância de os formadores nutrirem uma sólida espiritualidade. Demonstraram muita preocupação com a temática, evidenciando que realmente são necessárias mudanças neste campo.

Quanto às ‘novas tecnologias’, mesmo em discursos mais democráticos, práticas restritivas ao uso da internet se mostraram, sem grandes autocríticas dos formadores. O controle pareceu a tendência predominante. Apesar disso, alguns foram capazes de se questionarem concordando que o controle externo é incompatível com um ambiente onde se deve desenvolver a autonomia.

Não só no tocante à sexualidade, o silêncio foi uma resposta ante um poder maior representado pelos bispos e conselhos diocesanos. Muitos dos formadores, mesmo os de postura mais democrática e aqueles de comportamento mais libertário, não demonstraram ter consciência de que o fato de eles serem os formadores dá-lhes, por participarem das instâncias de poder, a possibilidade de problematizar as práticas formativas e, até mesmo, de enfrentar posicionamentos contrários que tendem a preservar o instituído sem refletir no que seria melhor.

Fato é que os padres formadores precisam falar. Demonstraram sua fragilidade e preocupações. Independentemente de uma postura mais conservadora ou progressista, praticamente todos os entrevistados relataram algum tipo de sofrimento e solidão enquanto cumprindo suas funções à frente da formação. O poder por eles exercido mistura-se a sentimentos de angústia e paradoxal impotência. A maioria demonstrou não se agarrar ao poder, mas sinceramente reconheceram os principais desafios, suas próprias necessidades formativas e as questões que clamam por uma atenção mais urgente. Mesmo em meio à malha institucional que tende a amarrá-los a parâmetros instituídos, os formadores demonstraram ‘desejo’ de mudar, e mudar para melhor, os caminhos e descaminhos da formação.

Fundamental é o formador não negar os inevitáveis fatores que podem estar atrapalhando a condução de um processo formativo que busque honestamente o crescimento humano dos formandos. A consciência é capaz de gerar as mudanças necessárias e evidenciar as ‘brechas’ por onde as sementes do instituinte possam penetrar suas raízes. O próprio incômodo sentido por muitos formadores, somado ao seu desejo de

melhorar os caminhos do processo formativo, são como ‘fissuras’ institucionais por onde novos ares podem penetrar e iniciar as mudanças requeridas.

A renovação está a caminho. A jovialidade de muitos formadores, mesmo sendo aparente sinal de fragilidade e inexperiência, mostrou-se solo fecundo onde o ‘novo’ pode encontrar seu escape e manifestação. A lucidez e a ousadia devem ser os guias para que o processo formativo cumpra sua real função.

A formação dos padres formadores é outro importante analisador do processo formativo. Ficou evidente que tais padres se sentem despreparados para a função que estão desempenhando. Não que este estudo esteja propondo um curso sistemático de formação para padres formadores, mesmo porque, não seria por si só garantia de um processo bem conduzido. No entanto, tal analisador evidencia a despreocupação da própria instituição com a formação daqueles que serão os futuros presbíteros. Todos os padres entrevistados disseram ser necessária uma capacitação prévia, mesmo que mínima. Entretanto, mais do que isso, dioceses, bispos, conselhos e os próprios formadores deveriam nutrir uma postura de formação constante e permanente. O formador deve considerar-se em formação e empenhar-se na melhoria das condições do processo formativo.

Espera-se que o presente estudo seja um instrumento a iluminar a prática dos envolvidos na formação de futuros padres. Ao se depararem com situações paradoxais, representativas da presença de um campo com forças agindo em sentidos contrários, sejam capazes de reconhecer a necessária mudança e não a refreiem. Mesmo a dureza do instituído guarda em si as brechas necessárias para a circulação do ar renovador e transformador do instituinte. Por meio de tais fissuras, por menores que sejam, é possível a implantação das sementes potencialmente capazes de gerar as mudanças requeridas pelo agir humano que, em seu processo de desenvolvimento, requer sempre o novo humanizador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dalton Barros de, Pe., et al. **Afetividade:** e vida religiosa. Rio de Janeiro: Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), 1989.

ALMEIDA, Dalton Barros de, Pe., et al. **A vida religiosa enquanto instituição:** leitura psicológica. Belo Horizonte: Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), 1999.

ALMEIDA, Humberto Pereira de. **O sacerdócio e a sua história.** São Paulo: Editora Ave-Maria, 2007.

ALTOÉ, Sônia (Org.). **René Lourau:** analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004. (Saúde loucura, 16)

ANTONIAZZI, Alberto. A formação presbiteral no contexto atual. In: **METODOLOGIA do processo formativo:** a formação presbiteral da igreja no Brasil. São Paulo: Paulus, 2001. Cap. 1, p. 21-36. (Estudos da CNBB, 83).

ARANGO R., Elkin. **O caminho comunitário:** crescimento em comunhão. Tradução: Pe. Victor Hugo S. Lapenta. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1991. Título original: El camino comunitário: crecimiento em comunión.

BAREMBLITT, Gregório F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes:** teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** Tradução: Marco Estevão e Renato Aguiar. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. (Ciências Sociais, 31).

BENEDETTI, Luiz Roberto. O “novo clero”: arcaico ou moderno? **REB: Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 59, n. 233, p. 88-126, mar. 1999.

BENELLI, Silvio José. Paradigmas eclesiais e sua incidência no processo formativo sacerdotal. **Pós-História**, Assis, v.11, n. , p. 249-274 , mês 2003.

BENELLI, Silvio José. **Pescadores de homens:** estudo psicossocial de um seminário católico. São Paulo: UNESP, 2006.

BENELLI, Silvio José. Paradigmas eclesiais e pedagógicos na formação sacerdotal institucional: uma investigação em psicologia social. **REB: Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 66, n. 264, p. 807-841, out. 2006.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil**: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994. (Igreja do Brasil)

BIBOLLET, Bruno. **Padres diocesanos**: elementos de espiritualidade. São Paulo: Paulinas, 2000. (Coleção: Sopro de espírito)

BOTH, Agostinho. **Pedagogia seminarística**: certezas e conflitos. Passo Fundo: EDIUPF, 1986.

BRIGHENTI, Agenor. **A igreja do futuro e o futuro da igreja**: perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002. (Coleção Comunidade e Missão)

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução: Guy Reynaud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Título original: L'institution imaginaire de la société. (Rumos da cultura moderna, 52).

CENCINI, Amedeo. **Por amor**: liberdade e maturidade afetiva no celibato consagrado. Tradução: Euclides M. Balancin. São Paulo: Paulinas, 1997. Título original: Per amore: libertà e maturità affettiva nel celibato consagrato. (Sinal e serviço)

CENCINI, Amedeo. **Vida consagrada**: itinerario formativo no caminho de Emaus. São Paulo: Paulus, 1994..

CENCINI, Amedeo; MANENTI, Alessandro. **Psicologia e formação**: estruturas e dinamismos. São Paulo: Paulinas, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Formação dos presbíteros da igreja no Brasil**: diretrizes básicas. São Paulo: Paulinas, 1995. (Documento 55).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Metodologia do processo formativo**: a formação presbiteral da Igreja no Brasil. São Paulo: Paulus, 2001. (Estudos da CNBB, 83).

CONGREGAÇÃO para o Clero. **Diretório para o Ministério e a vida do presbítero.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COZZENS, Donald B. **A face mutante do sacerdócio:** reflexão sobre a crise de alma do sacerdote. Tradução: Cecília Camargo Bartalotti. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2003. Título original: The changing face of the priesthood: a reflection on the Priest's Crisis of Soul.

COZZENS, Donald B. **A fé que ousa falar.** Tradução: Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo: Loyola, 2006. Título original: Faith that dares to speak.

COZZENS, Donald B. **Silêncio sagrado:** negação e crise na Igreja. Tradução: Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola, 2004. Título original: Sacred silence. (Eclesiologia).

EMPEREUR, James L. **Direção espiritual e homossexualidade.** Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Loyola, 2006. Título original: Spiritual direction and the gay person.

ENRIQUEZ, Eugène e CASTILHO, Pedro Teixeira. Acerca da psicologia social, da análise institucional, da psicossociologia e da esquizoanálise. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.12, n. 20, p.263-272, dez. 2006.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise.** Tradução: Francisco da Rocha Filho) Petrópolis: Vozes, 1997. Título original: L'organisation em analyse.

FERRAZ E FERRAZ, M. G. C. **Religare:** uma cartografia da fé. 1994. 2v. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução: Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução: Roberto Machado. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Título original: Surveiller et punir.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (Coleção Leitura).

GIALDI, Silvestre. **Votos religiosos:** consagração à Trindade, comunhão com a Igreja e missão no mundo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. Título original: *The transformation of intimacy*.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: D. M. Leite. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOMES, Adelino Duarte. Instituição e institucionalistas. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 2, n. 3, p. 345-352, 1979.

GOYA, Benito. **Psicologia e vida consagrada**. Tradução: Vera Lúcia P. Horta. São Paulo: Paulus, 1999. Título original: *Psicologia e vita consacrata*.

GREGORIANA, Analecta. **Imagining one's future: a projective approach to Christian maturity**. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2000.

GUERRESCHI, Cesare. **New addictions: as novas dependencies**. Tradução: Benôni Lemos e Patrizia G. E. Collina Bastianetto. São Paulo: Paulus, 2007. Título original: *New addictions: le nuove dipendenze*.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAMMOUTI, Nour-Din El.; ÍÑIGUEZ, Lupicínio. **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RiMa; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

HÄRING, Bernhard. **Que padres... para a igreja?** Tradução: Manuel Peixoto. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1995. Título original: *Quels prêtres... Pour L'Église*.

HORTAL, Jesús, SJ. **Os sacramentos da Igreja na sua dimensão canônico-pastoral**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da Igreja Católica**. Tradução: CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. São Paulo: Loyola, 1992.

IGREJA CATÓLICA. **Código de direito canônico**. Tradução: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

IGREJA CATÓLICA. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1982.

IMODA, Franco. **Psicologia e ministério**: o desenvolvimento humano. Tradução: Adalto Luiz Chitolina e Mathias J. A. Ham. São Paulo: Paulinas, 1996. Pedagogia e educação)

JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Ed.). **História da Psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

KIYAN, A. M. M. **A identidade do sacerdote católico**: um estudo sobre o celibato e a política de identidade da Igreja Católica. 2005. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

KOLB, Anton; ESTERBAUER, Reinhold; RUCKENBAUER, Hans-Walter (ORG.). **Ciberética**: responsabilidade em um mundo interligado pela rede digital. Tradução: Paulo Astor Soethe, Maurício Mendonça Cardozo e Maria José Vianna de Almeida-Müller. São Paulo: Loyola, 2001. Título original: Cyberethik: verantwortung in der digital vernetzten welt.

KOLVENBACH, Peter-Hans, Pe, SJ. **A formação do jesuíta**. São Paulo: Loyola, 2004.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Tradução: Henrique Augusto de Araújo Mesquita. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. (Coleção Educação em questão).

LAPASSADE, Georges. **As microsociologias**. Tradução: Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. Título original: Les microsociologies. (Pesquisa em educação, v.9)

LIBÂNIO, João Batista. **Cenários da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2000.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II**: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.

LIBANIO, João Batista. **Igreja contemporânea**: encontro com a modernidade. 2. ed. São Paulo: Loyola. 2002.

LIBANIO, João Batista. **Qual o futuro do cristianismo?** São Paulo: Paulus, 2006. (Temas de atualidade)

LIBÂNIO, João Batista. **A volta à grande disciplina**: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1984. (Teologia e evangelização, 4).

LORSCHIEDER, Aloísio et al. **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção, comunidade missão)

LORSCHIEDER, Aloísio. **Identidade e espiritualidade do padre diocesano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOSADA, Manoel, OM et al. **Para aprofundar a vida religiosa enquanto instituição**: exercícios e subsídios para a formação. Rio de Janeiro: Conferência dos Religiosos do Brasil, 1994.

LOURAU, René. **Les analyseurs de l'église**: analyse institutionnelle en milieu chrétien. Paris: Anthropos, 1972.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Tradução: Mariano Ferreira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. Título original: L'analyse institutionnelle.

LOURAU, René; ARDOINO, Jacques;. **As pedagogias institucionais**. Tradução: João Batista Martins e Heliana de Barros Conde Rodrigues. São Carlos: RiMa, 2003. Título original: Lês pédagogies Institutionnelles.

MARTINS, João Batista. (Org.). **Temas em análise Institucional e em construcionismo social**. São Carlos: Rima; Araucária, 2002.

MEDEIROS, Kátia Maria Cabral; FERNANDES, Silvia Regina Alves (Org.). **O padre no Brasil**: interpelações, dilemas e esperanças. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDEL, Gérauld. **El psicoanálisis revisitado**. Tradução: Martí Mur. México: Siglo Veintiuno Editores, 1990.

MÉZERVILLE, Gaston de. **Maturidade sacerdotal e religiosa**: a formação para a maturidade.. São Paulo: Paulus, 2000. v.1 (Coleção psicologia pastoral).

MÉZERVILLE, Gaston de. **Maturidade sacerdotal e religiosa**: a vivência da maturidade. São Paulo: Paulus, 2000. v.2 (Coleção psicologia pastoral).

MONTEIRO, Dulcinéia da Mata Ribeiro (Org.). **Espiritualidade e finitude: aspectos psicológicos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MORANO, Carlos Dominguez. Afetividade, espiritualidade e mística. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA, 3, 2006, Salvador. **Conferências e plenários...** Rio de Janeiro: Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), 2007.

MORANO, Carlos Dominguez. **Crer depois de Freud**. Tradução: Eduardo Dias Gontijo. São Paulo: Loyola, 2003.

MORO, Celito. **A formação presbiteral em comunhão para a comunhão: perspectivas para as casas de formação sacerdotal**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1997.

NARDONE, Giorgio; CAGNONI, Federica. **Perversiones em la red: las patologías de Internet y su tratamiento**. Barcelona: RBA libros, 2003.

NOUWEN, H. J. M. **Intimidade: ensaios de psicologia pastoral**. Tradução: Emerson Lalucce Ricci. São Paulo: Loyola, 2001. Título original: Intimacy – Essays in Pastoral Psychology.

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. **Acompanhamento de vocações homossexuais**. São Paulo: Paulus, 2007. (Coleção comunidade e missão)

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. **Viver os votos em tempos de pós-modernidade**. São Paulo: Loyola, 2001.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 18-25, set.-dez. 2005.

PEREIRA, William César Castilho (Org.). **O adoecer psíquico do subproletariado: projeto saúde mental na comunidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

PEREIRA, William César Castilho. **Análise institucional na vida religiosa consagrada**. Belo Horizonte: Conferência dos Religiosos do Brasil, 2005.

PEREIRA, William César Castilho. (Org.). **Análise institucional na vida religiosa consagrada**. Belo Horizonte: CRB, 2005.

PEREIRA, William César Castilho. Análise institucional na vida religiosa: caminhos de uma intervenção. **Estudo e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 161-180, dez. 2007.

PEREIRA, William César Castilho (Org.). **A formação religiosa em questão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEREIRA, William César Castilho. **A porta de entrada da análise institucional na vida religiosa consagrada**. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/william_cesar_porta_entrada.pdf?PHPSESSID=b062c0a80f1e898d3802dc2643502a44> Acesso em: 14 março 2008.

ROCHA, C. L. R. **“Muitos são os chamados mas poucos escolhidos” – um estudo sobre a vocação sacerdotal**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Do arrependimento dos intelectuais ao triunfo da rosa: análise institucional francesa, estado e direitos humanos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 89-108, jun. 2003.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **Novas formações familiares: uma leitura institucionalista**. 1996, 171f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RUDELIC-FERNANDEZ, Dana et al. **A sexualidade tem futuro?** Tradução: Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2002. Título original: La sexualité a-t-elle un avenir?

RULLA, Luigi M. **Antropologia da vocação cristã: bases interdisciplinares**. São Paulo: Paulinas, 1987.

RULLA, Luigi M. **Psicologia do profundo e vocação: a pessoa**. São Paulo: Paulinas, 1977.

RULLA, Luigi M. **Psicologia do profundo e vocação: as instituições**. São Paulo: Paulinas, 1977.

RULLA, Luigi M.; IMODA, Franco.; RIDICK, J. **Estrutura psicológica e vocação: motivações de entrada e de saída**. São Paulo: Loyola, 1985.

SCHUTH, Katarina. **Seminaries, theologates, and the future of church ministry: an analysis of trends and transitions.** Minnesota: Michael Glazier Book, 1999. .

SPERRY, Len. **Ministry and community: recognizing, healing, and preventing ministry impairment.** Minnesota: The Liturgical Press, 2000.

VALLE, Edênio (Org.); BENEDETTI, Luiz Roberto; ANTONIAZZI, Alberto. **Padre, você é feliz?** Uma sondagem psicossocial sobre a realização pessoal dos presbíteros do Brasil. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

VERGOTE, Antoine et al. **Entre necessidade e desejo: diálogos da psicologia com a religião.** São Paulo: Loyola, 2001.

WOLFF, Elias. **Ministros do diálogo: o diálogo ecumênico e inter-religioso na formação presbiteral.** São Paulo: Paulus, 2004. (Coleção, comunidade e missão)

ZILES, Urbano. **Formação intelectual dos futuros presbíteros.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

ANEXO 1 – Roteiro de entrevista

Questões orientativas para a entrevista semi-estruturada

1. Quais são as suas atividades dentro de um seminário? Qual a sua função específica como formador?
2. O que você entende por ‘formação’? Na sua opinião, quais são os objetivos da formação?
3. Qual o papel do formador no processo formativo?
4. Qual deve ser o papel do formando? Que características e qualidades ele deve possuir?
5. Qual deve ser o papel do formador? Que características e qualidades ele deve possuir?
6. Na sua opinião e baseado na sua experiência, quais as principais dificuldades, desafios e problemas encontrados na/da formação?
7. Quais os principais problemas ocorrentes na relação formador-formando?
8. Que soluções você propõe para os problemas levantados na questão anterior?
9. Na sua opinião, como deve ser a formação e o ambiente formativo ideais?

Analisadores:

10. Fale sobre a dimensão intelectual da formação presbiteral
11. Há algum trabalho sendo realizado com profissional da psicologia? Comente.
12. Fale sobre a pastoral na formação presbiteral
13. Fale sobre a espiritualidade na formação presbiteral
14. Fale sobre afetividade e sexualidade na formação presbiteral
15. Fale sobre a influência das novas tecnologias (*internet*, etc) na formação presbiteral
16. Fale sobre dinheiro e autonomia dos formandos no processo formativo. (Ex: Problemas financeiros)
17. Fale sobre a identidade presbiteral e as diferenças individuais
18. Fale sobre diferença etária entre formandos e entre formador e formandos

19. Fale sobre poder e autoridade na formação presbiteral

(Questões auxiliares: Como o formador lida com os conflitos e as dificuldades dos formandos quando se depara com elas nas áreas: intelectual, espiritual, pastoral, afetiva, financeira. Como aparecem? Como são apresentadas aos formadores? Como eles lidam diante das situações? Exemplificar para o formador e pedir exemplos de sua prática. Perguntar sobre sentimentos, ações, atitudes, reações, omissões. Averiguar: comportamentos de evitação, enfrentamento, angústia, atitudes disciplinares e de vigilância, punição, omissão, esquecimentos, protelação. Perguntar como formador e formando lidam com essas situações. Você acha que a formação é o seu lugar? Está no lugar certo? Como lida com a angústia e sofrimento do formando e com os próprios? Como se sente nestas situações? Já mandou algum seminarista embora? Como se sente quando tem de mandar um formando embora? Em que casos manda um seminarista embora? Contar uma experiência.)

Dados pessoais

20. Dados pessoais: Qual a sua idade? Há quanto tempo trabalha na formação?

21. Qual é a sua formação?

22. Foi necessário passar por alguma capacitação específica para ser formador? Em caso afirmativo, qual?

23. Você estudou alguma metodologia formativa ou linha teórica da psicologia para atuar como formador? (Ex: estudos específicos, livros, cursos etc) Em caso afirmativo, descreva:

24. Em sua atuação como formador, você segue algum plano de formação específico?

25. Você considera importante o formador passar por alguma formação específica para formadores antes de começar a atuar na formação? Por que?

26. Na sua opinião, quais são as principais necessidades formativas de um formador? Que temas e assuntos você pensa que o formador deva estudar?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)